
NAÇÃO E DEFESA



ANO IX — N.º 29 — JANEIRO-MARÇO DE 1984
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHÃES
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

**Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira
da Costa, Professor Marques Guedes, Tenente-coronel Oliveiros Mar-
tins (Secretário).**

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 – 1350 LISBOA

REEDIÇÃO LIMITADA DE 1995

ISSN 0870-757X

DEPÓSITO LEGAL N.º 54801/92

EDITORIAL	5
O CONFLITO NA ÁFRICA AUSTRAL <i>Victor Augusto Nunes de Sá Machado</i>	9
LOS CONFLICTOS EN LATINOAMERICA <i>Alvaro de Arce y Temes</i>	25
THE «PEACE MOVEMENT» IN THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY: SOCIOLOGICAL SCOPE, STRUCTURE, MOTI- VATIONS AND PROBLEM OF CONTROL <i>Günther Schmid M. A.</i>	47
COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA NACIONAL <i>Teresa Bernardino</i>	59
A SIDERURGIA PORTUGUESA FACE À INTEGRAÇÃO DE POR- TUGAL NA CEE <i>C. A. Raposeiro</i>	67
TEMPO DE OPÇÃO <i>J. Lopes Alves</i>	87
ACERCA DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA <i>Raul François R. C. Martins</i>	97
PODER MARÍTIMO E PODER NACIONAL <i>António M. Quesada Andrade</i>	127
A DEFESA NO MUNDO	143

EDITORIAL

Altino Magalhães

EDITORIAL

1. Os órgãos de comunicação social deram, ultimamente, reportagem de dois temas que merecem especial referência, em matéria de defesa nacional. Trata-se da formulação do conceito estratégico de defesa nacional, e do acautelamento de valores morais e espirituais, indispensáveis para garantia da defesa nacional.

2. A formulação do conceito estratégico de defesa nacional é, por disposição da Lei n.º 29/82, uma responsabilidade do Governo. Mas envolve também, conforme a mesma Lei, a participação de outros órgãos do Estado, designadamente o Conselho Superior da Defesa Nacional e a Assembleia da República.

Tendo a defesa nacional âmbito interministerial e natureza global, e sendo exercida através da acção das componentes militar e não militar da defesa, o conceito estratégico que lhe há-de servir de base reveste-se, naturalmente, da mais profunda importância. Trata-se de definir a forma de utilização, coordenada, de todos os recursos nacionais — humanos, financeiros, materiais — que o Estado deve fazer, para garantir a integridade do território, a independência nacional, e a liberdade e a segurança de todos nós, portugueses.

Para além da importância dos valores envolvidos, a formulação e a execução do conceito, não deixam também de projectar efeitos positivos na vivência interna do Estado, pela ligação e coordenação dos estudos, planos e acções que exigem aos vários sectores e órgãos responsáveis pela defesa nacional. Constituem um factor importante para criar, manter e reforçar o necessário espírito de unidade e de solidariedade que, por vezes, nos actos do dia-a-dia, se sabe que encontra dificuldades de concretização.

3. O acautelamento de valores morais e espirituais da Nação, alicerçados num sadio patriotismo, constituiu matéria de dois importantes despachos do Ministro da Defesa Nacional. O respeito profundo pelos símbolos nacionais — a Bandeira e o Hino —, como representativos da Pátria, foram apontados pelo Ministro, como afirmação de patriotismo e dever indeclinável de todos os portugueses.

Também o Ministro da Educação, em despacho consequente dos que são referidos, determinou o hasteamento da Bandeira Nacional, nas datas de significado nacional e local, em todos os estabelecimentos daquele Ministério, bem como o ensino do Hino Nacional nas áreas pedagógicas adequadas.

São actos simples, sem dúvida, mas necessários e estimulantes da devoção à Pátria, e da determinação de todos nós, de levantarmos de novo o esplendor de Portugal, como nos manda fazer o Hino Nacional.

4. Entretanto, não pode deixar de ser lamentável a publicação frequente, em certos órgãos da imprensa, de notícias detractoras do serviço militar e das Forças Armadas.

Críticas construtivas, denúncias de maus comportamentos, com vista a corrigir erros, mesmo em matéria de fundo, são sempre desejadas e bem-vindas. Devem constituir um imperativo de cada português, quando orientadas para bem servir a Pátria comum. Para isso, têm de ser correctas, podendo ser, naturalmente, vivas, fortes, violentas, mas construtivas.

Quando deturpam, grosseiramente, as realidades e apenas destilam a raiva de alguns inconformados, são de lamentar e não podem merecer qualquer consideração.

26 de Março de 1984.

Altino Magalhães

General

O CONFLITO NA ÁFRICA AUSTRAL

Victor Augusto Nunes de Sá Machado

O CONFLITO NA ÁFRICA AUSTRAL (*)

Tive o ano passado a oportunidade de tecer aqui, no Instituto de Defesa Nacional, algumas considerações sobre o mesmo tema que hoje nos ocupa: o conflito na África Austral.

Disse então que dificilmente outra área do mundo — com excepção porvenutra do Médio Oriente — poderia com melhor título chamar-se de zona de conflito: com efeito, perfilam-se aí, e com particular agudeza, todos os factores de conflitualidade que o nosso mundo conhece, tanto ao nível individual como colectivo, desde o choque cultural, que opõe comunidades demograficamente significativas portadoras de visões do mundo dificilmente compatíveis, até aos choques de classe, que opõem os ricos aos pobres, ao nível individual — pelo menos adentro do país mais importante da área — como a nível nacional, entre países que o destino e os acasos da história fizeram desesperadamente pobres e outro que a natureza e a técnica tornaram ostensivamente rico. Emprestando ainda maior profundidade aos factores de clivagem sumariamente apontados, convergem ali a questão sociológica e politicamente decisiva da cor e, como pano de fundo, o confronto, aberto ou larvado, das grandes ideologias do nosso tempo, cujo antagonismo configura o vasto conflito Leste-Oeste.

O choque cultural constitui, penso eu, o primeiro dos factores de conflito que agitam o continente, cuja história se tem entretecido sobretudo desse afrontamento de raças e culturas, desde os primeiros ensaios de colonização da época pré-romana, a Roma e às invasões árabes do Magrebe, até à expansão europeia a partir do século XV.

Povos tecnologicamente mais evoluídos têm ao longo dos séculos imposto a lei do mais forte a comunidades menos organizadas politicamente, polarizadas em torno de obediências tribais, demograficamente pouco importantes, de perfil societal vertical, tecnicamente incipientes, e com quadros

(*) Conferência proferida em 2 de Fevereiro de 1984 no Instituto da Defesa Nacional ao Curso de Defesa Nacional de 1984.

culturais e formas civilizacionais que não facilitam a recepção de tecnologias criadas e desenvolvidas sobre pressupostos de distinta racionalidade.

A diferenciação cultural, que serviu no passado para justificar o chamado direito da colonização, e que no presente é assumida com *arrogância* em nome do direito à identidade cultural, tem constituído o leito de uma conflitualidade profunda, que esteve em grande medida na origem das árduas guerras da pacificação e depois das guerrilhas que conduziram às independências.

A segunda metade do século XX viu formarem-se as novas nações africanas, libertas finalmente das tutelas coloniais, e quando poderia pensar-se que a paz, assente em pressupostos mais consentâneos com a realidade sociológica, cobriria por fim, de maneira durável, o continente, assistimos, pelo contrário, a um recrudescer das situações de instabilidade, de conflito aberto, de guerrilha ou mesmo de guerra.

Trata-se de uma situação de etiologia complexa, cuja explicação passa, em grande medida, por ressurgências culturais que nem a colonização com a sua lei de bronze, nem a adopção de ideologias unificadoras, como o marxismo que arvoram a grande maioria dos Novos Estados, conseguiu apagar ou impedir.

Esse choque cultural perpetuado nos Estados negros pelo princípio da sacralidade das fronteiras, traçadas nas chancelarias da Europa sem respeito pelas especificidades locais, explica-se ali pela falência das ideologias com que se pretendeu unificar o Estado e no país mais importante da área — a África do Sul —, de maneira mais objectiva e radical, pela presença, no mesmo território, de duas comunidades separadas pela barreira da cor, ambas com títulos, jurídicos e políticos, para se reivindicarem desse território, como palco da autoridade estadual e momento integrador da comunidade: brancos e negros convivem dificilmente, no quadro de um regime — o *apartheid* — cuja base teórica, na formulação que lhe é dada pelos seus promotores brancos, assenta precisamente na impossibilidade de integração e na incompatibilidade entre povos e grupos de diferentes passados socioculturais, e, nessa medida, portadores de identidades culturais distintas.

Define-se deste modo, e à partida, um quadro de difícil resolução, marcado na África do Sul, pelo confronto entre brancos e negros, e nos restantes países, pela ressurgência da conflitualidade etno-tribal, que a colonização não logrou fazer desaparecer e que a concorrência de novas causas, como a desde logo falada falência de ideologias importadas e, de

maneira concreta, a difícil construção do Estado, perturbada pela ausência da paz e por um desenvolvimento frustrado, tornou particularmente virulenta.

Identificamos deste modo, além do choque cultural, mais dois factores de conflitualidade, todos intimamente relacionados e que mutuamente se potenciam e se explicam: por um lado o subdesenvolvimento crónico, e por outro o contencioso etno-tribal.

Herdeiros, na sua maioria, de aparelhos produtivos erguidos pelas potências coloniais, estruturalmente dependentes das economias avançadas do Norte, e desertados dos quadros capazes de fazerem funcionar, com um mínimo de eficácia, esses mesmos aparelhos, deparam-se os países da África Negra com a dificuldade da descoberta de um modelo de desenvolvimento alternativo e autocentrado, que integre as virtualidades de uma necessária compatibilização com a própria identidade cultural, um modelo que possa, em suma, compatibilizar as técnicas com as formas culturais ou civilizacionais prevalentes, fora de cujo contexto a utilização das técnicas de diferente matriz se tem demonstrado difícil ou mesmo impossível: daí o empobrecimento sistemático da África Negra, cujos índices de rendimento e produtividade vêm decaindo continuamente, num processo particularmente perigoso porque potenciador de todas as restantes causas de conflito, tanto endógenas como exógenas.

As nações africanas herdaram as fronteiras coloniais que, como disse acima, foram na sua maioria traçadas nas chancelarias da Europa, em negociações de que estiveram ausentes os seus principais interessados: o resultado aí está, no *puzzle* complexo que reúne, sob uma definição nacional que teve de fazer apelo a factores de unificação divorciados da realidade profunda, tribos e etnias diversas, cujos antagonismos se conservaram latentes no período colonial, para irromperem, de maneira mais ou menos violenta, logo que os colonizadores se retiraram. A ressurgência dessa conflitualidade latente, que se afirma tanto mais vigorosa quanto a colonização foi menos dura — explica o desconforto com que os novos Estados se acomodam aos seus limites geográficos e os conflitos que um pouco por toda a parte têm justificado as lutas pelo predomínio político — ensaiadas pelas etnias dominantes ou as recessões procuradas por etnias dominadas, como no Tchad, no Uganda, na Nigéria ou no Zaire. A mesma base contenciosa, de natureza etno-tribal, explica igualmente o aproveitamento que dela faz a África do Sul quando pretende demorar na Namíbia a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas e apoia em Moçambique e em Angola os movimentos de

oposição aos governos constituídos, representados pela chamada Resistência Nacional Moçambicana e a UNITA, principalmente. Em Angola, de maneira clara, os diversos movimentos em presença e antes das obediências ideológicas, ou por sua falência, identificam-se com tradicionais divisões etno-tribais a que correspondem localizações precisas que apontam para a FNLA o norte e o nordeste bakongo, para o MPLA os perímetros urbanos onde se desenvolveram as sociedades crioulas e o país ambundo e para a UNITA a zona do planalto central e as terras do sueste habitadas pela nação ovimbunda.

É manifesto que as razões que sacodem Angola e Moçambique, bem como outros países de África, se não esgotam no falado contencioso etno-tribal, pois assumem aí importância mais próxima as diferentes obediências ideológicas dos grupos em conflito, o comprometimento internacional de forças extracontinentais e o papel decisivo da República da África do Sul.

Mas é inquestionável que a estratégia dessas forças exógenas tem procurado sobretudo aproveitar as clivagens existentes, como o têm feito as próprias forças políticas internas, entre si competindo pelo poder político: exemplar a este propósito é o itinerário seguido, por exemplo em Angola, tanto pelo MPLA como pela UNITA: o primeiro, movimento frentista que foi praticamente desde as suas origens, com inequívoca vocação anti-racista, viu-se constrangido, para se garantir uma base de apoio que o marxismo-leninismo não conseguiu aglutinar, a fazer apelo a motivações tribais, com particular ênfase no grupo Catete; nos mesmos termos em que a UNITA, em favor da qual os brancos de Angola, muitos deles angolanos de segunda ou terceira geração, haviam desmantelado, no início do processo de descolonização, as suas próprias formações partidárias, e mau grado a envergadura política do seu líder natural Jonas Savimbi, a UNITA, dizíamos, também se viu obrigada, para consolidar a sua base de apoio, a definir-se como movimento negro, de evidente conotação racista e tribal.

Em Moçambique, onde a Frelimo se afirmou desde o princípio como movimento anti-racista, a desatenção prestada às hierarquias tradicionais, próprias de sociedades verticais de base tribal, explica outrossim a notória facilidade organizativa da Resistência Nacional Moçambicana, facilitada ainda pela falência dos esquemas de desenvolvimento, planificado em termos nacionais sobre uma nação constituída ainda por várias nações cuja amálgama nem a colonização portuguesa, nem os poucos anos da independência, haviam conseguido consolidar.

O quarto factor de conflitualidade, nesta enumeração genérica que vimos fazendo para tentar situar a complexa situação da África Austral, prende-se naturalmente com a existência de um estado de hegemonia branca num continente em que a negritude se afirma como a primeira pulsão para a independência e a dignidade nacionais. Estado poderoso, onde se acomodam mal brancos, pretos, mestiços e asiáticos, na moldura de um regime — o *apartheid* — que aponta para o desenvolvimento separado das várias comunidades e onde a minoria branca defende com violência a sua supremacia, por vias e processos que a consciência moral do mundo inequivocamente reprova, a África do Sul situa uma problemática complexíssima, para a qual não é fácil avançar qualquer prognóstico. Se é verdade que o *apartheid* deve ser condenado sem reserva, não é menos verdade que uma aproximação simplista dos problemas com que se defronta a África do Sul seria errada e redutora.

Os sul-africanos brancos são tão africanos quanto os pretos, mas o direito destes de viver e intervir politicamente na vida do seu país é tão inquestionável quanto o daqueles: a questão está em saber como conciliar interesses igualmente atendíveis, num continente onde as maiorias negras têm, uma vez alcançado o poder, sistematicamente denegado o direito dos outros e onde as minorias étnicas têm sofrido o triste destino que governos despóticos e extravagantes lhes têm ditado. Acrescem aqui porém outras circunstâncias, que reproduzem no contexto territorial da África do Sul praticamente todas as causas conflituais que vimos apontando: além do conflito inter-racial num país que conta 4 500 000 brancos e 20 000 000 de negros e onde os brancos detêm, com pequenas concessões, a totalidade dos poderes político, económico, financeiro, militar, e perspectivam de maneira paternalista a sua relação com as restantes comunidades, acontece que o Estado, branco, conservador, afrikander, é resolutamente anticomunista, travando ainda sobre todas as outras esta batalha, dentro e fora do país, no interior contra movimentos de oposição negra de alegada obediência soviética, e no exterior contra o cerco de países de definição marxista ou marxista-leninista como o são a grande maioria dos Estados fronteiriços, com destaque para Angola, Moçambique e o Zimbabué.

É por todas estas razões que a África do Sul constitui sobretudo o *pivot* de toda a problemática do conflito na África Austral. País económica e militarmente poderoso, com importância estratégica indiscutível, elemento chave na manutenção do equilíbrio de poder existente, e nessa medida componente

essencial da estratégia global do Ocidente, a África do Sul coloca paradoxalmente alguns dos mais difíceis problemas com que o Ocidente é confrontado. Em razão do seu sistema político interno, que contraria toda a teoria de valores que constituem, porventura, a única e decisiva arma com que o Ocidente pode contar para vencer a ofensiva marxista, nas regiões do mundo onde o desrespeito sistemático dos direitos fundamentais e, desde logo, o de participação política plena tem vindo a abrir as portas à União Soviética e à sua ideologia.

Detentora de recursos minerais extremamente importantes, possuindo os maiores depósitos conhecidos de ouro, platina, crómio, vanádio, espato-fluor e, ainda, enormes jazidas de antimónio, amianto, carvão, chumbo, cobre, diamantes, ferro, fosfatos, níquel, titânio, urânio, zinco e zircónio, a África do Sul é, para alguns minerais imprescindíveis, a única fonte de abastecimento do Ocidente e, para muitos outros, a fonte principal.

Dispondo por outro lado de posição geo-estratégica privilegiada, dominando a rota do Cabo, via essencial para o abastecimento de petróleo, constituindo hoje uma nação militarizada com as mais poderosas forças armadas do continente e uma indústria de armamento que a coloca entre os 10 principais fornecedores de armas do mundo; contando, por outro lado, com cerca de 40 por cento do investimento directo americano em África e um volume comercial da ordem dos 3,5 mil milhões de dólares com os Estados Unidos, a África do Sul representa uma das ancoragens mais fortes e ao mesmo tempo um dos pontos mais frágeis na estratégia ocidental de contenção do expansionismo soviético na África e coloca, como disse atrás, alguns dos problemas mais delicados e paradoxais para as políticas externas dos países do mundo livre.

Cercada por países hostis, com a sua população negra em crescente agitação, encorajada pelo evoluir da situação nos territórios vizinhos e pela generalizada condenação do *apartheid*, a África do Sul tem vindo a ensaiar uma política externa caracterizada ao nível regional pela prossecução de dois objectivos principais: procura da criação de uma teia de dependências de carácter económico e tecnológico que lhe garantam fronteiras mais seguras, mediante a erradicação ou pelo menos a neutralização dos movimentos negros sul-africanos antigovernamentais, como a ANC, e, por outro lado, prossecução de acções de desestabilização nos países de maior alinhamento com a União Soviética, com vista à desorganização económica e

política susceptível de conduzir a uma negociação complacente ou à eventual e mais remota substituição dos respectivos governos.

A primeira orientação conheceu formulação explícita no projecto sul-africano da constituição de uma Constelação de Estados, visando o estabelecimento de «relações mutuamente vantajosas entre Estados independentes» abrangendo à partida o desenvolvimento e a cooperação económica mas com vocação para se alargarem aos domínios político, social e de segurança. A esta tentativa de hegemonização regional responderam os Estados da Linha da Frente com a criação de um agrupamento regional alternativo, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), onde vieram a incorporar-se Estados-chave da constelação como o Malawi, o Botswana, o Lesoto e a Swasilândia.

A segunda orientação passa por pressões ocasionais sobre o Lesoto, Botswana e Swazilândia até à ocupação militar de uma faixa ao longo da fronteira sul de Angola, desenvolvida em frequentes expedições punitivas alegadamente visando as bases, campos de treino e comboios da SWAPO, mas obrigando os angolanos a uma guerra particularmente desgastante, em homens e recursos financeiros, que tem debilitado o Estado angolano, obrigado a manter duas frentes de guerra, e encorajando e possibilitando a progressão espectacular da UNITA, cujo apoio logístico da África do Sul é conhecido.

Do mesmo modo, em Moçambique, além dos *raids* nas proximidades de Maputo, a África do Sul presta inequívoco apoio à Resistência Nacional Moçambicana, cuja actividade guerrilheira está colocando o Estado moçambicano à beira do colapso económico.

Num caso e noutro, a intervenção armada da África do Sul vem provocando a erosão política dos Estados em causa, debatendo-se com problemas económicos gravíssimos, obrigados como estão a canalizar para a defesa o melhor dos seus recursos financeiros e humanos, e a deixar sem satisfação necessidades básicas das populações, cujo desencanto *vis-à-vis* dos respectivos governos é manifesto, num processo susceptível de conduzir a perturbações políticas graves no interior dos próprios aparelhos do poder constituído.

Política sem dúvida arriscada e de desfecho imprevisível, capaz de produzir, como parece ser o caso de Moçambique, relativamente mais liberto da tutela soviética, uma evolução ditada por considerações de ordem pragmática que tem forçado os dirigentes moçambicanos a procurar um *modus*

vivendi aceitável com o seu poderoso vizinho, mas igualmente susceptível de conduzir a um reforço da presença soviética na área, com o inevitável agravamento das ligações e dos compromissos, como é o caso de Angola, cujo governo, mau grado as evidentes tensões no interior do MPLA, tem vindo a reforçar a sua dependência face ao bloco soviético, fornecedor das armas e do *know-how* militar a que os angolanos, acossados por uma guerrilha interna que domina praticamente 10 das 14 províncias do país, e pela presença militar sul-africana do Sul, são forçados, na expectativa de alterações políticas possíveis, mas não garantidas, a recorrer cada vez mais.

Neste âmbito avulta sobretudo a questão da Namíbia, que pode considerar-se como o ponto chave da estratégia sul-africana a nível regional. É conhecido o longo processo que tem vindo a desenvolver-se em torno da independência do antigo Sudoeste Africano, confiado em mandato da Sociedade das Nações em 1920 à África do Sul, mandato que as Nações Unidas vieram a considerar formalmente extinto em 1966, após tentativa de integração e o ensaio recomendado pela Comissão Odenndaal de estabelecimento de *homelands* étnicos ou tribais eventualmente conducentes à incorporação de um *homeland* branco, a que seria reservada a maior percentagem das terras cultiváveis. Desenvolveu-se a partir daí uma complexa batalha política e jurídica com vista a garantir à Namíbia o direito à autodeterminação e independência, por via das várias resoluções das Nações Unidas que reafirmaram sucessivamente a ilegalidade da presença sul-africana no território, conferiram à SWAPO a legitimidade de autêntico representante do povo namibiano e ensaiaram processos e calendários que, mau grado a pressão internacional e os bons ofícios do chamado grupo de contacto, constituído pelos 5 países ocidentais ao tempo membros do Conselho de Segurança (1976), a África do Sul tem vindo a contestar, fazendo embora concessões graduais, numa clara tentativa para ganhar tempo, em ordem a dois objectivos fundamentais: reforçar os chamados partidos internos e enfraquecer a SWAPO, que iniciou a luta armada a partir de 65 e a que a independência de Angola conferiu santuário importantíssimo. Além da pressão internacional protagonizada pela ONU e pelos países ocidentais representados sobretudo pelo grupo de contacto, dois acontecimentos maiores obrigaram a África do Sul a uma maior flexibilidade no tratamento do problema namibiano: por um lado, a emergência de dois estados marxistas-leninistas na área, potencialmente hostis, e o resultado das eleições no Zimbabué, que ditaram o fracasso espectacular da experiência Muzorewa.

O quadro não é todavia de análise simples, dada a multiplicidade de factores a ter em conta e que explicam o sinuoso percurso sul-africano no que respeita à Namíbia: entre outros, a guerra civil em Angola e o dimensionamento da UNITA como alternativa possível ao governo MPLA, ou, de qualquer maneira, como factor de desestabilização permanente para o governo pró-soviético de Luanda; a escalada soviética em Angola e a presença de forte contingente de tropas cubanas; a fragilidade dos partidos internos da Namíbia e a dificuldade na sua concertação; o comprometimento progressivo das forças sul-africanas na guerra do Sul de Angola e os seus imprevisíveis efeitos no equilíbrio interno sul-africano, com possíveis repercussões no desenvolvimento da política interna, desde logo no que toca às expectativas eleitoriais dos partidos brancos e a própria solidez do governo e do partido maioritário: por fim, a imprevisibilidade do efeito da guerra e da política subsequente de africanização do exército territorial da Namíbia na dinâmica e no comportamento da SWAPO, cuja influência contrariamente ao previsto pode vir a aumentar. Por outro lado, a substituição nos Estados Unidos da Administração Carter por uma administração republicana, chefiada por um conservador duro, empenhado em conter o expansionismo soviético no mundo, com regresso, embora mitigado, à concepção globalista da política externa e que considera não só a África do Sul um amigo valioso que não pode abandonar-se como a África Austral uma zona onde se jogam para os americanos interesses vitais, tanto estratégicos como económicos. Nesta perspectiva, a controversa questão do *linkeage*, primeiramente avançada pelos americanos, condicionando a aplicação da Resolução 435 à prévia retirada das forças cubanas de Angola, é invocada pela África do Sul como questão de segurança decisiva, fornecendo-lhe um pretexto adicional para adiar o processo da independência, na expectativa, como dissemos, de que se produzam alterações significativas nos países de santuário ou que os partidos internos consigam finalmente erguer uma aliança que constitua uma alternativa eleitoral viável *vis-à-vis* da SWAPO.

Este processo tem conhecido nos últimos dias alguns desenvolvimentos significativos, com a oferta de uma trégua e a retirada das forças sul-africanas de Angola e a realização de encontros e negociações entre representantes angolanos e sul-africanos, designadamente em Cabo Verde.

De qualquer modo, a questão do *linkeage* continua a pôr-se do lado sul-africano, o que significa, na prática, que não deve esperar-se muito

destes últimos desenvolvimentos. Com efeito, fora de um acordo global que possa neutralizar de algum modo a UNITA, não me parece que a retirada das forças cubanas possa ser aceite por Angola: na verdade, mais do que a ameaça sul-africana preocupa sobretudo os dirigentes angolanos a progressão de Jonas Savimbi. É nesta perspectiva que bem pode dizer-se constituírem as tropas cubanas uma guarda pretoriana do regime de Luanda, sem a qual a sobrevivência do governo e dos seus responsáveis e a própria influência soviética estariam certamente postas em causa. Acordo global que por outro lado deve igualmente satisfazer de algum modo as pretensões de Pretória, no que respeita à existência de um governo não hostil na Namíbia, o que pode no fundo e no futuro vir a significar que os grandes sacrificados sejam Njoma e Savimbi.

Passámos em revista, de maneira muito geral, o quadro das principais razões de conflitualidade que agitam a África Austral; pareceu-me sobretudo interessante, embora com uma ou outra afloração mais circunstancial, apontar o que considero as linhas gerais ou moldura, se quiserem, dessa conflitualidade que ameaça tornar-se endémica: falei assim das incompatibilidades culturais, do subdesenvolvimento crónico e das reais dificuldades de desenvolvimento fora de um quadro alternativo mais compatível com a realidade sociológica africana, dos vários contenciosos étnicos e tribais que continuam a subsistir e que irrompem com violência desusada quando condições determinadas o propiciam; e, por fim, do papel da África do Sul como Estado branco implantado num continente negro; anticomunista, numa vizinhança marxista-leninista; discriminatório e racista num espaço em que a dignidade do homem negro se arvora, com mais ou menos sinceridade, como a bandeira da libertação necessária; e, todavia, um estado estrategicamente importante para o Ocidente, detentor de recursos vitais e que só por grosseiro erro de análise pode ser indentificado como um Estado colonialista.

Resta-nos, para terminar este rápido bosquejo, apontar a última mas porventura a mais importante causa dessa conflitualidade que vimos analisando e que torna a África Austral uma das zonas mais sensíveis e perigosas do mundo. Trata-se, como é evidente, do envolvimento das superpotências nas querelas regionais ou locais no Terceiro Mundo.

No que respeita a África, e de modo particular à África Austral, esse envolvimento, protagonizado sobretudo pela União Soviética, conheceu evolução espectacular nos últimos anos, mais precisamente após a *débauche* que

foi a descolonização portuguesa nas suas grandes colónias de Angola e Moçambique. Bem colocada para intervir na zona, graças ao apoio concedido aos movimentos de libertação, ideológica e politicamente dela tributários, a União Soviética cedo apareceu nos teatros político e militar da África Austral, fazendo jus ao sentido de oportunidade que tem caracterizado a sua política externa e na linha de uma estratégia de controlo não apenas dos mares quentes mas também das fontes de matérias-primas de que dependem as sociedades industrializadas do Ocidente. Ultrapassando uma concepção de política externa e de segurança, caracterizada por grande prudência e cuidadosa avaliação de riscos, que fazia limitar ao interior do bloco soviético a intervenção das forças vermelhas, deixando para actuação no exterior a utilização de meios menos directos, a União Soviética, que aperfeiçoou, certamente nos seus centros de decisão, a filosofia e a estratégia do comprometimento soviético em guerras localizadas e conflitos regionais, tornou-se na última década uma potência global que prossegue uma política planetária coerciva, tendo para tanto aparelhado meios não apenas navais mas todos os necessários para num breve espaço de tempo deslocar e utilizar em qualquer parte do Globo forças consideráveis, cujo uso justifica por aplicação de uma doutrina político-militar que constitui extrapolação globalizante da doutrina formulada por Brejnev para o interior do bloco soviético. Penetrando em África por força das solidariedades estruturais estabelecidas com os movimentos de libertação, aí tem vindo a firmar-se nos últimos anos — designadamente depois de 1974 — por via de uma estratégia linear, que tem a ver, na perspectiva coerciva da sua nova política externa, com a dominação dos instrumentos do poder existentes: o mesmo é dizer, pelo domínio e controlo das Forças Armadas que constituem na maioria dos países considerados o único e real instrumento de poder.

Encontra de resto a União Soviética em África condições propícias ao seu expansionismo, dada a conflitualidade reinante, que, como se sabe, o marxismo-leninismo considera condição normal e necessária para a consecução dos objectivos para que aponta o internacionalismo proletário.

Caberá para terminar dizer algo sobre o papel ou a intervenção dos Estados Unidos na zona que constitui objecto da nossa análise: parece manifesto que, contrariamente ao que acontece com a União Soviética, a África não constitui, ou não tem constituído, das primeiras prioridades da política externa americana. A braços com o trauma do Vietname e com o escândalo Watergate, a Administração republicana Nixon-Ford estava mal

preparada para responder, de maneira activa, aos problemas que a descolonização portuguesa fez despoletar na África Austral.

Mau grado os esforços de Kissinger, teorizador e principal intérprete da doutrina globalista, segundo a qual os vários conflitos que irrompem no mundo têm a ver, de modo directo ou indirecto, com o confronto Leste-Oeste, impondo-se nessa medida ao Ocidente, e aos Estados Unidos em particular, travar o desafio soviético onde quer que o mesmo se coloque, mau grado os esforços de Kissinger a verdade é que a opinião pública norte-americana não via com bons olhos novo e pesado envolvimento dos Estados Unidos em guerras excêntricas.

O programa solicitado pelo «Comité dos 40», presidido pelo Dr. Kissinger, à CIA, com vista a uma intervenção que tornasse possível ganhar a guerra de Angola, não pôde assim ser concretizado, tendo deparado com a oposição frontal do Congresso que veio a proibir, com a Emenda Clark, qualquer apoio militar aos movimentos oposicionistas angolanos, sem autorização expressa do mesmo Congresso.

Com a Administração Carter opera-se uma modificação sensível no *approach* americano aos problemas da África: os regionalistas, que privilegiavam na sua análise e na formulação das políticas as causas locais do conflito, as quais, segundo esta óptica, podem explicá-lo com mais propriedade que o recurso simplista ao confronto entre as superpotências, substituem os globalistas no *State Department*.

A vocalização extrema dessa nova política foi sobretudo assumida por Andrew Young e por Mondale, no tratamento, por exemplo, da questão das forças cubanas ou da aplicação da regra um homem/um voto no respeitante à África do Sul. Resultado mais evidente desta orientação traduziu-se no aumento da pressão sobre a República da África do Sul e no estabelecimento de relações menos tensas com o governo marxista de Angola. Com o regresso dos republicanos, sob a presidência de Ronald Reagan, a política americana sofre nova inflexão, no sentido das teses globalistas, de uma mais clara explicitação dos interesses americanos no continente negro e da repescagem da ideia do *constructive engagement*, que aponta para uma diplomacia activa com vista ao estabelecimento de uma base política de negociação ao nível regional e, no que respeita à África do Sul, à criação de uma relação construtiva baseada em interesses comuns, persuasão e comunicação melhoradas na perspectiva do reforço do processo de reforma e de mudança não violenta que se terá iniciado no país.

A proposta de uma base política de negociação interessando todos os países da área, a manifesta maior confiança da África do Sul e a actuação de uma política externa global de contenção inequívoca do avanço soviético tem, é inegável, vindo a produzir alguns frutos: o desfecho da questão da Namíbia constituirá seguramente o teste mais decisivo da bondade desta política. Para terminar gostaria de dizer, a este propósito — o das implicações do conflito Leste-Oeste na África Austral —, que os problemas ali perfilados me não parecem susceptíveis de resolução, a não ser no quadro de um acordo global de natureza política que tome em consideração todos os interesses prevalentes em jogo: e que dê à África do Sul a tranquilidade para proceder, se é que o deseja sinceramente, às transformações políticas internas que lhe tornem tolerável a vizinhança pelos Estados negros fronteiriços. De qualquer modo — essa é de resto a lição da história recente ou mais remota — não me parece que a União Soviética possa ser batida em África pela força das armas; mas também me não parece que o seu domínio ali seja perdurável, por várias razões de que se destacam, por um lado, a sua ignorância histórica do *ethos* africano e, por outro, a capacidade que a África tem para absorver e transformar tudo o que lhe é estranho: um pouco à semelhança das suas florestas, se a imagem me é permitida. Os africanos são sobretudo nacionalistas que acabarão por regeitar o marxismo ou adequá-lo à sua tradição comunitária profunda, sem sujeições a centros extracontinentais.

Por isso me parece justa uma política que privilegie o longo prazo e que dê aos governos africanos as condições de estabilidade para que possam assumir, de maneira conseguida, as suas ainda e sempre adiadas esperanças de libertação e desenvolvimento.

Dr. Victor Augusto Nunes de Sá Machado

LOS CONFLICTOS EN LATINOAMERICA

Alvaro de Arce y Temes

LOS CONFLICTOS EN LATINOAMERICA (*)

Latinoamerica es hoy un continente con problemas.

Latinoamerica es hoy una de las zonas del mundo que vive convulsionada por graves y variados conflictos.

Conflictos que van desde la preocupante crisis económica por las que atraviesan sus naciones, hasta las luchas desencadenadas por grupos terroristas; las guerrillas que combaten contra regímenes legalmente constituidos, o contra gobiernos militares de «facto»; guerras civiles; y pueblos que buscan una salida democrática a sus problemas políticos.

En Latinoamerica hay hoy países que viven en plena guerra civil; pueblos que padecen hambre; naciones que luchan por encontrar su identidad histórica; regímenes que conculcan los más elementales Derechos Humanos; estados en donde la libertad no existe; ambiciones territoriales seculares que provienen de la no aceptación de los límites fronterizos; naciones que reclaman la soberanía sobre territorios que consideran propios, y que están usurpados por potencias neocoloniales; pueblos que gritan pidiendo la libertad que no tienen, y pueblos que callan porque las libertades, sólo están en los discursos demagógicos de sus líderes.

Latinoamerica es, a pesar de todo esto, un continente de una gran vitalidad y con un gran futuro. Un conjunto de pueblos de habla portuguesa, española, inglesa, francesa, y variadas lenguas menores autóctonas. Latinoamerica tiene tan sólo siglo y medio de andadura independiente, en las páginas de la Historia del Mundo Contemporáneo, pero representa ya una Comunidad que ha adquirido una gran importancia en el mundo de las relaciones internacionales.

Latinoamerica no es conjunto armónico de pueblos, naciones o regiones geográficas, que puedan estudiarse de manera idéntica. Podríamos decir que existen tantas «latinoamericas», como países la forman. Tantas divisi-

(*) Conferência proferida em 9 de Fevereiro de 1984, no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional/84.

ones, como lenguas nacionales se hablan. Pueblos tan variados, como variedades étnicas conviven en ellos. Países ricos y pobres, de acuerdo a las profundas diferencias naturales que entre ellos existen. Tan diferentes en cultura, como la procedencia de sus colonizaciones, de sus emigraciones y del desarrollo de sus pueblos.

Sin embargo, a la hora de buscar indicadores comunes que nos permitan dividir por regiones, o zonas, a Latinoamérica, podríamos reseñar, en primer lugar, su descendencia colonizadora. Así por ejemplo, se habla de una América Portuguesa, de una América Española, de una América Francesa, o de una América Anglosajona.

La verdad es que por el término Latinoamérica, en el sentido más amplio de la palabra, se entiende el territorio que va desde el Río Grande, en la Baja California, al norte del continente Iberoamericano, hasta la Tierra de Fuego, al sur. Según los últimos datos disponibles Latinoamérica cuenta con una población superior a los 380 millones de habitantes, y una estimación, para el año 2000, de unos 530 millones de seres humanos. Con estas cifras, que corresponden al Banco Mundial, nos encontramos que Latinoamérica crecerá en veinte años, desde 1980 a 1999 en más de 150 millones de habitantes. Esta cuestión preocupa a los que tienen que planificar la prospectiva del mundo para el próximo siglo. Y preocupa también a aquellas naciones que, aún en el subdesarrollo, tendrán que enfrentarse con la realidad de atender las necesidades de un mayor número de habitantes, cuando hoy tienen ya problemas para solucionar a los que actualmente poseén.

A la hora de ocuparnos aquí de los conflictos de los países latinoamericanos, quiero hacer, en primer lugar, una salvedad. La verdad es que aunque el territorio comprendido al norte, por Méjico, y al sur, por Argentina y Chile, y que abarca a más de treinta y tantas naciones y pequeños territorios coloniales, pertenecientes a Gran Bretaña y Francia, la verdad es que, por la actual denominación de Latinoamérica, nosotros entendemos el conjunto de diecinueve repúblicas independientes, de origen portugués o español.

De aquí que, de ahora en adelante, sean a estas naciones, a estos pueblos, a los que nos referiremos en nuestra conferencia. Demasiado amplio y complicado hacer una visión de Latinoamérica en la que formasen también parte las naciones anglosajonas o territorios franceses del Caribe. Para nosotros, en esta ocasión, el término Latinoamérica comprenderá las repú-

blicas de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela, y, permítanme que como español, incluya también a Puerto Rico, aunque sea un estado asociado a los Estados Unidos del norte de América.

Centrado el tema en estas naciones, quisiera insistir en lo variopinto de estas repúblicas; en los distintos pueblos que conviven en este continente de unos 6000 kilómetros de norte a sur, y que tiene, en el promontorio del territorio del Brasil, su mayor anchura, con tan sólo tres mil kilómetros de distancia entre Recife y Dakar, en el continente africano. Sobre sus tierras viven, y algunas malviven, diferentes razas: blanca, negra, mestiza y diversas étnias indígenas. En cuanto a la cultura, y en los pueblos que vamos a estudiar, predominan la portuguesa y la española, aunque hay que reconocer la gran influencia que sobre las altas capas de la intelectualidad han tenido la cultura francesa, y en menor grado la inglesa. Sobre los cerca de 20 millones de kilómetros cuadrados, que ocupan de norte a sur estos territorios, conviven los más diversos regímenes políticos, distintas economías, variados sistemas de cultura, pero, predominando, sobre todo ello, dos cuestiones casi comunes: las de la lengua portuguesa y castellana, y la de la religión católica, en donde una tercera parte de sus miembros viven precisamente en Iberoamérica.

Antes de entrar en el título de la conferencia, hagamos también una serie de puntualizaciones, para comprender mejor el análisis de los conflictos, de las crisis, que hoy persisten en esta región del mundo, y son motivo de esta exposición.

Volviendo a retomar la principal característica de Latinoamérica, su variedad de pueblos, regiones, regímenes políticos, sistemas sociales, y situaciones económicas, digamos a continuación que en Iberoamérica los contrastes forman parte de su misma identidad. Así por ejemplo, nos encontramos con que Brasil es la sexta nación del mundo por el número de habitantes, con 120 millones estimados en 1980, y con cerca de 180 millones calculados para el año 2000. Sin embargo, Brasil tiene unos porcentajes muy bajos, con relación a los demás países iberoamericanos, en densidad de habitantes, debido a que cuenta con un territorio de 8512 mil kilómetros cuadrados de superficie, que lo sitúa en el quinto país más grande del mundo.

Pero frente a estas dimensiones, en Latinoamérica nos encontramos también con naciones como El Salvador, que ocupa una superficie de unos

21 000 kilómetros cuadrados, país más pequeño que la Comunidad Autónoma de Galicia, pero que tiene en cambio, la mayor densidad de población por kilómetros cuadrados, con 200 habitantes, de todo el continente Iberoamericano. Al lado de estas cifras, podríamos reseñar países latinoamericanos con altos niveles de mestizaje, indígenas o negros, como Méjico, Perú, Colombia, Bolivia y Brasil, que forman precisamente, estos dos últimos, frontera con naciones de raza predominante blanca, como Argentina y Chile.

En cuanto a diferencias económicas, sucede lo mismo que con las geográficas y demográficas; mientras algunos países no alcanzan los mil dólares de renta «per capita», como Bolivia, El Salvador, Honduras, Nicaragua, y Perú, otros, sobrepasan los dos mil dólares, como Argentina, Brasil, Chile, Méjico, y Uruguay. Venezuela, con más de tres mil dólares, va en vanguardia de los países latinoamericanos en renta por habitante.

Y lo mismo sucede con el analfabetismo. Aunque en algunos países casi no existe, salvo en zonas rurales o entre personas de avanzada edad, la verdad es que las estadísticas que se ofrecen al mundo sobre este problema, en América Latina, sorprende un poco si el lector sólo conoce las de algunas naciones. Así por ejemplo, mientras en Argentina, Costa Rica, Cuba, Nicaragua, Uruguay y Venezuela, las tasas son muy inferiores al diez por ciento, y en algunos de ellos prácticamente no existen analfabetos, en otras naciones, los porcentajes son muy altos, por encima del treinta y cinco y cuarenta por ciento, como sucede en Guatemala, Honduras, y El Salvador.

Ante todas estas cifras que les acabo de enumerar, es fácil comprender la variedad de los pueblos que habitan estas tierras. Naciones grandes, frente a territorios pequeños. Países con una subcultura y con males endémicos de salud y pobreza, conviven al lado de repúblicas en donde ya a principios de siglo tenían más médicos, por diez mil habitantes, que Francia, como era el caso de Argentina. De todo esto, podríamos deducir, siguiendo las opiniones de los más conocidos historiadores, que Latinoamérica es un continente en donde conviven naciones en vías de desarrollo con países subdesarrollados. Sin embargo, en la actualidad, y paradójicamente, los pueblos que cuentan con una mayor renta «per capita» son los que se encuentran más endeudados con el exterior, y tienen que hacer frente a unos vencimientos que no pueden pagar, por lo que la renegociación de la deuda externa, es una característica de los países industrializados de América Latina.

*

*

*

Y como decíamos al principio de nuestra disertación, Latinoamérica es hoy un continente con conflictos, con variados problemas.

Para su análisis, nosotros los agruparemos por sectores, y para su exposición, tendremos en cuenta aquellos que surgen dentro de las fronteras de los propios países, y aquellos que tienen sus causas por situaciones o escenarios exteriores.

Como conflictos de «carácter interno» señalaríamos los provocados por tensiones políticas, económicas, y sociales. Estas tensiones han provocado revoluciones, guerras civiles, la formación de guerrillas y bandas terroristas, y diversas formas de concebir el gobierno de la ciudadanía.

Como conflictos de «carácter externo» destacaríamos, en primer lugar, las guerras entre naciones latinoamericanas; los conflictos por cuestiones de límites, que provienen ya desde los tiempos de la independencia y la época colonial; la guerra de las Malvinas, las tensiones que provocan la neocolonización de las grandes potencias, tanto en el orden económico como en el social; así como, el espacio estratégico que ocupa el continente, dominado por los intereses de las grandes potencias occidentales, especialmente los Estados Unidos y Gran Bretaña.

Al comenzar hablarles a ustedes de los conflictos de carácter interno en Latinoamérica, creo que deberíamos abordar, en primer lugar, el problema de la participación de las Fuerzas Armadas en los procesos políticos de aquellos países, como una de las características más conocidas, y más comunes en todos ellos. Una característica que, poco a poco, se ha ido dejando atrás con el tiempo, aunque tengamos que reconocer el importante papel que la institución militar seguirá teniendo aún en regímenes democráticos.

Y nada mejor que una simple mirada a la historia, para conocer lo que han variado las cosas en los últimos cinco años en Iberoamérica. Si contemplamos el mapa de los países cuyos gobernantes ejercían sus funciones en el año 1977 —hace algo más de cinco años— nos encontramos con lo siguiente:

— En 1977 doce países eran gobernados por los militares. La mayoría de ellos llegaron al poder por un golpe contra los gobiernos civiles

constitucionales. Entre ellos se encontraban: Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Paraguay, Panamá, Perú y Uruguay.

- En otros cinco, las Fuerzas Armadas desempeñaban un importante papel en el contexto del régimen: Colombia, Cuba, República Dominicana, Nicaragua y Venezuela.
- En tan sólo dos repúblicas, el control del poder lo ejercían directamente los civiles, los políticos: Méjico y Costa Rica.

Este análisis de la situación político-militar, sigue las coordenadas del amplio estudio llevado a cabo por Louis Germain, del Instituto Francés de Poleomología de París.

Hoy, sin embargo, las cosas han cambiado considerablemente en Latinoamérica.

En muchas naciones se han llevado a cabo consultas electorales, y sólo en tres países gobiernan regímenes militares surgidos por la fuerza: Chile, Guatemala y Uruguay. En otros cuatro, gobiernan civiles y militares, pero el proceso electoral ha sido cuestionado por gran parte de la población, debido a la variable representación popular e índice de legalidad. Estas naciones son: Brasil, El Salvador, Honduras, y Paraguay. También reseñamos, por separado, dos regímenes revolucionarios: uno de ellos marxista-leninista ya cristalizado, como es el caso de Cuba, y el otro en periodo de proceso no consolidado, como es Nicaragua. En ninguno de ellos se han llevado a cabo unas elecciones libres y democráticas. En el resto, existen unos gobiernos constitucionales nacidos de los votos en las urnas.

Si miramos un poco hacia atrás, en los últimos cinco años, contemplamos como Latinoamérica ha ido pasando de regímenes autoritarios militares, a democracias pluralistas. La última nación ha sido la República Argentina, en donde el candidato radicalista Raúl Alfonsín venció a los peronistas, una fuerza populista que venía marcando las directrices de la política interna desde 1945, en los períodos constitucionales que tuvo el país. Con la llegada al poder de mandatarios civiles en Argentina, Bolivia, y Perú, el mundo observa hoy, con curiosidad, qué sucederá en el futuro con naciones como Uruguay, Chile, Paraguay, y Brasil, gobernadas bien por regímenes militares impuestos, como son el caso de Chile o Uruguay, o bien por la ascensión al poder de militares que encabezaron la lista de

partidos como por ejemplo Brasil y Paraguay, aunque en Brasil exista una apertura política democrática.

Como vemos por los ejemplos que hemos reseñado, las Fuerzas Armadas siempre han tenido en Latinoamérica un papel muy importante en la política activa. Ante este hecho, y desde la tribuna en que me encuentro, no quiero soslayar el traer aquí las dos teorías que se enfrentan en América Latina, acerca del papel político de sus ejércitos.

Por una parte son vistos como la expresión más definida de las clases medias nacionales, en unos países carentes todavía de esos niveles medios, necesarios para la implantación del liberalismo, y la evitación de extremismos propios de sociedades inmaduras. Esta concepción, les otorgaría así un lugar especialmente privilegiado, dentro de la realidad social del país que se trate. Por otra parte, y de signo totalmente contrario otros tratadistas señalan que el papel político de las Fuerzas Armadas no vendría dado más que, por su acción permanente de «brazo ejecutor» de las clases tradicionalmente dominantes; esto es, de las oligarquías nacionales estrechamente unidas a los intereses de países extranjeros desarrollados, y necesitados de la importación de materias primas.

Sin embargo, no seríamos unos estudiosos del tema si no aclarásemos algunas cuestiones, a la hora de tener en cuenta el papel que se asigna a los militares iberoamericanos.

En primer lugar, las Fuerzas Armadas son la única institución de naturaleza estatal cuya cobertura física alcanza a toda la extensión del territorio nacional.

En segundo lugar, y a la hora de crear un orden de estabilidades, el Ejército es el organismo de carácter público que sufre, con menos rigor y consecuencias, los efectos de cualquier trastorno de signo político o social que pueda producirse en el país; de aquí que los ejércitos aporten, ante la opinión pública, al menos hasta hace algunos años, la «conservación del orden amenazado».

En tercer lugar, y esto ya es una forma de verse a si mismo los militares, el Ejército viene a representar el símbolo de la nación, y se erige en el depositario más cualificado de la soberanía nacional.

En cuarto lugar, la amplia autonomía que en materia financiera gozan algunos ejércitos en Latinoamérica permiten que sea una institución que cuente con unos recursos a los que recurren la misma población civil, en casos especiales. Además, sus cuadros intermedos suelen tener una especia-

lización impropia, en la mayoría de los pueblos iberoamericanos, de la clase media a la que pertenecen.

En quinto lugar, y como cuestión paradójica, las Fuerzas Armadas rara vez han buscado perpetuarse en el poder con la creación de un partido político; antes lo contrario, han sido muchos los partidos políticos que han buscado a militares ilustres, para ponerlos al frente de sus agrupaciones políticas.

Y por último, hay que señalar que mientras en los regímenes dominados por los ejércitos de milicias, revolucionarios, tipo Cuba y Nicaragua, los cambios o transiciones a regímenes democráticos, no parecen posibles; las alternancias de militares y civiles en los gobiernos de las naciones iberoamericanas, representaron hasta ahora, el relevo en las direcciones políticas de las naciones.

De cualquier manera, y aún reconociendo que en excepcionales ocasiones las Fuerzas Armadas no han tenido más remedio que intervenir — que fueron las excepciones, que confirmaría la regla —, los golpes militares o las intervenciones armadas conducen, con el tiempo, a otro callejón sin salida, ya que al llegar al poder no saben ordenar las bases institucionales y los aparatos de la política, para que no vuelvan a producirse situaciones como las anteriores; sino más bien, vuelven a caer en los mismos errores contra los que se habían levantado, con el fin de erradicarlos para siempre.

Para corroborar estas apreciaciones que señalo en mi exposición, nada mejor que traer aquí las palabras del professor frances de Ciencia Social y Política, Maurice Duverger, quién nos dice: «... aparecen los ejércitos (latinoamericanos) como elementos decisivos de poder, con los cuales es preciso contar para gobernar, si es que no son los militares los que directamente gobiernan. Mientras en las Constituciones iberoamericanas se reitera que la fuerza armada tiene un carácter obediente, y no deliberante, y sus funciones principales son la defensa del territorio nacional, el respaldo de la Constitución y las leyes, y el mantenimiento del orden interno, lo cierto es que la historia de Iberoamérica es pródiga en pronunciamientos, golpes de estado e intervenciones militares».

Contemplando en la actualidad el mapa de los gobiernos latinoamericanos, debemos reseñar, una vez más, que en la actualidad son sólo tres o seis, según unos o otros analistas, los gobiernos militares en las 19 repúblicas Iberoamericanas que estudiamos.

*

* *

Después de los conflictos político-militares, traeríamos aquí aquellos internos que viven los pueblos, en cuanto a la problemática social, por la que atraviesan casi la totalidad de las Repúblicas Latinoamericanas. Las diferencias sociales, traducidas en la grave crisis económica de los más débiles, es motivo de los grandes descontentos que manifiesta la población trabajadora de Iberoamérica. Aunque en muchas ocasiones, a la hora de exponer la renta «per capita» de los países, pareciera que no pueden existir grandes capas sociales que vivan en la miseria, la verdad es que las grandes diferencias económicas entre la población son endémicas en estos pueblos, en donde en algunas regiones, países con rentas superiores a los dos mil dólares por habitante, hay grandes concentraciones humanas que pasan hambre.

Lo mismo ocurre con los pueblos de bajas rentas por habitante; de aquí que, muchos de los males que hoy agobian a la política de estos países, muchas de las causas de las crisis que analizamos en su parte interna, tienen en el fondo el grave problema de los que no tienen nada. Cuando a veces se estudian las causas de conflictos como los que contemplamos en Centroamérica, nos encontramos que en la mayoría de las ocasiones no es una cuestión ideológica la que hace enfrentarse a dos bandos, sino una cuestión de lucha por la supervivencia. Aunque debemos señalar, a continuación, que de esta situación se aprovechan aquellos movimientos que en nombre de la libertad, de la democracia y de fuerzas populares, se erigen más tarde con el poder omnímodo del estado, y siguen, mejor o peor, con regímenes tan autoritarios, como los anteriores.

Frente a esta realidad latinoamericana, tomada como un conflicto interno, nos asomamos a otro mucho más grave: el endudamiento de las naciones por la mala política económica o previsor de sus gobernantes. La deuda que hoy azota a toda América Latina asciende a unos 300 000 millones de dólares. Los países que deben más al exterior, son precisamente aquellos que cuentan con unos recursos mayores, como Argentina, Brasil y México. Entre 1975 y 1982 la deuda externa total en Latinoamérica se cuadruplicó; pasando de 67 000 millones de dólares a los 300 000 millones.

Entre los países exportadores de petróleo iberoamericanos, la deuda asciende a un monto bruto de unos 128 000 millones de dólares, destacán-

dose entre los deudores Méjico con 81 000 millones, y Venezuela con 28 100 millones. Entre los no exportadores de petróleo debemos de resaltar Brasil con 90 000 millones, Argentina con 40 000 millones, y Chile con algo más de 18 000 millones. En un titular de un gran diario español «El País», dedica a toda plana el siguiente texto: «América Latina: un club de países millonarios en deudas». Este titular, resume muchos comentarios, aunque no todas las diecinueve repúblicas iberoamericanas son millonarias en recursos naturales.

Y ante este grave endeudamiento ¿qué pueden hacer estos países? Si no tuvieran crisis económica interna, quizá los grandes deudores pudieran pagar sus intereses e ir amortizando en plazos, más largos, los capitales prestados. Pero ante las crisis por las que atraviesan prácticamente todos los pueblos de América Latina, hablar de poder pagar sus deudas externas, en los plazos señalados, es algo que raya en la utopía. De aquí que, en la actualidad, las naciones traten de solucionar estos problemas de la siguiente manera: primero, atender la economía interna, aunque algunas veces sus crisis vienen motivadas por las fuertes exigencias que el Fondo Monetario Internacional les impone; y después, ver cómo se las arreglan para qué, o bien mediante créditos-puente, o con un retraso en el pago de los intereses mediante la renegociación de la deuda, puedan cumplir con sus obligaciones. Y por último, mediante la afirmación clara y contundente, de que no podrán pagar los prestamos si no les conceden bonificaciones, reducciones, o ampliaciones a más largo plazo en el pago de intereses, y reembolsos de capitales, porque no tienen con que hacerlo.

Según las últimas informaciones proporcionadas por la CEPAL, Latinoamérica dedicó el pasado año el treinta y cinco por ciento de sus exportaciones, a pagar sus intereses. Los países que mayor porcentaje de sus exportaciones dedicaron a estos pagos fueron Argentina, con un 51 por ciento, y Brasil con un cuarenta y tres por ciento. La verdad es que poca maniobra les puede quedar a estas naciones, tan endeudas exteriormente, para atender al desarrollo interior del país.

Según el Balance Preliminar de la Economía Latinoamericana, hecho público el pasado mes de diciembre por la CEPAL, correspondiente al año 1983, el producto interno bruto total de América Latina se redujo en un 3,3 por ciento: «Ante esta baja y por el aumento de la población, el producto por habitante cayó un 5,6 en el conjunto de la región, y declinó en 17, de los 19 países latinoamericanos. A raíz de esta merma — y sigo

citando el informe de la CEPAL de 1983 — y de las registradas en los dos años anteriores, el producto por habitante de América Latina fue casi un 10 por ciento más bajo en 1983 que en 1980, y equivalió al que la región había alcanzado ya en 1977.»

La CEPAL reconoce que las cifras que se explican en su informe «muestran la extensión y profundidad desusada de la crisis recesiva que afecta a la casi totalidad de los países de América Latina».

He aquí, señores, una de las crisis que más se dejan sentir entre los pueblos de América Latina, y que es el motivo de muchos desajustes y conflictos sociales actuales.

*

* *

Otros de los conflictos con los que tuvieron que enfrentarse las Repúblicas Latinoamericanas, en las últimas décadas, fueron los de los movimientos guerrilleros, que surgieron en este continente, a raíz del triunfo de la revolución cubana. Desde la bella isla del Caribe el «castrismo» exportó la guerrilla a otros territorios del continente, siendo Ernesto Ché Guevara, el hombre al que admiraron y siguieron varias generaciones de jóvenes al que deseaban imitar, y que trataban de implantar en sus países, regímenes marxistas-leninistas parecidos al castrismo, pero que con el tiempo no tuvieron éxito. La muerte de Ché Guevara hizo que la llamada guerrilla revolucionaria dejara paso a la guerrilla urbana. Sin embargo, ambas formas irregulares de combatir, fueron para los movimientos marxistas el brazo armado en los intentos por derribar a gobiernos constitucionales o de «facto», sin que consiguieran sus propósitos.

Sin embargo, la aparición de estos movimientos provocaron muchos de los conflictos que durante los últimos quince años se han producido en América Latina. Hoy en día, parece ser que el régimen sandinista de Nicaragua, pretende seguir los pasos del castrismo, no tan sólo en la concepción del estado, sino también en la mentalización de las masas populares y en el desarrollo político, económico y social del pueblo nicaraguense, cuya revolución, en principio, no tenía el signo que ahora tiene.

Nuevos métodos, nuevos conceptos de lucha y de reclutamiento fueron los que hicieron famosos a un número grande de movimientos guerrilleros

en el continente iberoamericano. Precisamente la desigualdad social imperante en algunos, los regímenes militares en otros, el abandono que algunos gobiernos constitucionales tenían a la gente del campo, y una variada gama de conflictos internos, fueron las causas por las que lucharon, y aún luchan, unos movimientos que van desde verdaderos Frentes Nacionales de Milicias Revolucionarias, como en Centroamerica, a grupos de bandas armadas que nada tienen que ver lo que dicen defender.

Entre las guerrillas más conocidas en Latinoamerica destacaríamos los Tupamaros en Uruguay; el M-19 y la Fuerza Armada Revolucionaria en Colombia, y los Montoneros, y el Ejército Revolucionario del Pueblo, en Argentina. Al lado de estas bandas armadas, de claro signo marxista-leninistas o troskistas, encontramos también la actual guerrilla surgida en Perú, que, bajo la denominación de «Sendero Luminoso» hostiga en los medios rurales y en algunas ciudades, al gobierno libremente elegido del presidente Belaúnde Terry. También en Centroamerica la guerrilla combate hoy contra los regímenes de El Salvador, Guatemala, y Nicaragua. Mientras en El Salvador podríamos decir que estamos ante una verdadera guerra civil, en Nicaragua se combate contra el gobierno de la revolución sandinista, en donde un grupo de los que lucharon contra el régimen de Somoza se apoderó del aparato del poder, y según sus opositores, traicionaron a la misma revolución. El gobierno de Managua, sin embargo, acusa a los «contrarrevolucionarios» de defender los intereses de los Estados Unidos. Pero más adelante, hablaremos de Centroamerica.

Ahora, sólo queremos dejar constancia aquí que conflictos provocados por la guerrilla, hicieron en algunos países, como en Argentina, que la propia ciudadanía reclamase la intervención de las Fuerzas Armadas, con el triste saldo que todos conocemos.

*

* *

Y pasemos ahora a analizar los conflictos de carácter externo.

Los provocados en América Latina por las guerras entre naciones, ya sean del continente americano o foráneo. Sin embargo, para podernos situar un poco ante posiciones que después analizaremos, y ante los intereses que en algunos de ellos también han jugado la división planetaria del mundo,

desarrollamos, aunque sea muy por encima, el significado estratégico que tiene Latinoamérica.

Iberoamérica constituye un conjunto complejo de naciones cuyo más relevante signo estratégico, desde el punto de vista europeo, es que gran parte de ellos ofrecen sus costas o se sitúan sus islas, en la zona del Atlántico Sur. Esta división geográfica del Atlántico coincide con la efectuada por las naciones de la OTAN, al asignar responsabilidades militares concretas a determinados mandos en todo el espacio del Atlántico Norte.

El Atlántico Sur, ocupa una posición excéntrica a los espacios directamente afectados por la estrategia oriental y occidental. No obstante, su importancia es creciente. Y vamos a reseñar aquí algunas de sus causas:

- Por el volumen de tráfico marítimo que canaliza la zona.
- La vulnerabilidad de los Canales de Panamá y Suez, que en caso de cierre, obligaría a todo el tráfico a utilizar las rutas del Cabo de Hornos o Buena Esperanza.
- El desplazamiento paulatino de la confrontación Este-Oeste hacia el continente africano. Esta circunstancia, hizo que se llegara a hablar de la posibilidad de crear una OTAN del Atlántico Sur, para la que ya se había buscado un nombre, la OTAS: Organización del Tratado del Atlántico Sur.
- La especial, compleja, y frágil situación política de algunas de sus naciones, cuya evolución puede romper el equilibrio estratégico de los dos bloques.

Además, la zona o el espacio de América Central-Caribe, representa un espacio estratégico de vital importancia para la seguridad de los Estados Unidos, que consideran esta región como «el patio trasero de su casa».

Singular atención ocupa Cuba que a pocas millas de los Estados Unidos cuenta con un régimen marxista-leninista que no sólo se ha enfrentado con el poderoso gigante del Norte, sino que envía tropas a combatir a otras regiones del mundo, y cuya economía y protección corre a cargo de la Unión Soviética.

El área de América Central es un espacio dominado por los norteamericanos, que no han dudado en invadir un país, como la Isla de Granada, ante el temor que el aeropuerto que se estaba construyendo fuera utilizado por aviones soviéticos o libios, o su régimen se radicalizara, al estilo del

cubano, tras el asesinato del primer ministro Bishop. Fidel Castro considera a Cuba como un país latino-africano, de aquí que también apoye a los movimientos de las antiguas colonias portuguesas en Africa y al «Black-Power» de algunos territorios del Caribe, y en los propios Estados Unidos. Cuba representa una potencia militar muy importante dentro de las fuerzas armadas iberoamericanas, con un ejército superior a los 225 000 hombres, a parte las milicias, o unidades paramilitares, que pueden movilizar a 250 000 personas. El servicio militar en Cuba es obligatorio y dura tres años. Cuba depende totalmente de la Unión Soviética en cuanto a material militar.

Y del área central, nos vamos al espacio sudamericano, en donde tres potencias regionales destacan sobre las demás. Se tratan de Brasil, Argentina, y Chile, esta última al otro lado del Atlántico, sobre el Pacífico. En esta zona, existe un organismo constituido por Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay, denominado «Comando del Area Marítima del Atlántico Sur», CAMAS, cuya finalidad es la de llevar a cabo ejercicios conjuntos para el adiestramiento de sus marinas. Los Estados Unidos también realizan maniobras navales con Argentina, Brasil, Chile, Perú y Colombia. Las potencias que pretenden ejercer su soberanía en esta zona son Argentina y Brasil. Brasil es la mayor potencia militar del todo el continente iberoamericano, con unos 275 000 hombres, a los que hay que añadir 60 000 en reserva primaria y unos 500 000 en reserva secundaria.

Y siguiendo analizando el poder estratégico de la Región, debemos destacar la producción de una serie de materias primas consideradas importantes desde el punto de vista estratégico. En esta zona hay yacimientos, por lo menos, de seis de ellos: bauxita, niobio (columbio), cobre, molibdeno, estaño y tungsteno. También el estaño y el cobre, con grandes reservas en Bolivia, Chile y Perú, tiene una importancia como materias primas estratégicas. Por otra parte, debemos destacar que según las últimas informaciones, la República Argentina tiene capacidad suficiente tecnológica y científica para fabricar una bomba nuclear, y tanto esta República como Brasil, han comenzado un importante programa de energía nuclear, lo mismo que Chile y Méjico, aunque estos últimos no de tanta importancia.

Latinoamerica es la única región del mundo en la que se ha establecido una zona libre de armas nucleares, por el Tratado de Tlatelolco, en 1967. Aunque tanto Argentina como Brasil lo han firmado, no en cambio firmaron después el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares.

A parte de estas consideraciones de orden estratégico, debemos señalar que existen latentes otros conflictos por cuestiones limítrofes en Latinoamérica. Así por ejemplo entre Chile, Perú y Bolivia, donde esta última perdió su salida al mar, por el Océano Pacífico; en la guerra del mismo nombre en 1897, y, aunque en 1904 firmó un Tratado de Paz, tiene planteado ahora, ante las Naciones Unidas, las reivindicaciones de una salida al mar. También Brasil cuenta con los recelos de Perú, Argentina y Bolivia, esta última menos interesada, ante la teoría brasileña de las «fronteras pobladas» o «fronteras vivas», y que para ellos la frontera no es una línea convencional, sino la que viene delimitada por la habitabilidad de sus pobladores. También entre estos conflictos fronterizos podríamos reseñar el que tienen Colombia y Venezuela, y Ecuador y Perú. El Canal de Panamá, el conflicto está en vías de solución, cuando en el año 1999 los Estados Unidos les devuelvan la zona del Canal, tratado que fue firmado por el expresidente Caster y el fallecido General Torrijos.

Mención a parte merece resaltar el conflicto existente entre Gran Bretaña y la República Argentina por las islas Malvinas, Georgias, y Sandwich del Sur, y que ha ocasionado la última guerra colonial. Los argentinos consideran estas Islas como algo suyo, y desde pequeños, los argentinos, las estudian como tierras que forman parte de su territorio nacional. La guerra entre ambas naciones ocasionó graves resultados con un número elevado de víctimas, millones de dólares perdidos, y un enfrentamiento que nada consiguió, y si en cambio mucho perjudicó a los países occidentales. Ante la clara posición de los Estados Unidos al lado de Gran Bretaña, los países latinoamericanos se preguntaron para que sirve el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, conocido por TIAR, si Washington dejó sólo a uno de los miembros firmantes. También la Organización de Estados Americanos, la O. E. A., ha sido cuestionada ante la preponderancia norteamericana que si bien defiende la doctrina Monroe, «de América para los americanos», no la aplica como desean algunos países del continente, que no ven en los Estados Unidos a un socio sincero, a la hora de cumplir el espíritu de estos tratados.

El diferendo existente entre Argentina y Chile, por una cuestión de límites en el Canal de Beagle, en el estrecho de Magallanes, es también fuente de disputas y encuentros entre las dos naciones vecinas y hermanas. Después de que Gran Bretaña le diera la razón a Chile, así como otros organismos internacionales, la mediación del Papa Juan Pablo II parece

que tampoco gustó mucho a los gobiernos militares de Buenos Aires. Con la llegada al poder del radical Alfonsín, se ha llegado a unos principios de acuerdo por los cuales este problema será tratado dentro de unas conversaciones bilaterales, en base al documento del Vaticano que ni le quita la razón del todo a la Argentina, ni le ordena a los chilenos que abandonen las islas australes, que los argentinos consideran suyas por el principio bioceánico.

*

* *

Y como el tiempo llega a su fin, no queremos concluir esta conferencia sobre los conflictos en Latinoamérica, sin hacer especial mención a la situación que hoy vive Centroamérica.

Aunque anteriormente hicimos alguna referencia a este conflicto, vamos a analizarlo ahora con más detalle, debido a la actualidad del tema, y a que es el principal foco de tensión grave registrado actualmente en Iberoamérica.

Antes de nada, recordemos que Centroamérica es la región que mediante un amplio istmo une los territorios del norte y del sur del continente americano. En estas tierras, conviven siete repúblicas independientes; una de origen anglosajón, Belice, y seis de origen hispánico: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica y Panamá. Este territorio cuenta con una población global de unos 20 millones de habitantes. La pobreza, y las grandes desigualdades sociales han sido, y son, uno de los grandes males sociales de esta región. La oligarquía reinante en estos países llevó a algunos de sus pueblos, a luchar contra las dictaduras de signo militar. El general Somoza fue derrocado en 1979, y la guerra que contra él desencadenó el movimiento sandinista «de liberación nacional», registró un saldo de unos 25 000 muertos. En la actualidad, y después de llegar al poder una Junta de Reconstrucción Nacional en la que participaban varios de los partidos cuyas milicias o guerrillas habían luchado contra Somoza, la mayoría de estos grupos abandonaron poco a poco el gobierno, ante el no cumplimiento de que se celebrarían unas elecciones libres y democráticas, y que se constituiría un régimen político con pluralidad de partidos. Aunque en la actualidad el gobierno de Managua, anunció y más tarde aplazó la celebración de elecciones, muchos observadores y miembros de la antigua

revolución ya han advertido que no tendrán una validez democrática si se celebran, ante el adoctrinamiento que está llevando a cabo la Junta Sandinista entre la población nicaraguense, porque ya han advertido que no consentirán que vuelvan al territorio a los que llaman «bandas somocistas», y los exiliados antimarxistas.

Mientras tanto, en El Salvador se vive hoy una guerra civil.

Desde los últimos cinco años la violencia en este país no ha cesado y a los actos de terrorismo de las guerrillas de izquierdas se oponen los «batallones de la muerte» de la derecha, con unos balances de víctimas muy altos. Así por ejemplo, sólo en el año 1980 murieron en El Salvador alrededor de unas 11 000 personas. La violencia generalizada en las principales ciudades, y la lucha guerrillera del Frente Farabundo Martí de Liberación, en el norte y sureste del país, están arruinando la nación. Si bien por una parte las autoridades de San Salvador acusan a los cubanos y nicaraguenses de facilitar armas a la guerrilla, y de ser los promotores de esta sangrienta guerra civil, por otra parte Cuba y Nicaragua niegan estas acusaciones, y acusan a los Estados Unidos de mantener en el poder a unos militares que son el brazo armado de la oligarquía imperante en la nación. La verdad es que si en El Salvador triunfara un régimen marxista-leninista, tipo castro o sandinista, todo parece indicar que los Estados Unidos estarían dispuestos a intervenir en la zona. Desde que llegó al poder el presidente Reagan, los conflictos centroamericanos fueron su principal preocupación, ya que considera que con unos países fronterizos dependientes económicamente, y militarmente, del bloque comunista, representan para Washington la más seria amenaza para sus fronteras, después del conflicto de los misiles cubanos. De aquí que, Reagan ayude claramente al ejército regular salvadoreño, y pretenda legitimarlo a la vez con unas elecciones. Hay que reconocer que si bien por un lado en El Salvador se conculcan las más elementales normas de los derechos humanos, el pueblo acudió a las urnas, en 1982, para votar a una Asamblea Constituyente, y que pronto volverá a celebrar elecciones, esta vez con carácter general. La guerrilla del Frente Farabundo Martí de Liberación combatió con todos sus medios, las pasadas elecciones, y ya ha anunciado que no acepta estas próximas, porque las considera un fraude.

Hay que reconocer que si bien todo el mundo censura la actitud de los grupos parapoliciales de extrema derecha, también se debe analizar, de manera negativa, esta actitud de la guerrilla que, incapaz, al menos por

ahora, de triunfar en unas elecciones libres y democráticas, prefiere participar en el gobierno mediante unas negociaciones que la ponga en igualdad política con los grupos que fueron elegidos en las urnas. El mayor triunfo de los últimos comicios, fue la asistencia masiva de la población aún a pesar de las amenazas anunciadas por la guerrilla, y de la serie de sabotajes que hizo para que no pudieran celebrarse en paz y en todo el territorio.

En Guatemala, tampoco las libertades cuentan con un respaldo y una protección de los organismos públicos. La celebración de comicios manipulados, los golpes militares, los autogolpes de uno o otro signo, se han sucedido en este país durante los últimos años. De nada han valido las elecciones, si estas no han contado con plenas garantías de libertad. Los Estados Unidos tratan de que el conflicto interno no se traduzca en una guerra civil al estilo de El Salvador, y han censurado las intervenciones militares que se han sucedido en el país, que también está pendiente de uno proceso electoral.

Con el fin de detener, y observar de cerca, el conflicto Centroamericano, los Estados Unidos han enviado una potente fuerza militar que se ha estacionado en Honduras, y una «TaskForce» especial que se encuentra desplegada por el Caribe. Las continuas maniobras de los ejércitos de Honduras y de los Estados Unidos las consideran, algunos analistas, una tapadera para estudiar sobre el terreno la estrategia a seguir, en caso de que el conflicto centroamericano no pueda ser dominado.

Washington apoya militarmente a El Salvador, a Honduras y económicamente a las guerrillas antisandinistas que luchan contra el gobierno de Managua. La situación en esta zona llegó a ser tan tensa, que un grupo de naciones se reunieron en la Isla de Contadora para trazar un plan que consiga la paz en esta zona por métodos pacíficos. Frente a esta actitud latinoamericana, los Estados Unidos, por mediación del presidente Reagan, creó una Comisión investigadora del conflicto para que propusiera soluciones. Esta Comisión bipartidaria, está presidida por el exsecretario de estado Henry Kissinger, y acaba de hacer público un informe en el que viene a decir que hay que ayudar a los países pronorteamericanos de la zona, mediante una fuerte ayuda económica y militar, a la vez que aislar a Nicaragua, para que no se convierta en una nueva Cuba. Washington también tiene en este área a un Embajador especial que primero fue el señor Enders, y en la actualidad es Richard Stone. Este último se ha entrevistado con todas las

partes involucradas en el conflicto; desde representantes de la guerrilla — más o menos solapadamente — hasta con los dirigentes sandinistas.

Frente a todo este despliegue político, militar y económico de los Estados Unidos, las naciones del «Grupo de Contadora» — Méjico, Venezuela, Panamá y Costa Rica — han elaborado un plan de veintinueve puntos, después de una serie de encuentros y entrevistas con los cancilleres de las repúblicas centroamericanas, en los que la paz en la zona pasa por una serie de requisitos, como son: elecciones libres, retirada de todos los consejeros extranjeros, el no suministro de material militar a grupos guerrilleros, ayuda económica a todos los países sin distinción alguna, la congelación de material militar, el realizar un balance del existente, y una serie de pequeños detalles que permitan la independencia de los pueblos, y el arreglo de sus asuntos políticos, por medio de las urnas y del diálogo.

A los Estados Unidos tampoco les parece mal resoluciones del «Grupo Contadora», pero hasta ahora no parece apoyarlas con mucho entusiasmo. La influencia norteamericana en la zona no es de ahora, sino practicamente desde que España abandonó aquellas tierras. El informe Kissinger señalaba que los males del conflicto de Centroamerica nacieron de la colonización española. Personalmente, nos parece la comparación como si de los pecados que nosotros cometemos, tuvieran la culpa nuestros primeros padres.

Quizá los males procedan de las antiguas familias oligarcas que se unieron a las compañías norteamericanas para explotar esta zona de América, y la convirtieron, durante muchos años, en lo que se llamó «Repúblicas Bananeras». Es posible que aquellas familias tuvieran ascendencia española, pero es verdad que la influencia norteamericana y las anteriores intervenciones militares en las antiguas colonias españolas, no las realizó España.

El problema de este conflicto está en la endémica desigualdad social que perdura desde siglos, pero que con el tiempo, otras naciones las superaron. El que movimientos de ideología marxista-leninista, o nacionalistas de izquierdas, se aprovechen de las reivindicaciones de los menos favorecidos, que son la mayoría, es algo contra lo que se puede luchar, comprendiendo los problemas de los habitantes de esta zona de América Latina. Ayudándolos económicamente, como se han ayudado a otras naciones del mundo; respetándolos, porque son tan americanos como cualquier norteamericano; intentando comprender la idiosincrasia de unos pueblos que son completamente distintos; admitiendo el derecho que tienen a elegir sus propios políticos; es como se puede superar esta crisis.

En fin, dándoles no los peces para que puedan comer hoy, sino la caña de pescar para que puedan comerlos durante muchos años. Ayudándolos a que comprendan a admitir el juego de la pluralidad de partidos. A respetar los derechos humanos. Y potenciando su desarrollo económico y cultural, para que no puedan ser manipulados.

Los conflictos en Centroamerica deben ser solucionados por la vía del diálogo. No por el poder de las armas de fuego.

Y termino. Pero proclamando aquí, que tanto los portugueses como los españoles hemos legado a nuestras antiguas colonias lo que hoy son, y representan en el mundo internacional. Habremos cometido errores, pero las colonizaciones portuguesas y españolas pueden ser modelo en la historia de las demás colonizaciones.

Y permítanme concluir, deseando los mejores éxitos de futuro a la Comunidad Iberoamericana de Naciones; a los países de habla portuguesa y castellana.

Y permítanme, que concluya con unas palabras de nuestro Rey Don Juan Carlos de Borbón, en su primer viaje por tierras iberoamericanas:

«Nuestro futuro, en el que tantas cosas podemos hacer juntos, no se apoya en la nostalgia, sino en una profunda solidaridad con los pueblos de este continente, que nos hace vivir muy de cerca sus problemas más acuciantes. Los que plantean su independencia política y económica, su desarrollo, sus ansias de una mayor justicia social, y sus ideales de libertad.»

Alvaro de Arce y Temes

Tenente-coronel
Ejército Español

THE «PEACE MOVEMENT» IN THE FEDERAL REPUBLIC
OF GERMANY: SOCIOLOGICAL SCOPE, STRUCTURE,
MOTIVATIONS AND PROBLEM OF CONTROL

Dr. Günther Schmid M. A.

THE «PEACE MOVEMENT»⁽¹⁾ IN THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY: SOCIOLOGICAL SCOPE, STRUCTURE, MOTIVATIONS AND PROBLEM OF CONTROL (*)

I — *BACKGROUND AND SCOPE OF THE «PEACE MOVEMENT»*

1) In almost all the western industrial societies, signs of a three dimensional area of conflict have been appearing since the 1970 which the so called «new social movements» that have been forming since then can be attributed to:

- Left/Right Dimension (left and liberal left supporters).
- Materialism/Post-Materialism (ecology and alternate groups, Greens etc.).
- Modernism/Anti-Modernism (provincial, small farmer, artisan milieu, for instance Elbe fishers, vinters etc.).

New in these social movements are four main features:

- Significance and universality of the resultant problems (questions of the social way of life, including the working world).
- Heterogenous membership (groups whose economic and social status is linked to industrial growth, as well as groups outside of the nucleus of power, such as youth, women, unemployd, ethnic minorities etc.); principally «new middle class» (social occupations).
- Almost simultaneous appearance, loose ties among each other, formation of an own culture sealed against the outside world («culture of the likeminded»).
- No hierarchical stratification (as in the workers movement or ideological and religious currents), high personal fluctuation, low degree of organization.

(¹) This term is in quotation marks because it is a selfchosen, and therefore controversial designation, which already presupposes an identifiable subject, and therefore does not lend itself to analysis.

(*) Conferência proferida em 28 de Fevereiro de 1984, no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional/84.

Prominent among the «New Social Movements» are:

— The citizens' initiative movement (approximately 20 000 citizens' initiative movements in the Federal Republic, with some 4 million participants, i.e., twice as many members as in all the parliament parties together:

- Ecological movement
- Women's movement.
- Civil Rights movement.
- Pacifist movement.
- Peace movement.

These social formations do not form a unified protest potential; they represent, rather, an addition of the most dissimilar, in part contradictory ideological trends. The heterogeneity of these movements cannot be reduced to a common denominator that could adequately express the diversity of purpose. The consequences for the entire 1980's:

Fissured social area of conflict with intensely civilization-critical characteristics.

2) Self-Understanding And Problem Perception of the «New Social Movements»:

The fundamental criticism of industrial society, the revolt against traditional belief in progress and growth, coupled with the experience of the dwindling ability to solve problems, and alienation of conventional politics and the political parties, inevitably shows the necessity for collective self-help («march out of the institutions»).

There are five basic problem areas and processes of social change, which intensified and accelerated during the 1970's and are now collectively perceived as crises by a large portion of the population:

- a) Threat to the natural fundamentals of life (water, air, environment, mineral resources);
- b) Threat of increasing military destabilization (arms race, armament, diminishing sense of security);
- c) Increased North/South problems (poverty, debts);

- d) «Silent Revolution» of values (disintegration of traditional guidelines and value patterns, segmentation of society);
- e) Loss of confidence and credibility in politics; «experiences of impotence and enstrangement» (State and politics become ever more anonymous); increasing expenditures and performance of the welfare state decreasing contentment of its citizens.

3) The Psychological Background: Reasons for the Uneasiness:

- a) «Experience — and insight gaps» are omnipresent in today's politics. The individual is feeling cut off from access to crucial areas of politics determining his fate; politics has become independent and anonymous, it has decoupled itself from every-day life (nuclear strategy debate; acid rain; census; large technology; Seveso poison). *Important:* Political, economic and social values, for example, freedom, stability, wealth and security have never been experienced as the sum of their denial by young people. They are taken for granted and have thus lost their persuasiveness!
- b) «Experiences of political impotence», «experiences of enstrangement» (Allensbach long-term study), feeling of being encroached upon by «coercive rules» («Sachzwänge»); the collapsing belief in practicability results in a fear potential (most important causes of fear: unemployment, pollution, war, crime).

II — COMPOSITION AND MOTIVATION OF THE «PEACE MOVEMENT»

1) The «peace movement» can be characterized as a merger of loosely structured groups and initiatives, typified by project-oriented articulation and activity. In contrast to the other «new social movements», the «peace movement» resulted from cooperation with already existing institutions and organizations (the protest's starting point was not the universities as in 1968, but the New Social Movements and their milieu).

2) According to formal or organizational criteria, the «peace movement» reveals a three-tiered structure:

- Old and New Left (SPD-oriented groups, for example the DGB (National Federation of Labor) and Labor Youth, Young Socialists, Young Free Democrats; German Communist Party and subsidiary organizations, «Socialist Bureau» and «Committee for Basic Rights and Democracy»; Eurocentrists, like the Russell-Peace-Foundation, Rudolf Bahro).
- Christians and Pacifists.
- Ecological and alternative life style groups (Greens, Alternative and Non-Conformist Activists).

3) The «peace movement's» basic attitude towards politics follows two directions:

- Organizations with traditional attitudes towards politics (parts of the SPD and FDP, National Federation of Labor, German Communist Party, church and pacifist groups, parts of peace and conflict research).
- Post-Material and «New Social Movements» including individuals without organizational affiliations (Greens, Alternative Groups, Federal Civil Initiative and Environmental Protection, autonomous peace initiatives, Third World initiatives, anti-imperialist and anarchical groups).

4) In its entirety, the basic motivation of the «peace movement» can be generally interpreted as moralistic-rigorous and radical-ethical («moral purity fanaticism»). A kind of «enthusiasm» to do something for themselves seems to characterize most followers and groups (self-absorption, introversion), to discover and experience alternatives, to sustain the euphoria of «Doing Something», to overcome the widespread disenchantment with modern civilization, to articulate their own fears, doubts and pressures and to practice «tangible utopias» (emotional self-realization in the immediate realm of experience).

The «peace movement» derives its emotional thrust through its occupation with doomsday fantasies and conspiracy theories. But what happens, however, if the nuclear apocalypse does not occur?

5) The reasons for the success of the peace movement are:

- First, concentrating on the smallest common denominator; the rejection of the NATO two-track decision, i.e. the prevention of the accompanying measures is the only common objective (no long-term political perspective!).
- Second, in the creation of a broad alliance that was able to sustain the loose solidarity, because conceptional differences were set aside for predominantly tactical reasons (for example about the relationship with the Soviet Union and its rearmament as well as the issue of «non-violence»). Cooperation among the various groups is only sporadic.

The five nation-wide «action conferences» (in February 1982, October 1982, April 1983, November 1983 and February 1984) clearly showed that there exists no strategy in the «peace movement» acceptable to the majority and that notions about means and purposes of peace activities are largely insurmountable (Greens, German Communist Party, Bahro-followers, German Communist Party; christian-pacifist groups versus communist groups).

The regionalization and segmentation into individual factions and groups actually amounts to a reduction of its effect on the general public, lack of orientation and inability to assert itself adequately as an organization; the «peace movement» has become increasingly difficult to survey («everybody does what he wants»).

6) Against this background, a potentially fundamental conflict between two divergent tactical and conceptional positions is becoming apparent within the movement:

- Either campaign of persuasion against realization of «INF-modernization».
- Or use of practical prevention strategies (non-violent or militant). Non-violent actions (sit-ins, die-ins, hunger-strikes, fasting, blockading casernes, etc.) will, according to past experience, not be formally organized. Modes of action ranging from legal protest to direct confrontation stand on most of the «plans of action» of peace groups («diverse forms of civil disobedience»).

7) In the Summer and Fall of 1983, profound controversies emerged in an open controversy over strategy:

- a) The Greens fear a «creeping nationalization» of the movement, that is massive attempts undertaken by the SPD and National Federation of Labor to absorb them and integrate them effectively (the so called «integration trap»). They suggest calculated trespasses of the law and provocative actions («pioneer groups» must march ahead of the mass movement and open up breaches») and basically oppose talks between the «peace movement» and the police.
- b) The independent, autonomous faction rejects mass demonstrations as «walking demos» and legalistic actions, distinguishes between using force against «participant» and «non-participant» objects (only «injuring force» against human beings is ruled out) — according to Alexander Schubart at a BAF-work meeting in Frankfurt in February 1983. Apparently this faction counts on martyr — solidarity —, and radicalizing effects. Parts of the autonomous spectrum either only resort to «non violence» for tactical considerations but not even for tactical reasons.

8) Distinct crisis symptoms, predictable splitting tendencies and dilemmas of the «peace movement» are the result of:

- The frustrating and disappointing experience that demonstrations and blockades lose both their mobilizing and activating function and become pure routine, if they are repeated frequently. They will not be able to prevent the deployment of new missiles (INF-modernization).
- The growing willingness of individual groups and persons to carry out unconventional and independent actions which are not covered by the wide spectrum of the movement and create a peace-motivated martyrdom.
- The lack of a political long-term peace perspective of the «peace movement», which has, until now, just been a movement against (especially) American nuclear intermediate-range missiles (cultivating fears about their deployment as certain beliefs) and possesses no realistic concept of policy towards the Eastern Bloc (almost totally focusing on military potentials instead of the causes of political conflict).

III — *QUANTITY, QUALITY AND PROSPECTS FOR SUCCESS OF COMMUNIST INFLUENCE AND CONTROL OF THE «PEACE MOVEMENT»*

1) According to all available data and experiences, the pro-Moscow communists constitute the most unified and active group within the «peace movement» (about 100 000 persons), they are their «work horses». Although they only represent a numerical minority, they possess concrete objectives, and have at their disposal a powerful apparatus and sufficient funds.

According to the information from the Department of the interior (August 1983), the extreme left portion participating in the previous mass demonstrations amounted to approximately 20%; guards, at least 40%. The communist influenced spectrum comprised more than 50% of the participants at the nation-wide action conferences. A total of some 4000 peace initiatives exist in the Federal Republic. Of the 1100 peace groups in North Rhine Westfalia, only about 70 are considered communist infiltrated.

2) It is doubtful, however, if the German Communist Party and its followers will succeed in gaining «peace movement» support for other immediate communist objectives. So far, this Party has not been successful in decisively penetrating the democratic camp! The religious and alternative camps of the «peace movement» show a distinct tendency to disassociate themselves from all hierarchically structured communist groups. An overwhelming majority of the movement rejects communist goals. Communists participate in the marches, and are involved in organizational efforts, but they neither dominate the total image of the «peace movement», nor did they initiate it.

3) The extremely moral-ethical basic motivation of the «peace movement» as a whole emerged and developed independent of a political left/right classification.

4) Published opinion in the Federal Republic (exception: The weekly newspaper DIE ZEIT) deals with the extremist parts of the movement, which removes the concerns and the engagement of the other participants out of public view allowing the portion of pro-Moscow Communists to advance

markedly into the foreground in the planning and execution of demonstrations. The mass media's typical mode of selection favors unusual, conspicuous behavior with heightened attention; the exception, not the rule, is newsworthy.

5) In many groups of the «peace movement», the awareness and sensitivity with respect to one-sided attempts at political manipulation, channelling and undermining have sharpened through specific behavior patterns of German Communist Party supporters (pro-Moscow groups were not invited to important preparatory and organizational meetings at the beginning of January and the end of February 1983!). Today a communist alliance policy attempting to gain influence and recognition within the movement must leap an increasingly higher hurdle (an example is the open controversy between Young Socialists and Greens on the one hand and communist groups on the other about the one-sidedness of the appeal and the organizers of the large demonstration in Bonn on June 10th, 1982!). There is only sporadic cooperation of communist groups with Greens, the Social Democratic Party, labour unions and churches.

6) For the «peace movement» as a whole, the central issue remains the «alliance policy», that means delimitation of those factions attempting to advance only the positions and interests of official Soviet foreign and security policy. The issue of how the «peace movement» will resolve the problem of unified cadre groups working within it («hangers-on»), may prove, whether it is able to survive as a mass movement or only as a splinter group.

IV — DIMENSION, RECRUITING POTENTIAL AND RESONANCE OF THE «PEACE MOVEMENT»

1) According to careful and realistic estimates and all available data, presumably between 1,5 and 3 million German citizens belong to the «peace movement». The individual groups (especially the communist controlled and influenced organizations) portray themselves as having obtained «far more than 2 millions» signatures to appeals and petitions. How such signature campaigns came about and how they are finally evaluated, is still open to question; likewise the question, of and in which form withdrawals of signa-

tures were and are considered (approximately 10% of the adult population in the Federal Republic have been reached by all signature campaigns!).

2) The two big EMNID-polls (conducted in October 1981 and March 1982) reveal the following empirical results regarding the «peace movement's» potential:

- a) Only 8-9% of the citizens questioned form the active core of the «peace movement».
- b) The «passive supporters» of the movement constitute the largest group with 39-44%;
- c) 14-22% of those questioned are indifferent towards the «peace movement».
- d) 29-33% reject it or express doubts.
- e) 49% of the German citizens believe that the «peace movement» has no influence on rearmament or disarmament.
- f) Generally the disillusionment with political parties and politics is largest among the 25 year old and young adults in the Federal Republic; but the most important political subject for them is that of «disarmament and peace».
- g) According to available data, the «potential peace activist» can as a rule be profiled as follows:
 - Under age 35.
 - Higher education (Abitur).
 - Not a consistent CDU/CSU voter.
 - Post-materialist attitude.
 - Tendency to «unconventional behavior patterns».

3) Although the «peace movement» neither unites a numerical majority in the population as a whole nor the young people in general, its ideas, identity, motivation and parts of its experience are reflected in a growing number of citizens. According to the comprehensive Shell-Study «Youth 1981», 50-80% of the 15 to 25 year olds are basically positive about protest movements. The recent study «Girls 1982» proves that the «peace movement» for girls between 15 and 19 represents by far the most important of the current trends aimed at change. 60-70% of all youths in the Federal

Republic approve of their own country's democratic system — accompanied, however, with distinct criticism in individual cases (higher rate of acceptance than in other Western democracies).

V — THE POLITICAL DIMENSION OF THE «PEACE MOVEMENT»

1) Peace, security and armament are not solely youth's problems, nor are they problems articulated by the «peace movement» only. Rather, they comprise topics of public discussion which are of interest to all of society. In public discussion, the problems of defense through nuclear weapons has only been mastered so far by repression and distraction. Scepticism against nuclear deterrence is generally shared to a greater extent today than at the beginning of the 1970's. The main problem of the 1980's will be the strengthening of social acceptance of any security policy and military strategy especially of nuclear deterrence.

2) In its impulses and effects the «peace movement» is clearly a political movement. It has:

- Initiated a broad public debate on defense policy and removed the tabu from security policy in Western Germany.
- Paved the way for political and social trends, which could not develop in parliament and in the traditional political parties.
- Contributed to the massive spill-over of the debate on nuclear deterrence and «alternative security models» into political parties (SPD!), whereas it was formerly limited to university seminars and experts.

Dr. Günther Schmid M. A.
Center for International Politics
University of Munich

COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA NACIONAL

Teresa Bernardino

COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA NACIONAL

Após a realização no Instituto de Defesa Nacional de um Seminário sobre «Comunicação Social e Defesa Nacional», algumas reflexões tornam-se indispensáveis. Em primeiro lugar, no que respeita à Comunicação Social. Campo de vastas implicações políticas, económicas, culturais, tem, em Portugal, um espaço de *pluralismo condicionado*: Pela existência de várias linhas de força condicionantes das opiniões emitidas — cada órgão de comunicação exprime posições ideológicas idênticas; pela coacção psicológica exercida por ideias que o cidadão manifestou anteriormente, pelos leitores (o auditório é monolítico), pelas interpretações abusivas, pelas direcções dos jornais, pelos grupos dominantes na orientação ideológica do respectivo jornal ou emissora.

Concluindo, a opinião pública, facilmente manipulável, depende de uma comunicação social que estimula certos comportamentos e que desmotiva ou rejeita outros.

Tal como a sociedade portuguesa, a Comunicação Social é um sector em crise de identidade. Sendo o sector que melhor pode reflectir a cultura de um povo, a imagem que oferece revela as incertezas, os desencontros, as obsessões da vida mental da nação, feita *palavra viva*. Sociedade em mudança, mentalidade nova a delinear-se confusamente. Eis a realidade em que se inscreve a Comunicação Social escrita e oral. Vive-se, com efeito, o ambiente de uma sociedade que se conhece mal a si própria porque as linhas de rumo que lhe dariam coesão são quase imperceptíveis.

Quais os objectivos em que os Portugueses são solidários? Quais os seus ideais maiores? Serão os partidos, os sindicatos e outras organizações representativas dos seus interesses mais profundos? Na fragmentação social dos tempos de hoje expressou-se a hostilidade, a agressão mútua. Há um sentimento de transgressão generalizada ecoado largamente pelos meios de Comunicação, tais como a televisão ou a rádio, num plano mais imediato.

O oportunismo político de certas figuras gera igualmente um clima pouco propício a uma isenta, imparcial, Comunicação de massas. Os políticos entrevistados (e que se fazem ouvir) são quase sempre os mesmos. Uma crise de

novidade atinge este sector da vida nacional: a insistência com que certas notícias são transmitidas e a omissão de outras têm provocado o progressivo desinteresse do cidadão pela *coisa pública*. O novo adquire um carácter velho à força de tanto ser repetido. Dividida, rotineira, sem especialização profissional, a Comunicação Social apresenta-se com a imagem própria de uma sociedade apagando-se por falta de incentivos para a dinamizarem.

*

* *

A problemática da Defesa Nacional insere-se no contexto da Comunicação Social de uma forma ambígua, pouco definida e por isso também perigosa. Quando se fala hoje de Defesa, a expressão tem uma significância mais no âmbito da ordem internacional do que no domínio nacional. Se o mundo está dividido em dois blocos ideologicamente antagónicos, os países que nesse mundo mais vasto se integram concebem de forma pouco clara uma defesa de sentido estritamente nacional. Daí que a expressão defesa nacional tenha uma significação progressivamente limitada. Vários exemplos o demonstram: o Líbano onde uma força intercontinental (Europa-América) desempenha o papel de guardião daquela soberania nacional ameaçada; uma Polónia supervisionada pelas forças armadas fiéis à URSS, onde o Solidariedade tem cada vez mais uma função simbólica; uma Cuba com um chefe político ao serviço do imperialismo soviético ...

O conceito de defesa da nação não pode hoje colocar-se apenas dizendo respeito a cada nação. As nações politicamente próximas associam-se numa defesa conjunta dos seus interesses ou poderão ser sufocadas e submetidas pelas forças minoritárias com ideais políticos divergentes e mesmo antagónicos da Vontade Geral. Com efeito, nos últimos anos deste século acentuou-se a decadência da noção de defesa nacional. E isto não pôde deixar de ser nefasto à individualidade dos povos. Conduzindo as nações a uma dependência cada vez maior do exterior, de um exterior englobante, acentua-se a penetração das grandes potências mundiais nas opções dos países cujo poder económico é débil e que do seu apoio dependem para sobreviver. Mas seria hoje viável promover uma verdadeira política de defesa nacional independente da defesa do Ocidente? Não estará a defesa nacional totalmente limitada por ela? Em que termos se pode, portanto, pôr a questão da existência de uma defesa nacional? Em termos teóricos e/ou em termos práticos? A

integração das forças militares portuguesas na NATO marcou, após uma neutralidade (1939-45), mais fictícia que real, a impossibilidade de uma pequena nação, estrategicamente importante no contexto mundial, se afirmar frente aos grandes blocos planetários. Mas, neste momento, não são apenas as pequenas nações a restringir a sua efectiva independência (político-militar). Facto exemplificante é a aceitação de armamento nuclear em território de grandes países como a Inglaterra ou a Alemanha. Para tornar menos precário o equilíbrio EUA-URRS, a Europa Ocidental recebe tecnologia militar persuasiva daquela primeira potência imperialista. Força que só pode ser posta em funcionamento, apesar de instalada em solo estrangeiro, pela nação americana. Em contrapartida, a URSS ameaça com a instalação de mísseis não menos potentes em todos os oceanos, o que anulará o efeito neutralizante das recentes medidas dos EUA.

Por isto tudo a ideia de defesa nacional é naturalmente atingida e com ela o seu suporte secular: o sentimento patriótico.

No século da conquista de universos desconhecidos previu-se o alargamento do mundo humano a outros espaços. A ideia de pátria com estreita dimensão geográfica e de recursos entendeu-se incomportável com os tempos novos que se avizinhavam. O pequeno país e mesmo a pátria maior começam a ver a sua identidade atrofiando-se em favor da identidade planetária — o interesse do colectivo internacional sobrepõe-se ao colectivo nacional. Deste modo, as nações só possuem hoje importância, ou seja, peso no contexto mundial, na medida em que se integram num conjunto mais vasto. As recentes tomadas de posição de alguns sectores políticos com vista a uma ligação política à Espanha ou à inserção maior num projecto pró-americano sensibilizaram a forte vontade de independência que sempre caracterizou os Portugueses desde os primórdios da sua independência quase milenar. No entanto, a questão não se limita a Portugal. Noutros países vão-se equacionando as mesmas preocupações: a secundarização do culto dos valores nacionais provocou uma desnacionalização cujos efeitos se evidenciam cada vez mais. Para isso contribuiu a difusão de ideologias políticas aniquiladoras (porque as ignoravam) das vontades próprias dos povos. A dar maior dimensão a esse facto surgiu o fantasma da guerra nuclear apocalíptica. Sufocando-se as expressões nacionais que só o patriotismo alimenta, as pátrias de hoje estão carecidas de um reexame dos seus comportamentos presentes à luz da história passada, isto é, da cultura que lhes deu individualidade.

Pelas circunstâncias apontadas, a Defesa Nacional de sentido lato (integração num Bloco), para não ser corrosiva da Defesa Nacional de sentido restrito, tem de se alicerçar num forte sentimento patriótico. Caso contrário, a primeira extinguirá a integridade das nações, diluindo-se em grupos de povos ser coesão por não terem razões para cultivarem a unidade entre si. Para fundamentar a independência nacional é essencial perservar os valores socioculturais de cada povo.

O carácter, as constantes psicológicas, as riquezas linguísticas, as tradições populares, a filosofia de vida serão genérica e sucintamente os factores que podem dar coerência e tornar mais actuates as políticas nacionais frente aos imperialismos que as obscurecem. As personalidades pátrias impôr-se-ão enquanto os povos souberem e quiserem confrontar-se num diálogo de diferentes e de complementares, de unidade e de diversidade, de criadores e de prossecutores. Sem projectar a sua identidade desenvolvida no exterior das suas fronteiras geográficas, nenhuma nação é verdadeiramente defensora da continuidade da sua independência. Dependentes nos planos económico e político, só resta às pátrias incentivar a individualidade nacional nos planos que é ainda possível salvaguardar. Se as ideias são a razão das acções dos homens há que incrementá-las em cada país de forma a este ganhar a dimensão que merece. Com efeito, quanto maior for a diversidade de relacionamentos externos maior será a possibilidade de defender a identidade nacional. Dificultar os contactos externos com outros povos à custa do medo de ser absorvido só pode ser perigoso para os intervenientes, pois cria clivagens psicológicas deformadoras da realidade dos factos e prejudiciais aos interesses de ambas as partes. Um caso específico é o do difícil relacionamento entre Portugal e Espanha. Com múltiplas afinidades e objectivos não se tem logrado um entendimento político, económico e cultural, sem que uma desconfiança mútua não se entreponha. O contencioso das conversações bilaterais continua sem solução à vista. Mas este lento e pouco proveitoso relacionamento externo estende-se aos recém-independentes países de expressão portuguesa. A desconfiança e uma deficiente política diplomática de Portugal não podem deixar de condicionar as relações entre nações. Quanto ao último aspecto, a situação interna portuguesa, cheia de ambiguidades e interrogações, tem uma evidente responsabilidade. Para um eficaz e profícuo relacionamento internacional é indispensável a solidez das relações entre os próprios habitantes de cada pátria.

Como escrevia, em 1921, Ortega y Gasset, os povos «não convivem para estar juntos, mas para fazerem algo juntos» (1). E fazer algo juntos implica um projecto comum de acção. Assim, ou as nações se afirmam pela conjugação de esforços, tendo em vista fins idênticos, ou soçobram. O sentido nacional e o carácter de povo independente vão-se perdendo lentamente até não terem já ressonância. Ao analisar a Espanha da primeira metade do século XX, Gasset salientava: «É a ideia de fazer grandes coisas que cria a unificação nacional» (2). E mais adiante: «Uma nação é uma ingente comunidade de indivíduos e grupos que contam uns com os outros» (3). Sem o «afinamento da raça», considerava o grande filósofo, «a nação entra em decadência», o que se expressa na desintegração social. Para que esse *afinamento* se concretize, prosseguia, é preciso uma elite dirigente. De outro modo, a decadência engendrará o vazio e a impotência dos povos entregues a si próprios e às suas exaltações anárquicas destruirá as suas Vontades maiores.

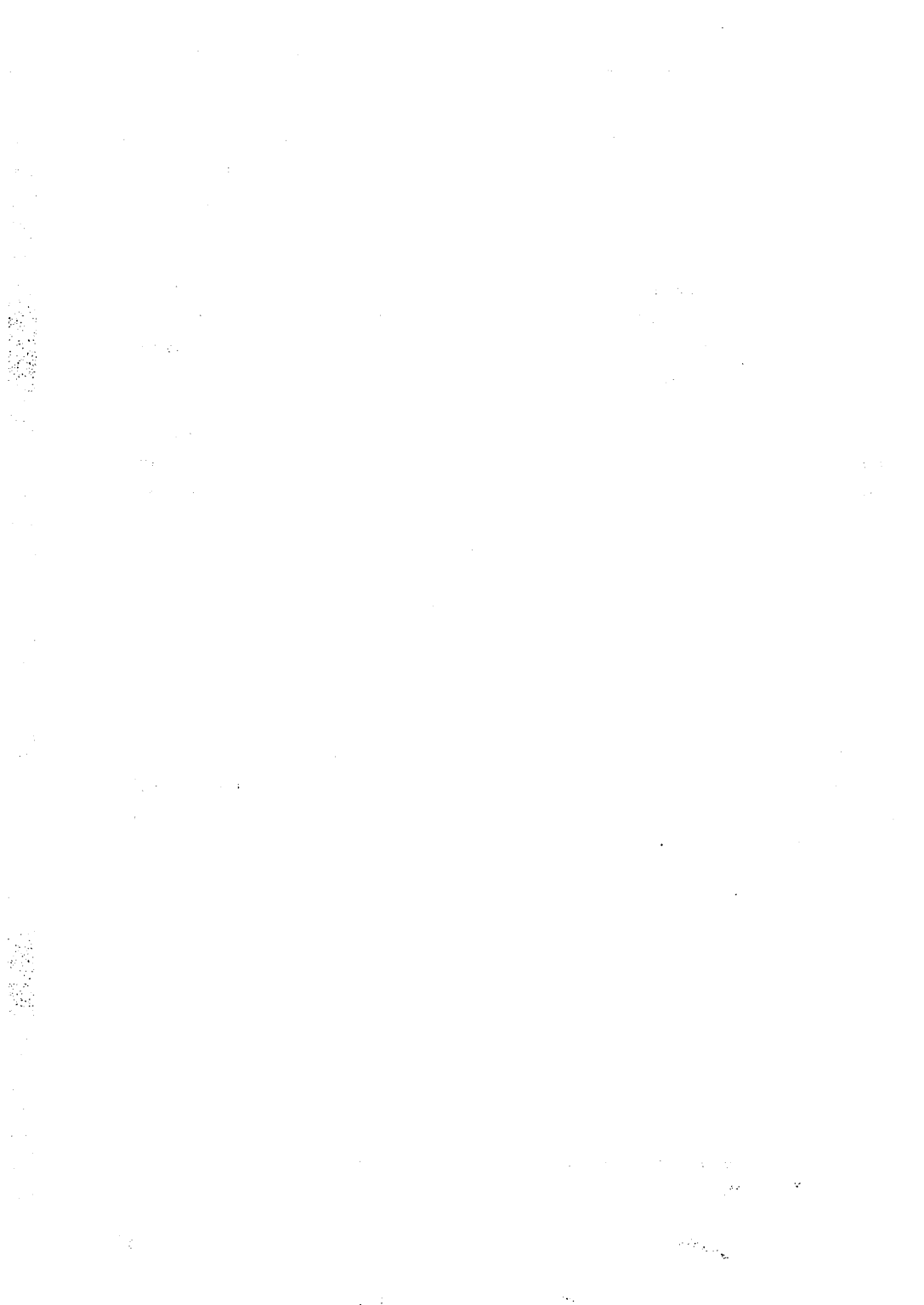
Revertendo à questão da Defesa Nacional no contexto português, verifica-se que existe uma deficiente e obliterada consciência do espírito que a deve cimentar. Como foi afirmado pelos próprios jornalistas que participaram no Seminário acima citado, e que ocasionou estas linhas, a Comunicação Social não reflecte senão o que a própria sociedade, em que vivemos, lhe transmite. Na verdade, sem que os cidadãos meditem e teorizem sobre o seu conceito de Defesa Nacional não é possível que a Comunicação Social lhe dê o destaque fundamental à sobrevivência da unidade nacional. Reavivar e reconstruir o pleno sentido do sentimento patriótico, eis a principal tarefa de quem deseja uma *eficaz* Defesa Nacional. E esta só assim será quando for entrevista no duplo sentido que hoje necessariamente possui.

Teresa Bernardino

(1) O. y Gasset, *España invertebrada*, Rev. do Ocidente, Madrid, 12.ª edição, 1962, p. 33.

(2) *Ibidem*, p. 46.

(3) *Ibidem*, p. 73.



**A SIDERURGIA PORTUGUESA
FACE À INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE**

C. A. Raposeiro

A SIDERURGIA PORTUGUESA FACE A INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE (*)

INDICE:

- 1 — INTRODUÇÃO
- 2 — ETAPAS VERIFICADAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
- 3 — OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ADESAO
- 4 — PREÇOS DOS PRODUTOS SIDERÚRGICOS
- 5 — EVOLUÇÃO DA SIDERURGIA COMUNITÁRIA E MUNDIAL
ATE A INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE
- 6 — A SIDERURGIA ESPANHOLA
- 7 — OS CUSTOS SALARIAIS NA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA
- 8 — A SIDERURGIA PORTUGUESA A DATA DA INTEGRAÇÃO
NA CEE
- 9 — CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

Independentemente da adesão de Portugal à CEE, existe desde 1972 um Acordo de Comércio Livre entre Portugal e as Comunidades Europeias que teve já efeitos significativos para a actividade siderúrgica em Portugal. Tais efeitos adquirirão, naturalmente, maior amplitude quando a adesão de Portugal às Comunidades Europeias se concretizar de facto.

As incertezas que persistentemente penalizam e condicionam o estabelecimento de uma estratégia para o desenvolvimento e modernização da Siderurgia em Portugal, assim como as relativas à evolução das negociações em curso, não permitirão, naturalmente, esquematizar de forma precisa os efeitos esperáveis.

Assim, haverá que considerar duas alternativas possíveis de situações à data de adesão — sem modernização e com modernização (PSN) da

(*) Comunicação para o Encontro «Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português» promovido pela APEC — Porto — em 24 e 25 de Novembro de 1983.

siderurgia actual —, restringindo a análise à actividade siderúrgica propriamente dita, isto é, excluindo armazenistas e transformadores (trefiladores, torcedores, etc.), embora o papel destes possa ser importante em termos globais.

É oportuno referir que, embora a adesão às Comunidades Europeias possa vir a ser um facto da maior relevância para a actividade siderúrgica nacional, consideramos que a CEE constitui, apesar de tudo, um sistema de referência demasiadamente restrito e precário para que o desenvolvimento e modernização da siderurgia em Portugal possam ou devam ser, por tal facto, específica e essencialmente condicionados. No capítulo 5. ver-se-á porquê.

2. ETAPAS VERIFICADAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Em 22 de Julho de 1972 é assinado um Acordo de Comércio Livre entre Portugal, como país não candidato à adesão, e os países da CEE, que entra em vigor em 1 de Janeiro de 1973.

Segundo este acordo deveria atingir-se um desarmamento aduaneiro total entre 1977 e 1980 para os produtos industriais, salvaguardada a protecção de algumas indústrias novas que poderia arrastar-se até 1985.

Em 11 de Maio de 1975 a Comunidade declarou ter «um interesse natural em apoiar a fundo o esforço de Portugal, tendo em vista um reforço da ordem democrática e o progresso económico e social».

A Comissão Europeia propôs então aos Estados membros que fosse autorizada a abertura de negociações, a fim de reforçar o Acordo de Comércio Livre de 1972.

Em 28 de Março de 1977 Portugal apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades Europeias do Carvão e do Aço (CECA), à Comunidade Económica Europeia (CEE) e à Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa).

Em 6 de Junho de 1978 o Conselho de Ministros da Comunidade pronunciou-se a favor do pedido Português.

Em 17 de Outubro de 1978 iniciaram-se as negociações para adesão como membro de pleno direito, que têm vindo a decorrer.

3. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ADESAO

Em consequência de despacho de 31 de Julho de 1971 a Siderurgia Nacional começou, em Agosto do mesmo ano, a praticar preços e condições de comercialização semelhantes aos da CECA.

Como consequência do Acordo de Comércio Livre de 1972, as empresas sujeitas à jurisdição da CECA ficaram obrigadas a praticar nas suas vendas para Portugal as regras e preços de comercialização constantes do artigo 60.º do Tratado que instituiu a CECA, e que se enunciam:

- Proibição de concorrência desleal;
- Observância do princípio da não discriminação;
- Publicidade dos preços (tabelas);
- Respeito dos preços tabelados;
- Observância das regras de alinhamento;
- Clareza quanto a preços de transporte.

A Siderurgia Nacional ficou também formalmente obrigada a procedimentos idênticos, quer nas vendas para a CECA quer nas vendas em território nacional.

O Decreto-Lei n.º 104/75 contém as disposições gerais a observar, posteriormente regulamentadas pelos Decretos-Leis n.ºs 105/75, 106/75 e 107/75.

As regras de preços comunitárias, a que a Siderurgia Nacional está desde 1975 obrigada, têm de respeitar qualquer dos seguintes critérios:

- Aplicação de tabela própria (como máximo);
- Alinhamento com tabela de outra empresa comunitária;
- Alinhamento com ofertas exteriores à Comunidade (neste momento suspenso nas vendas para a Comunidade).

Nos fornecimentos da CECA para Portugal, as estas regras acrescenta-se o alinhamento com a tabela da Siderurgia Nacional.

Na prática a Siderurgia Nacional tem beneficiado, transitoriamente, de um sistema administrativo de protecção que limita a concessão de BRI's aos produtos não fabricados pela Siderurgia Nacional ou que excedam a sua capacidade em tempo útil, factor relevante para a elevada quota do mercado que detém, mau grado a suspeita de elevados volumes de importações ilegais e práticas de «dumping», e que levam por vezes a admitir que, embora protegido numa fase de pré-adesão, Portugal tem na prática menos restrições às importações de aço do que alguns países da CECA.

4. PREÇOS DOS PRODUTOS SIDERÚRGICOS

O regime legal de preços da Siderurgia Nacional é o de preços declarados, previsto no Decreto-Lei n.º 75-Q/77.

O critério de fixação dos preços foi definido por RCM publicada em «Diário da República» de 23 de Junho de 1976, e cujos aspectos mais relevantes são:

- a) Os preços base de cada produto deverão acompanhar a evolução média dos preços equivalentes de empresas da CECA consideradas como referência, a mais ou menos 10 por cento;
- b) Os extras são actualizados mediante critério semelhante ao dos preços base;
- c) Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, os preços terão a estabilidade mínima de 90 dias.

Inserem-se a seguir alguns quadros que mostram a evolução de preços dos principais produtos da Siderurgia Nacional e de dois importantes fabricantes estrangeiros, um francês e outro alemão:

<i>Produto</i>	<i>Fabricante</i>	<i>1982</i> <i>1971</i>	<i>1982</i> <i>1974</i>	<i>1983</i> <i>1971</i>	<i>1983</i> <i>1974</i>
Varão para Betão	SN	5,77	4,11	7,18	5,12
	F	6,42	3,63	6,51	3,69
	D	6,21	3,29	6,46	3,44
Barras Com.	SN	6,99	5,01	8,61	6,31
	F	7,33	4,42	7,51	4,51
	D	6,67	4,11	7,33	4,51
Fio Laminado	SN	6,50	5,00	7,67	5,89
	F	7,96	4,56	9,47	5,40
	D	7,01	4,57	8,45	5,53
Perfis	SN	7,26	5,40	8,93	6,65
	F	8,03	5,20	8,47	5,46
	D	7,28	4,67	8,23	5,27

F — prod. francês

D — prod. alemão

Os valores apresentados evidenciam que em 1974 a Siderurgia Nacional praticava preços significativamente inferiores aos da CECA, operando-se desde então uma recuperação, com especial incidência apenas em 1976-79 e 1982-83.

5. EVOLUÇÃO DA SIDERURGIA COMUNITARIA E MUNDIAL ATÉ À INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE

A produção siderúrgica mundial atingiu o seu máximo em 1979, com 747 milhões de toneladas, tendo experimentado um crescimento sistemático entre 1946 e 1974. Neste período a produção mundial multiplicou-se por seis, = 6,6 por cento/ano de crescimento médio = passando de 112 milhões para 708 milhões de toneladas. Este crescimento teve especial incidência entre 1960 e 1975, sendo de sete vezes no Japão, duas vezes na CECA e nulo nos USA.

Em 1974 a indústria siderúrgica da CEE caracterizava-se por:

- Produzir 156 milhões de toneladas;
- Representar 22 por cento da produção mundial de aço;
- Representar 7 por cento da produção industrial da CEE;
- Ocupar directamente 792 000 postos de trabalho;
- Produzir 197 t/p. t. (8,3 h/t) ⁽¹⁾;
- Laborar próximo da plena capacidade;
- Aumentar a capacidade de produção, quer na CEE quer noutros países, pela via de fornecimento de equipamento e tecnologia.

Em 1975, por factos conhecidos, verifica-se uma quebra na produção mundial de 8,7 por cento, cuja incidência no mundo ocidental foi de 14,1 por cento, penalizando fortemente a CEE, cuja capacidade se encontrava em crescimento imparável, embora mantivesse em funcionamento instalações tecnologicamente obsoletas.

Em 1977 a utilização das capacidades instaladas e operacionais cifrava-se em 60 por cento na CEE, 77 por cento nos USA e 74 por cento no

(1) 5,9 h/t no Japão, o que equivale a 330 ton/p. t.

Japão. A capacidade nominal da CEE era de 200 milhões de toneladas, estimando-se como utilização mínima rendível os 80 por cento.

De 1974 a 1977 os preços reais caíram de 50 por cento, cifrando-se as perdas sofridas em 1977, mau grado as tentativas de correcção desencadeadas, em 3 biliões de UCE, ou seja, cerca de 321 milhões de contos (actuais). Este valor corresponde a uma diferença de 24,5 UCE $\simeq$ 2621 escudos de 1983 entre o custo e o preço de venda de cada tonelada de aço da CEE, cerca de 8 a 9 por cento do preço médio de venda, e 41 560 escudos por posto de trabalho na Siderurgia. As tentativas de correcção referidas traduziram-se até então em 94 500 licenciamentos e 100 000 postos de trabalho em regime parcial, além do desencadeamento de esquemas protecctionistas que preservaram a CEE de maiores danos, acções justificadas por ser um sector que abrangia todos os países da Comunidade, com uma dimensão elevada, considerado de interesse estratégico, caracterizado pela interacção nos mesmos mercados a montante e, sobretudo, a jusante, o que só por si justificaria concertação.

Para a situação criada na CEE contribuiu a forte concorrência dos países de Leste e novos produtores de aço, países em desenvolvimento ou recentemente industrializados em geral, aptos a produzir a mais baixo custo ⁽²⁾.

A partir de 1978 intensificam-se as medidas protecctionistas e acções correctivas, essencialmente orientadas para uma repartição «equitativa» dos danos dentro da CEE através de acções concertadas e planificadas, estabelecendo-se quotas de produção protegendo o mercado da CECA e promovendo acções de redimensionamento e modernização. A CECA decide-se com maior determinação a defender a sua siderurgia. Implementa-se o plano Davignon.

As acções de curto prazo visaram estancar a hemorragia financeira, e as de médio prazo a reestruturação do sector restituindo-lhe a competitividade.

Em 1982 os postos de trabalho na siderurgia da CECA limitavam-se a cerca de 530 000, com tendência para diminuir.

⁽²⁾ Por mais baixo preço de mão-de-obra e tecnologia mais eficaz.

As «perdas» operadas desde 1974 cifram-se como segue, em percentagem dos postos de trabalho existentes em 1974:

Reino Unido	menos	59%
França	»	38%
Bélgica + Luxemburgo	»	34%
Alemanha	»	22%
USA	»	38%
Suécia	»	27%
Japão	»	17%
Média CEE	»	32%
Média OCDE	»	29%

Os novos grandes concorrentes no mercado do aço são:

<i>País</i>	<i>Produção 10⁶ ton</i>	<i>% Evolução 82/81</i>	<i>Quota Merc. Mundial</i>
China	37	3,93	5,7
Brasil	13	(1,62)	2,0
Índia	11	2,05	1,7
México	7,1	(7,17)	1,1
Taiwan	4,1	29,75	0,6
Argentina	2,9	14,95	0,4
Coreia N.	5,8	5,45	0,9
Coreia S.	11,8	9,3	1,8

Estes dados evidenciam quem perde em favor de quem, e constituem uma interessante fonte de reflexão (note-se que em 1983 as Coreias ultrapassarão a França).

Os vinte maiores produtores mundiais (representando uma capacidade de 315 milhões de t/a, ou seja, cerca de 60 por cento da capacidade do mundo

ocidental e 45 por cento da capacidade mundial) apresentavam em 1981 e 1982 os seguintes resultados:

10⁶ contos ⁽³⁾

<i>Empresas</i>	<i>País</i>	<i>1981</i>		<i>1982</i>	
		<i>Vendas</i>	<i>% Res. /Vend.</i>	<i>Vendas</i>	<i>% Res. /Vend.</i>
1 US Steel	USA	1.203	7,73	1.939	(1,96)
2 Nippon Steel	J	1.314	2,24	1.520	1,77
3 Thyssen	D	1.128	(0,24)	1.366	(0,21)
4 Nippon Kokan	J	587	2,48	755	1,90
5 Krupp	D	—	—	728	—
6 Sumitomo	J	542	3,55	700	2,59
7 British Steel	UK	596	(34,54)	694	(14,64)
8 Kawasaki	J	482	4,72	600	2,47
9 Broken Hill	A	459	5,83	572	3,80
10 Armco	USA	596	4,25	570	(6,36)
11 Kobe Steel	J	454	2,28	565	1,10
12 Bethlehem Steel	USA	630	2,88	555	(27,94)
13 Vöest Alpine	A	363	(0,21)	553	(0,28)
14 Sacilor	F	186	—	436	(13,69)
15 Usinor	F	395	(17,17)	430	(17,12)
16 Cockerill	Bél.	339	(11,82)	349	(7,57)
17 Nat. Steel	USA	350	2,12	322	(15,17)
18 Irland Steel	USA	323	(1,52)	296	(4,21)
19 Repuld. Steel	USA	377	4,35	289	(8,71)
20 Iscor	Af. Sul	—	—	269	0,86
21 Italsider	I	307	(42,47)	—	—
Todas	X	10.631	(2,01)	13.508	(3,57)
As da CEE	X	2.951	(16,67)	3.875	(8,07)

⁽³⁾ De Novembro de 1983.

Verifica-se, pois, que a siderurgia comunitária se continua a degradar, acrescentando-se novos perdedores importantes no rol dos grandes, as siderurgias americanas, e redução dos lucros nas siderurgias japonesas.

Em 1982 a repartição do mercado mundial tem a seguinte configuração:

Japão	15% (manteve)
CEE	18% (caiu de 23%)
USA	16% (caiu de 21%)
Países de Leste	29% (subiram de 26%)
Novos Produtores	23% (subiram de 14%)

Um descalabro com esta extensão exige medidas drásticas. Além dos apoios financeiros já verificados à siderurgia comunitária, e que atingiram 1585 milhões de UCE ($\approx$ 170 milhões de contos) até 1978, projectam-se novas ajudas até fins de 1985, data a partir da qual todos os «apoios» deverão cessar. Essas ajudas cifram-se sinteticamente como segue:

AJUDAS TOTAL

10⁶ contos (*)

<i>País</i>	<i>Invest.</i>	<i>Exploração</i>	<i>Pesq. e Des.</i>	<i>Encer.</i>	<i>Total</i>
França	95,5	289,5	—	15,5	400,5
Grã-Bretanha	120,7	108,3	8,8	37,9	275,7
Itália	168,1	722,3	4,4	3,9	898,7
Bélgica	27,3	215,6	—	—	242,9
Alemanha	200,9	157,6	50,2	—	408,7
Holanda	21,7	24,0	—	—	45,7
Luxemburgo	(a)	29,8	—	—	29,8
Irlanda	—	15,7	—	—	15,7
Grécia	0,5	—	—	—	0,5
TOTAL	634,7	1.562,8	63,4	57,3	2.318,2

(a) Em percentagem do investimento, que não é indicado.

(*) Câmbios de 29 de Setembro de 1983.

Estes valores, reportados às produções de 1980, correspondem às seguintes contribuições/t:

<i>Estado Membro</i>	<i>Ajudas 10⁶ C</i>	<i>Produção 1980</i>	<i>Contos/Ton.</i>
França	400,5	21.558	18,578
Reino Unido	275,7	18.340	15,033
Itália	898,7	30.460	29,504
Bélgica	242,9	12.923	18,796
R. Federal da Alemanha	408,7	47.107	8,676
Holanda	45,7	6.347	7,200
Luxemburgo	29,8 (a)	4.255	7,004
Irlanda	n. d.	15,7	—
Grécia	n. d.	0,5	—
Dinamarca	875,0	n.d.	—

(a) Inclui uma verba, em percentagem de investimento, que não é indicada.

Os fundos anteriormente referidos deverão poder realizar importantes operações de redução de capacidade e aumento de produtividade e rendimentos na CEE, que a tornarão apta a enfrentar a concorrência mundial, entretanto necessariamente restabelecida a preços mais altos. Nessa altura, estimamos que deverão atingir-se na CEE produções médias de cerca de 320 a 350 t/a por trabalhador, rendimentos de transformação 2 a 4 por cento mais altos, e sensível redução dos consumos energéticos.

A capacidade real deverá situar-se em cerca de 140 milhões de ton/ano (sem Grécia, Espanha e Portugal) e os postos de trabalho rondarão os 400 000. Estes valores correspondem a um corte de capacidade de 30 por cento e à redução de efectivos em 50 por cento desde 1974.

6. A SIDERURGIA ESPANHOLA

A Espanha situou-se em 14.º lugar na produção mundial de aço em 1981 com 12,9 milhões de toneladas, em 11.º em 1982 com 13,1 milhões de toneladas, devendo a capacidade instalada ultrapassar os 15 milhões.

Tecnologicamente bastante avançada, dotada de grandes potencialidades e vizinha de Portugal, constitui naturalmente um caso a ser observado e considerado com cuidado no que respeita à adesão à CEE, tanto mais que

parece existir uma prática de exportações extremamente agressiva que, mesmo após a integração, renderá os seus dividendos.

Como dados técnicos objectivos para avaliação das potencialidades da Espanha, há a considerar que 45 por cento da produção de 1982 foi obtida via afinação com oxigénio, 52 por cento via forno eléctrico, e 3 por cento ainda via Siemens-Martin. A utilização de vazamento contínuo cresceu de 36,4 por cento em 1980 até 42 por cento em 1982.

Estes dados evidenciam que a siderurgia espanhola ainda tem algum caminho a percorrer até se tornar verdadeiramente performante à escala das mais eficazes, e que a produção por forno eléctrico tem peso muito elevado no conjunto, mas não restam dúvidas de que está fazendo uma cura semelhante à da CEE.

Entretanto, apesar da agressividade nas exportações transmitir a imagem de uma extrema competitividade, os resultados seguintes desmentem essa presunção:

<i>Empresas</i>	<i>Capac. 10⁶ T</i>	<i>Ano 1979</i>			<i>Ano 1980</i>		
		<i>Vend.</i>	<i>Res./Vend. %</i>	<i>Fl. Cx./Vend. %</i>	<i>Vend.</i>	<i>Res./Vend. %</i>	<i>Fl. Cx./Vend. %</i>
Alt. Horn. Med.	0,6	12,9	(44,54)	(27,74)	16,0	(40,26)	(27,53)
Alt. Horn. Vize.	1,5	41,7	(18,62)	(7,46)	43,2	(20,87)	(15,34)
Ensidesa	6,1	85,6	(5,45)	0,51	94,7	(13,6)	(6,63)

Obs.: As vendas, em 10⁶ contos, foram calculadas ao câmbio de Novembro de 1983.
A capacidade é referida a aço bruto.

Para melhor compreender o verdadeiro significado destes valores, importa acrescentar outros dados:

<i>Empresa</i>	<i>Utiliz. Capacidade aço bruto</i>		<i>Enc. Fin./Vendas</i>	
	<i>1979</i>	<i>1980</i>	<i>1977</i>	<i>1980</i>
A. H. M.	≈ 100	≈ 100	26,64	24,68
A. H. V.	≈ 78	≈ 80	15,43	16,40
Ensidesa	≈ 80	≈ 77	13,12	15,76

e ainda, relativamente a 1980:

<i>Empresa</i>	<i>Rem. trab./ vendas — %</i>	<i>Prod./P. T. t/p. t.</i>	<i>Preço méd. de venda contos/t</i>	<i>% VAB/ vendas</i>
A. H. M.	34,0	136	24,3	31,7 (b)
A. H. V.	33,9	102	34,0	35,9
Ensidesa	31,0	187 (a)	20,2	40,5

Refiram-se ainda os investimentos realizados nos últimos anos:

<i>Empresa</i>	<i>Invest. em 10⁶ contos — câmbio de Nov. 83</i>				
	<i>1977</i>	<i>1978</i>	<i>1979</i>	<i>1980</i>	<i>Soma</i>
A. H. M.	4,45	u. c.	0,11	0,81	5,37
A. H. V.	3,12	1,66	0,98	0,26	6,02
Ensidesa	7,31	6,52	29,92	37,86	81,61

(a) Valor de 1979.

(b) Insuficiente para cobrir os salários.

7. OS CUSTOS SALARIAIS NA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

Pela relevância de que se reveste o custo da mão-de-obra, interessa apresentar um curto apontamento sobre este assunto:

7.1. Incidência no custo total

Numa produção integrada do minério ao aço, as remunerações dos recursos humanos representam em geral de 20 a 45 por cento. Os valores médios globais das siderurgias — que frequentemente incluem processos com menor valor acrescentado baixando aquela percentagem — escalonam-se entre 12 e 43 por cento.

7.2. Comparação dos custos salariais

Em 1979 os custos salariais médios da indústria transformadora comparavam-se como segue:

Bélgica	100	França	70
Suécia	99	Áustria	66
Holanda	98	Japão	52
RFA	98	GB	47
Suíça	96	Espanha	47
Dinamarca	94	Irlanda	42
USA	79	Grécia	29
Itália	71	Portugal	27
Canadá	70	(valor estimado)	

A comparação relativa apenas ao sector siderúrgico apresentaria certamente uma maior dispersão, que provavelmente se acentuou significativamente desde 1979.

8. A SIDERURGIA PORTUGUESA À DATA DA INTEGRAÇÃO NA CEE

Se a integração na CEE se realizar após 1987, há a considerar duas alternativas básicas quanto à configuração da produção siderúrgica em Portugal: *sem modernização* e *com modernização*.

8.1. Sem modernização da Siderurgia Nacional

A Siderurgia Nacional iniciou a sua actividade em 1961, baseada em concepções e tecnologia muito actualizadas na época e que vieram a revelar-se extremamente performantes. Decorridos mais de 20 anos, mau grado os sucessivos investimentos e melhorias realizados até 1975, o aparelho produtivo tornou-se desconexo, obsoleto e ineficaz em largas áreas, mantendo-se economicamente válido apenas em consequência do baixo custo relativo dos recursos humanos, factor importante na competitividade da indústria siderúrgica, embora seja capital-intensiva.

A data da integração, nesta hipótese, a Siderurgia Nacional caracterizar-se-ia por:

- a) Uma estrutura financeira deficiente, com os consequentes efeitos negativos na exploração corrente, mesmo que entretanto tivesse absorvido dos contribuintes cerca de 30 milhões de contos para sanar a situação resultante de um projecto abortado;
- b) Sofrer as sequelas de um processo de redimensionamento que não seria fácil;
- c) Deficiências de qualidade e características numa gama dos seus produtos representando parte significativa da produção;
- d) Baixos rendimentos de transformação e energéticos;
- e) Baixas produtividades, facto para que contribuem significativamente as reduzidas dimensões unitárias de alguns equipamentos (alto-forno, convertidores).

Valores previsíveis máximos de produção por posto de trabalho e por ano, em toneladas:

- Seixal p. longos — 130;
- Maia p. longos — 255 a 400 (c/biletes import.);
- Seixal p. planos — 300.

- f) Reduzidos VAs da produção, que a preços e mercados actuais se estimam da ordem de:
 - Produtos longos — 43 por cento;
 - Seixal p. planos — 21 por cento.
- g) Desajustamentos nos fluxos de produção, que se traduzem em deficiências de aproveitamento energético.
Subaproveitamento da coqueria e falta de aço bruto, que haveria que importar (biletes) para acabar.

8.2. *Com modernização da Siderurgia Nacional*

A modernização da Siderurgia Nacional não alterará muito significativamente a situação relativamente aos produtos planos, embora esteja em

curso um projecto que introduz melhoria do rendimento energético e proporcionará pequenos aumentos de produtividade. Acções de outro carácter, já estudadas, permitirão, se implementadas, consolidar entretanto a posição da Empresa nalguns mercados de produtos planos.

No que respeita aos produtos longos, pode dizer-se que se operará uma mudança muito significativa que melhora substancialmente a situação no que respeita a qualidade, rendimentos, produtividade, balanço de materiais e energia.

A utilização do equipamento existente (coqueria e trem da fábrica da Maia) melhora significativamente, sendo de esperar produções por posto de trabalho da ordem de:

— P. longos Seixal — 245 t/ano;

— P. longos Maia — 400 t/ano.

O VA subirá significativamente para valores da ordem de 49 por cento no fabrico de produtos longos.

A elevação do VA e os baixos preços dos recursos humanos constituem, só por si, uma garantia suficiente para a obtenção de custos competitivos, desde que o financiamento do projecto seja feito em bases correctas, mau grado os valores da produção por posto de trabalho não atingirem, necessariamente, os valores característicos do Japão e de empresas mais avançadas.

Mesmo estes valores, porém, poderão vir a ser melhorados por acções de outra natureza, tais como a obtenção de acordos em que se admita maior polivalência dos trabalhadores e maior flexibilidade — o que não implica necessariamente em mais esforço, antes pelo contrário — no exercício das suas funções.

O problema potencialmente mais gravoso que subsistirá e que continuará a penalizar a Siderurgia Nacional consiste nas restrições de acesso por via marítima e limitações que a rede ferroviária poderá oferecer para efeitos de exportação.

O aproveitamento do minério de Moncorvo, contribuindo para uma melhoria significativa do VAN final — o minério representa cerca de 25 por cento do custo de produção — potencializaria significativamente a viabilidade e a competitividade da produção de aço.

9. CONCLUSÕES

A integração de Portugal na CEE poderá ter como aspectos *gerais* potencialmente positivos, entre outros, os seguintes:

- a) Maior disciplina e controlo nas importações e comércio do aço, pois as fronteiras Portuguesas passam a ser fronteiras comunitárias;
- b) Incremento da procura interna de aço, em consequência da provável dinamização de sectores consumidores;
- c) Estabelecimento de sistema que, pela abolição de protecctionismos, se traduz em dinamizador da produtividade e eficácia em geral.

Como eventual aspecto negativo relevante há a considerar a fácil penetração da concorrência comunitária na rede distribuidora, inclusive alargando-a, não sendo difícil conceber a criação de esquemas e incentivos que desvirtuem os princípios de concorrência leal com as lesões daí resultantes.

O que à Siderurgia Nacional acontecerá à data de integração depende, no entanto, essencialmente, da sua eficácia económica e aptidão tecnológica, havendo a considerar duas hipóteses:

9.1. *Não ocorrendo entretanto a modernização da Siderurgia Nacional*

Nestas condições verificar-se-á:

- Fácil penetração da concorrência na rede de distribuição existente;
- Perda de quota de mercado interno reforçada por razões de qualidade;
- Dificuldade de exportação por razões de qualidade e preço;
- Deterioração cumulativa da situação, com baixos níveis de actividade e perdas sucessivas;
- Desequilíbrio cada vez mais acentuado da balança comercial de produtos siderúrgicos, acabando a falta de meios de pagamento por constituir um constrangimento às actividades a jusante, designadamente a construção civil e metalomecânica ligeira.

Nestas condições atingir-se-ia uma situação de desequilíbrio tal que a actividade siderúrgica resultaria inviável — Portugal seria o único país da Comunidade sem siderurgia — sendo dificilmente previsíveis e quantificáveis todos os efeitos resultantes.

9.2. Ocorrendo a modernização da Siderurgia Nacional

- Produzir-se-á com qualidade e a preços compatíveis com a concorrência internacional;
- A natural queda de quota no mercado interno poderá ser mais do que compensada na exportação;
- O desequilíbrio na balança comercial de produtos siderúrgicos atenuar-se-á (Portugal será, no entanto, sempre um importador líquido) com os reflexos positivos daí resultantes;
- Portugal manter-se-á activo, razoavelmente actualizado e competitivo num domínio em que é extremamente importante preservar a sua operacionalidade pelas relações que mantém com outras áreas económicas, designadamente os países de expressão portuguesa;
- Portugal aproveita, nestas condições, uma via de expansão e desenvolvimento para a sua actividade económica e industrial na qual se estão inserindo países com o seu nível de desenvolvimento e que, naturalmente, experimenta retracção em países mais desenvolvidos.

18 de Novembro de 1983.

C. A. Raposo

TEMPO DE OPÇÃO

J. Lopes Alves

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

10/10/20

TEMPO DE OPÇÃO

1

A *instabilidade agressiva* que hoje se verifica, quer no âmbito interno, quer no relacionamento externo, em grande parte dos países do Globo, desde o Ártico ao Antártico, desde a Ásia do Sudoeste e Arquipélago Malaio aos seus antípodas dos arquipélagos do Pacífico, desde a Península da Escandinávia às ilhas Malvinas, não esquecendo também os eternos problemas dos Próximo e Médio Oriente e das Áfricas Setentrional, Central e Meridional e a desarmonica vida nas Repúblicas das Américas Central e do Sul, esta ainda impregnada ou mais ou menos influenciada pela oligarquias familiares decorrentes da sua antiga colonização, que remanesceram para além da sua independência na primeira metade do século XIX, essa instabilidade, dizia, apareceu, firmou-se e vai continuar.

Consciente ou inconscientemente, agindo por iniciativa própria ou de terceiros que o empurram, moldam ou, de qualquer modo, utilizam, o Homem isolado ou em grupo é chamado a participar nessa situação e nas suas manifestações, constituindo-se então, em alternância ou paralelamente a limitadas áreas de Paz, de tolerância, de boa vizinhança, de entendimento, de amizade e de actividades em comum, largos aerópagos de verdadeira loucura, de indisciplina, de violência, de traições e de mentiras em que a lei do mais forte ou do mais impudente e atrevido se impõe e se projecta, envolvendo os outros na teia dos seus desígnios ou marcando-lhes simplesmente uma orientação, um destino, para mais tarde os dominar.

Num plano mais vasto, no dos Estados, agrupamentos internacionais, blocos ou alianças, onde se tomam e trabalham as decisões mais importantes, procurando acompanhar a evolução da situação, assiste-se no dia-a-dia a uma caminhada entre duas alternativas dominantes que por vezes se confundem:

- *Radicalização* entre posições antagónicas baseadas na força;
- *Entendimento pacífico*, mas em que a base principal de apoio de cada um dos opositores leva a considerar ser *entendimento armado*.

É este o quadro geral em que hoje decorre a vida da Humanidade e cuja análise mais profunda, inteiramente possível, forneceria sem dúvida outros aspectos activos ou passivos de caracterização ainda que no âmbito do mesmo quadro.

Todavia, apesar do tom cinzento escuro desta espécie de pano de fundo que se alarga à generalidade da superfície do Globo, áreas haverá certamente em que a incidência dos factores negativos apontados e a sua pernicioso projecção será mais pronunciada do que noutras também a eles sujeitas.

*

* *

No âmago deste conjunto de apreensiva constatação em que se movimentam e pesam muitos elementos e factores interdependentes de todos os domínios, destaca-se uma *massa social aglutinadora* cujos componentes, pela sua formação, educação e comportamento, são os fautores de todas as agressões e desentendimentos, a eles se entregando com o exacerbado espírito de agressividade que em todas essas manifestações se adivinha.

Criou-se, deste modo, nas últimas décadas, como que um novo Mundo, uma estrutura humana com mentalidade diferente da que anteriormente persistia e à qual a Sociedade se habituou. Assim o proclama G. Sanguinetti no seu livro «Do Terrorismo e do Estado», recentemente publicado em Portugal, expressando uma visão muito preocupante do destino da Humanidade em que o porvir surge construído pela violência e com a animosidade mais determinada de forma a «procurar antes mudar a ordem social do que os nossos desejos».

Não apenas «maldizer este mundo como tem sucedido até agora»; há que, completando o princípio hegeliano de que «trabalhar significa aniquilar o mundo ou maldizê-lo», tratar agora de o aniquilar sem dó nem piedade, mais que anarquicamente, ferozmente, numa guerra social implacável que verdadeiramente já começou — assim conclui Sanguinetti.

As *forças ocultas* do Globo, de que aquele autor é um dos muitos arautos que a actual Sociedade produziu, vão, porém, ainda mais longe: elas propalam que tudo está já em destruição acelerada e agem como tal, tanto no domínio da difusão das ideias como no da sua concretização possível. A sua consciência desta situação, que rotulam de progressivo apodrecimento,

faz-lhes esquecer o dia de hoje e também os de amanhã que já não lhes interessam.

E aqueles que, por dever pessoal ou das Instituições em que se inserem, deveriam opor-se-lhes hesitam e até por vezes lhes prestam calculada e valiosa colaboração, seguindo afinal a mesma linha de governos que «governam mas muitas vezes não mandam», que não têm ou não exercem plena autoridade e que poderão perder efectivamente a que ainda lhes reste.

Proclama-se nestes tempos e trabalha-se acerrimamente de todos os lados a realização do «*Nada*».

*

* *

Chegados a este ponto põe-se a todos nós, bem intencionados, pacíficos, incautos, ingénuos ou timoratos, a questão de saber o que é este «*Nada*» e como será constituído o vácuo a que se pretende então chegar utilizando o ódio e a destruição até ao seu grau mais elevado.

Porém, ninguém sabe nem parece desejar saber. A hora presente para tais componentes da Sociedade visa apenas o aniquilamento e a preparação desse aniquilamento. Fazer planos e prever esquemas construtivos significaria conservar — um dos deveres dos Estados; mas não se pretende conservar e, muito menos, garantir a segurança da comunidade — outro dos deveres fundamentais dos Estados.

Nada de esquemas e de planos seja para o que for e a que título for. Há apenas que criar ou adensar a instabilidade e o medo, há que aniquilar, destruir as coisas e os homens e, principalmente, alguns Homens.

2

Considerando que nos últimos sessenta anos foram as *doutrinas marxistas-leninistas*, após a «praxis» verificada na Rússia Czarista e, posteriormente, em outros países do Globo, o factor modelador que maior influência teve na estruturação política, ideológica e militar do Mundo actual, pode também perguntar-se se é das mesmas doutrinas que decorre a situação em causa ou se, pelo menos, a tem influenciado.

A resposta quanto à primeira parte desta questão pode ser negativa. Quanto à segunda parte não pode nem deve esquecer-se o considerável peso que o marxismo-leninismo tem tido sobre todos os movimentos mais ou menos

pacifistas ou belicistas que se têm registado, pelo que se deve aceitar a justa afirmativa.

Na realidade, isto ainda quanto ao primeiro aspecto, já não é reconhecida validade ou inteira validade às ideias de Marx e de outros pensadores anteriores e posteriores orientados pela mesma ideologia. Além disso, é considerado de limitada projecção fazer uma Revolução ou, então, uma Subversão para simplesmente modificar a ordem social estabelecida ou conquistar o Poder.

Independentemente da aceitabilidade ou não do contexto da ideologia e de serem bons ou maus os resultados da sua aplicação, a única finalidade que os actuais arautos admitem para os tempos próximos é a de *destruição-anulação* ou *destruição-aniquilamento*, embora se empenhem também nos fins igualitários da Sociedade do futuro e na desnecessidade do Estado. O Homem, segundo eles, regressará um dia às suas origens e viverá livremente, como desejar, numa Sociedade nova sem as contradições da actual.

Todavia — e voltamos ao tema anterior do desenvolvimento do «Nada» — não sabem nem lhes interessa saber de momento que tipo de conjunto será ou representará essa denominada nova Sociedade. E falam nas grandes contradições em que os países têm vivido, em especial a partir da II Guerra Mundial, que os torna nitidamente carentes dessa situação — afinal indefinida — a conquistar e a fazer progredir, sem Estados, sem Nações, sem Pátrias, sem Comunidades, sem Famílias, sem grandes nem pequenas potências.

3

No aproveitamento das teorias e práticas da Subversão que se detecta, o terrorismo, a sabotagem e até a guerrilha constituem, no entanto, acções presentes na linha de comportamento a que vimos assistindo.

O primeiro, fundamentalmente, tem produzido por toda a parte estrepitosas manifestações, muitas delas banhadas em sangue, sem atender em regra a países ou a fronteiras. Fugindo dos parâmetros classificativos que as escolas e as instituições de segurança costumam atribuir-lhe, tem feito valer o peso de uma prática generalizada que incomoda, fere e, conseqüentemente, desestabiliza.

De facto, o *terrorismo* engloba-se e destaca-se no panorama global que foi apresentado e em todas as suas facetas conhecidas, afectando material

e psicologicamente todos os homens, toda a Humanidade inquieta e desde sempre preocupada. Geram-se por seu intermédio clamorosas oposições, lançando grupos contra grupos, Estados contra Estados e também indivíduos contra indivíduos, numa acção indirecta mais temerosa do que qualquer acção directa bem determinada e conhecida.

E a par dele surge naturalmente o *antiterrorismo*, que é também terrorismo, não sendo mesmo algumas vezes fácil definir com relativa precisão o limite separador das respectivas acções e muito menos caracterizá-lo. O que verdadeiramente se pode afirmar com segurança neste domínio é a existência de hostilidade entre grupos ou agentes que se batem na sombra e da proclamação directa ou indirecta das respectivas motivações que os levam a guerrear-se e a atingir tanto cidadãos pacíficos como litigantes.

O antiterrorismo surge, portanto, como mais uma atitude necessária a juntar ao embróglio estabelecido, adensando por vezes o espírito de insegurança que existe entre os cidadãos, pelo menos entre grande parte dos cidadãos, e principalmente pelos que se encontram subordinados a governos que não exercem adequadamente os direitos e as prerrogativas que a sua nomeação lhes concedeu ou que, se o fazem, se comportam de forma pouco convincente e eficaz, fornecendo aos espíritos demagógicos e anárquicos mais um fôlego e uma justificação.

De resto, pouco ou nada há a esperar das organizações em que os governos se apoiam, que deviam executar com prontidão e espírito de missão as suas directivas, quando elas enfermam das mesmas contradições e dos mesmos males que as que fomentam a instabilidade e o desassossego. Não deve esquecer-se que terroristas e antiterroristas, cidadãos comuns e autoridades de todos os escalões são originários do mesmo bloco uniforme, indefeso e penetrado, e que a educação, a preparação e a mentalização dos últimos se não tem mostrado, de um modo geral, suficiente para garantir o desempenho das missões e das tarefas que naturalmente têm de exercer em prol da Sociedade que lhes compete servir.

Também é muito importante, neste domínio, considerar se estão completamente esclarecidas as missões e as tarefas referidas e, igualmente, se serão bem conhecidas as características pessoais indispensáveis a quem devam ser atribuídas.

A insegurança de que estamos rodeados por toda a parte e em todos os sectores de actividade dos Estados, como permanentemente se detecta, não permite responder com garantia a tão pertinente e determinante questão.

No entanto pode avançar-se, perfilhando a negativa, uma aproximação: perdeu-se na generalidade a Fé, esqueceu-se o Amor do próximo e esbatem-se consecutivamente os últimos raios de Esperança numa convivência feliz local e universal. Serão, deste modo, sempre algo incertos os esclarecimentos conseguidos e os resultados da sua realização.

4

Não se apresentam, portanto, risonhas as perspectivas actuais de evolução do Mundo para um período de autêntica Paz, de respeito mútuo e de geral prosperidade por que se anseia neste segundo semestre de mil novecentos e oitenta e três — e sê-lo-ão menos, por certo, em tempos próximos. Muito pelo contrário, será de esperar que a situação de inquietação global desenhada se acentue ainda pelo avolumar dos factores negativos que a vêm caracterizando e pelo aparecimento de outros que o seu arrastamento natural e a sua continuidade certamente determinarão.

Porém, a extensão verificada, no tempo e no espaço, dos parâmetros da situação apontados, torna mesmo assim difícil a obtenção imediata de uma *conclusão concreta* sobre os aspectos de evolução previsíveis e confirmar a partir dela as hipóteses capazes e verosímeis. Mas será certo, sem dúvida, que, quando a latente tragédia extravasar, todo o Mundo assistirá ao seu empolamento sucessivo por meridianos e paralelos e sobre todas as fronteiras físicas, políticas, demográficas, económicas e militares.

O Mundo assistirá e terá de intervir de facto, mais ou menos activo, nesse empolamento.

*

* *

Ora, será para essa intervenção obrigatória, e no momento preciso, que terá de se *optar*; será o momento de *expressar realmente uma opinião e de definir uma posição*.

Opção que tem de ser séria, sem subterfúgios, em que cada país e cada Estado terão de decidir com a oportunidade precisa sobre o grupo social em que desejam bater-se, qual o caminho a seguir e, portanto, quais os sistemas de entendimento, de cultura e de ligação que no futuro pretendem trilhar; opção certamente definitiva, a marcar um rumo duradouro, para

além da qual não poderá depois ser fácil ou mesmo viável buscar nova orientação; opção que não admitirá tibiezas, jogos em segundas posições e com modalidades de acção cautelares a utilizar conforme a evolução dos acontecimentos, nem tão-pouco adiamentos ou adaptações, deixando escoar paulatinamente os tempos para depois fazer um encosto fácil ao partido que se sagrar vencedor.

A verdade ou a mentira por que os dois grupos então se baterem não permitirá nem aceitará jamais protelações. Ao empenhamento afoito e generoso de tantos não poderá deixar de corresponder uma atitude igualmente válida, séria e honesta de todos os outros, sejam quais forem a ideologia e as características próprias da sua luta.

Esta opção necessária constitui, portanto, um imperioso dever — e também um direito. Todos os países, grandes e pequenos, terão de ter e de fazer ouvir claramente e com firmeza a sua voz, sendo a resultante final dessa atitude individual, de cada Estado, do interesse de todos adentro do agrupamento escolhido.

Todavia, não será demais salientá-lo, terão de ser compreendidas em termos de inteira igualdade, em cada conjunto assim estabelecido, as condições de relacionamento e de responsabilização dos diferentes Estados e Nações, isto é, à aceitação franca e clara, pelos mais pequenos, de via comum a seguir, à sua opção, deverá corresponder uma participação do mesmo modo franca e aberta, em meios e sistemas, dos países mais poderosos.

5

Consequentemente, estarão no seu melhor grau de lucidez os Homens e os Estados que admitirem que a situação descrita poderá ceder um dia, uma vez confrontados sem tolerância nem medo — basta por uma das partes —, as razões opostas dos grupos que se hostilizam, e originar o desencadeamento de uma explosão que poderá não ser mais controlável.

Esta ponderada atitude desses Homens e desses Estados terá de exprimir, está bem de ver, uma concretização, ou seja, a prevenção e a preparação da opção cuja necessidade há-de fatalmente chegar um dia se não se desejar, não se for capaz ou não for politicamente aconselhável assumi-la em tempo prévio, fazendo parte do escalão da vanguarda.

Há porém, é evidente, um maior risco na assunção avançada de uma posição definitiva, como deverá ser, se os estudos da situação em que se

pense fundamentá-la não contiverem elementos de informação suficientemente correctos e em número adequado. Como decorre na Tática em relação ao momento preciso em que parece aconselhável o lançamento de um contra-ataque, face a uma penetração do adversário, há também, neste caso dos domínios político e estratégico, que procurar determinar o momento psicológico em que, perante a evolução dos acontecimentos, convém agir, destacando-se os Estados então afoitamente do bloco dos estáticos e dos indecisos.

É, portanto, operação delicada e grave a determinação desse tempo precioso de decisão, do momento da situação política na área de interesse para além do qual, julga-se, há vantagem em definir a opção e proceder de pronto à sua manifestação. Pesam nela todos os condicionamentos da vida dos Estados e vai marcar-se certamente o respectivo destino.

No entanto, temos de estar sempre cientes, o estudo, a previsão e a decisão, e mais tarde o controlo e a conduta, são apanágio do próprio Poder, não se podendo nem devendo aceitá-lo ou compreendê-lo sem exhibir, e convictamente, estas características qualificadoras.

*

* *

E um pouco à margem do contexto destas considerações, para finalizar, uma última questão poderá surgir:

Resultará a Paz no Mundo após a expressão de todas as opções e da execução das suas finalidades?...

Ainda que não inteiramente expurgada de todas as suas contradições e oposições, globais ou regionais, que influenciam o equilíbrio necessário, talvez que ela se verifique, mas apenas por algumas gerações. Pois ensina-nos a História, desde os primeiros tempos, que nada é eterno e que a Paz e a Guerra têm sido alternantes permanentes.

17 de Dezembro de 1983.

J. Lopes Alves
General

ACERCA DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Raul François R. C. Martins

ACERCA DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

1. INTRODUÇÃO

O objectivo desta exposição é definir e situar a Estratégia, com o rigor possível.

A palavra Estratégia usa-se hoje a torto e a direito, a propósito das mais variadas coisas, desde o desporto — é frequente ouvirmos ou lermos referências à estratégia deste ou daquele treinador para este ou aquele jogo — até às actividades empresariais — a estratégia desta ou daquela empresa para conquistar este ou aquele mercado — passando por diversíssimas situações e ambientes, mesmo, e é curioso notá-lo, em documentos militares, em que, por exemplo, se fala em estratégias a propósito de execuções orçamentais.

Esta generalização do uso do termo é um fenómeno frequente, e que tem acontecido com muitos outros conceitos. Política e Tática, por exemplo, conceitos aliás intimamente relacionados com o de Estratégia, e que caíram na linguagem vulgar onde são também utilizados de forma avulsa, a propósito de situações que só vagamente recordam as realidades que aqueles conceitos efectivamente referem (a «Política» de uma empresa, de uma associação, até de uma família, a «Tática» de um jogador, ou de liderança de uma reunião, etc.). Muitos outros exemplos se poderiam apresentar, como «anatomia», muitas vezes utilizada em vez de análise detalhada, «fisiologia», em vez de forma de funcionamento, «filosofia», quando se quer dizer pensamento vago, etc.

A eliminação do uso incorrecto destas e de tantas outras palavras parece obviamente impossível. A língua é uma realidade viva, multiforme, que não se pode fixar, e as pessoas que a falam gostam de enriquecer e variar a sua expressão integrando imagens, conceitos não exactos, mas sugestivos. Na linguagem vulgar, isso não traz inconvenientes.

Mas as pessoas que têm de lidar com conceitos abstractos, de gizar teorias, de deduzir doutrinas, ou de conceber planos e tomar decisões em níveis

elevados da conceptualização, essas necessitam absolutamente de conceitos bem definidos, cuja correspondência, com as realidades sobre as quais é preciso actuar, seja o mais unívoca e precisa que for possível. Para isso existem as linguagens técnicas.

É portanto de um conceito «técnico» de Estratégia que se vai tratar nesta exposição.

A importância de uma conceptualização correcta da realidade que se designa por Estratégia decorre naturalmente da importância dessa realidade. A esse respeito, parecem-me bastante sugestivas as palavras do General Beaufre ⁽¹⁾, em 1963, ao fazer uma sucinta análise do passado recente da Europa, em que afirma:

«... Mas, nesta progressão laboriosa das ciências humanas, faltam a ideia geral e o operador comum, a filosofia e a estratégia, que são justamente duas disciplinas fora de moda e desdenhadas, apesar de um recente reganho de interesse... Por falta de uma ideia geral, de uma filosofia, flutuamos ao sabor dos ventos adversos, sofrendo os assaltos das filosofias dinâmicas que nos eram opostas... Do mesmo modo, por falta de uma estratégia, fomos constantemente incapazes de compreender as manobras pelas quais procuravam reduzir-nos, e, constantemente, conduzimos os nossos esforços a impasses...»

A ausência de uma filosofia e de uma estratégia são aqui postas como causas determinantes da decadência europeia, e, em particular, da francesa. Passando por alto o aspecto polémico dessa interpretação de um fenómeno tão complexo, dependente de tantos factores, e por isso susceptível de tantas interpretações, e que não cabe no âmbito desta exposição discutir, interessa-nos notar o curioso emparelhamento da estratégia com a filosofia, uma como fonte do «operador comum», outra como fonte da «ideia geral». Operador comum, ou seja, método de pensar e conceber a acção, ao serviço de uma ideia geral, orientadora dos procedimentos das Unidades Políticas no grande palco onde se desenrola o drama da humanidade inteira. Fica-nos desta citação do General Beaufre uma primeira ideia da importância e da natureza da Estratégia, realidade que tem que ver com o destino dos Estados, que pode influenciá-lo decisivamente, e que é, fundamentalmente,

(¹) «Introduction a la Stratégie», 3.^a edição, livraria Colin, p. 10.

um instrumento ao serviço de uma inteligência política. Voltaremos de novo a este aspecto, quando tivermos avançado na definição do conceito, e podermos então reflectir, com mais elementos, sobre a realidade que o conceito cobre.

Posta, portanto, de forma muito sucinta, primeiro, a finalidade desta exposição, depois a necessidade que se verifica, dada a diluição do conceito de estratégia através da vulgarização do seu uso, de reflectir sobre o seu conteúdo real, e, finalmente, a importância, apenas a florada, desse conteúdo, resta-nos apresentar a metodologia que se irá seguir para atingir aquela finalidade.

Após esta introdução que agora se termina, proceder-se-á a uma breve análise da evolução do conceito de estratégia, através da comparação de diversas definições, depois do que se tentará uma reflexão sobre quais serão os elementos essenciais do conceito, a destacar daquela análise e caracterizadores da realidade que o conceito representa, tentando discutir também um pouco a natureza dessa realidade. Terminar-se-á comparando o conceito de Estratégia e os conceitos «limitrofes», a fim de obter o seu enquadramento, e apresentar alguns dos problemas que são postos não só no campo da teoria, mas também no da prática, em questões de âmbitos e de competências.

2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

A melhor forma de começar uma análise da evolução do significado do conceito de Estratégia talvez seja ir procurar as raízes da palavra. Esta vem do grego, mais precisamente das palavras gregas «stratos» e «agein», a primeira significando exército, a segunda, conduzir ou comandar. Da mesma origem pode referir-se ainda o substantivo grego «strategos», que significa general. Parece assim claro que na sua origem a palavra «estratégia» significaria muito simplesmente a acção de conduzir ou comandar os exércitos, acção essa que como sabemos competia aos generais.

Caberá aqui fazer notar que as mesmas raízes gregas deram origem a outro vocábulo de uso corrente na linguagem actual: *estratagema*. Inicialmente significando um truque, ou plano, para iludir um inimigo, na guerra, o seu uso generalizou-se e hoje, na linguagem corrente, significa, como sabemos, truque, plano engenhoso, capaz de surpreender uma oposição para alcançar um objectivo. Justamente este carácter de surpresa, de engenho-

sidade, é intrínseco a qualquer boa estratégia, e embora não seja elemento necessário à sua definição, e seja muitas vezes omitido nas elaborações teóricas sobre esta matéria, julga-se útil à sua melhor compreensão tê-lo presente no nosso espírito.

A etimologia da palavra dá-nos portanto uma primeira ideia do seu significado. Tratava-se do comando dos exércitos, mas, e a palavra *estrategema* indica-nos isso, essa acção de comando, feita em guerra, era uma acção que exigia ou subentendia um planeamento engenhoso, uma arte pessoal do comandante, o *estrategos*.

Só a partir do fim do século XVIII, porém, a palavra *estratégia* começa a ser utilizada com alguma frequência pelos escritores militares, ou pelos tratadistas que se referiam às artes bélicas. Nessa época, aquilo que depois se passou a chamar *estratégia* era conhecido por «Grande Tática», e mesmo Napoleão, que nunca empregou o termo «*estratégia*» (2), utilizava em seu lugar «*grande tática*» ou «*altas partes da guerra*».

Vejamos porém o que significava o conceito de *estratégia* para alguns autores dessa época.

Para o Arquiduque Carlos (1771-1847), «A *estratégia* é a ciência da guerra; ela esboça os planos; abrange e determina a marcha das empresas militares; é, falando com propriedade, a ciência dos generais em chefe» (3).

Para o Marechal Marmont (1774-1852), «A *estratégia* é a parte da arte da guerra que se aplica aos movimentos gerais dos exércitos» (4).

Para o General Clausewitz (1780-1831), «Existem duas actividades absolutamente distintas: a *tática* e a *estratégia*. A primeira organiza e dirige a acção nos combates, enquanto que a segunda liga os combates uns aos outros, para chegar aos fins da guerra... A *estratégia* é o emprego da batalha na guerra; a *tática* é o emprego das tropas no combate» (5).

E, para terminar esta série de autores do fim do século XVIII, princípio do XIX, a opinião de um civil, o estadista Thiers (1797-1877): «A *estratégia* deve conceber o plano da campanha, abranger de um só golpe de vista todo

(2) Referido por Almirante Castex em «*Théories Stratégiques*», Vol. I, 1.^a parte, p. 2.

(3) *Idem*.

(4) *Idem*.

(5) *Idem*.

o teatro da guerra, traçar as linhas das operações e dirigir as massas sobre os pontos decisivos»⁽⁶⁾.

Embora se trate de definições muito diferenciadas no seu alcance e na sua intenção (umas procuram a definição da estratégia em si mesma, outras no que ela deve fazer, outras ainda procuram essa definição na contraposição a um conceito afim, umas são mais particularizadas, outras mais exaustivas) existem algumas ideias básicas comuns a todas elas. Em primeiro lugar, trata-se da guerra, a guerra com o significado que tem nessa época, confrontação violenta entre forças armadas. A estratégia «é a ciência da guerra» ou é «a parte da arte da guerra», ou «o emprego da batalha na guerra».

Em segundo lugar, trata-se de uma actividade abrangente e directora, que determina o conjunto da campanha. «Esboça os planos, abrange e determina a marcha das empresas militares», ligando «os combates uns aos outros para chegar aos fins da guerra», e «abrangendo de um só golpe de vista todo o teatro da guerra». Apenas a definição de Marmont parece um pouco menos definida neste sentido, mas lembremo-nos que «os movimentos gerais dos exércitos» é que acabavam por decidir os objectivos que podiam ser alcançados, e portanto os resultados finais das campanhas.

Em terceiro lugar, conforme decorre logicamente dos pontos anteriores, trata-se efectivamente da «ciência dos generais em chefe». E, como tal, é do âmbito militar.

Para além destes pontos comuns, nota-se um ponto de discordância que ainda hoje é discutido. Para o Arquiduque Carlos, trata-se de uma ciência. Para Marmont, de uma arte. Voltaremos a este ponto.

Já no século XIX, o General Moltke (1800 a 1891) define estratégia como «adaptação prática dos meios postos à disposição dos generais, para alcançar os fins da guerra» e acrescenta que «a estratégia indica o melhor caminho para conduzir à batalha: ela diz quando e onde se deve combater, enquanto que a táctica diz como se deve combater»⁽⁷⁾.

Verificamos que se mantêm os três aspectos comuns às definições anteriores, isto é, a guerra como objecto da estratégia; o domínio por esta de todo o conjunto operacional, que conduz para os objectivos fixados à

(6) Idem.

(7) Citado pelo Brigadeiro Couto Cabral em «Estratégia» (IAEM-NC-4101), 3.ª parte, Capítulo I, p. 1.

guerra («os fins da guerra»); e o nível da decisão a que diz respeito, o dos generais. De notar a referência à adaptação prática dos meios. À condução dos «movimentos gerais» de que fala Marmont, ao «planeamento geral» de que fala Thiers, à supervisão e controlo de «todo o teatro da guerra» de que também fala Thiers, junta Moltke a «adaptação prática dos meios» cuja importância para alcançar os fins é assim posta em relevo nesta definição. De notar ainda que os meios são postos à disposição dos generais, sugerindo-se assim uma das linhas de dependência entre a Estratégia e a Política.

No fim do século XIX, princípios do século XX, verifica-se um curioso desvio do significado até então geralmente admitido para um conceito de estratégia, que a seguinte definição do General Bonnal, proferida em 1892, mostra muito claramente: «A estratégia é a arte de conceber; a táctica é a ciência da execução»⁽⁸⁾. No mesmo sentido, o italiano Sechi (1905) diz: «Nós podemos, portanto, dizer que a estratégia é o espírito que pensa, a logística e a táctica são os braços que agem»⁽⁹⁾. Marselli, tirando as consequências lógicas desta linha de pensamento, escreve: «todo o militar que conduz um pelotão aplica, ou pelo menos deveria aplicar a sua estratégia, proporcionada à operação a executar»⁽¹⁰⁾.

Nesta série de definições o conceito de estratégia, mantendo como objectivo a guerra, aparece como sinónimo de concepção espiritual (arte de conceber, espírito que pensa) contraposta à actividade de execução (ciência de execução, braços que agem) que dela é completamente separada. Conforme faz notar o Almirante Castex⁽¹¹⁾, enquanto que os autores que citamos primeiro estabelecem, entre a estratégia e a táctica, uma separação «horizontal», a primeira abrangendo a totalidade de um espaço (o Teatro de Guerra) e de um tempo (a campanha) e dizendo respeito por isso mesmo a um nível superior, o dos generais, a segunda particularizada no espaço e no tempo, durante a batalha, e dizendo respeito a um nível inferior da decisão os autores que acabámos de referir estabelecem uma separação vertical, de um lado ficando toda a concepção, todo o planeamento, do outro toda a execução, do que resulta necessariamente que todo o chefe,

⁽⁸⁾ Citado pelo Almirante Castex em «Théories Stratégiques», Vol. I, 1.^a parte, p. 4.

⁽⁹⁾ Idem.

⁽¹⁰⁾ Citado pelo Brigadeiro C. Couto em «Estratégia» (IAEM-NC-4101), 3.^a parte, Capítulo I, p. 2.

⁽¹¹⁾ «Théories Stratégiques», Vol. I, 1.^a parte, p. 6.

de qualquer nível, deva fazer a sua estratégia ao mesmo tempo que a sua tática. Naturalmente esta concepção do conceito de Estratégia não vingou, pois retirava do seu âmbito um dos elementos essenciais, isto é, a ideia da *condução* do conjunto em direcção aos objectivos finais. Essa condução não implicaria apenas a concepção, mas também a «adaptação dos meios» e, «a condução geral dos exércitos», como vimos, e que são actividades de execução. Por outro lado, a introdução, no conceito de Estratégia de todas as actividades de concepção no domínio militar, alargava exageradamente o âmbito do conceito, que não abrangeria apenas a concepção geral da guerra, mas também a de todas as acções nela contidas, muito diversas na sua natureza e na sua conduta, sobrecarregando exageradamente os estudos e actividades ligadas àquele conceito.

Entretanto, a evolução do fenómeno social e político que é a guerra, necessariamente teria que influenciar a evolução do conceito de estratégia. É assim que, relativamente ao conceito vigente nos séculos XVIII e XIX e que seguimos até Moltke, vamos encontrar no nosso século duas importantes alterações, que vêm introduzir-lhe sucessivas extensões do seu âmbito.

A primeira parece-nos patente nesta definição da autoria do Almirante Mahan (1840-1914): «A estratégia naval tem por finalidade criar, favorecer, acrescentar, tanto durante a paz como durante a guerra, o poder marítimo de um país» ⁽¹²⁾. Embora esta definição fale em estratégia naval e em poder marítimo, o mesmo pensamento nela contido pode aplicar-se, e assim tem acontecido, a toda a estratégia e a todo o poder militar.

Nela se torna evidente, desde logo, a extensão do conceito no tempo, saltando para fora do âmbito exclusivo do tempo de guerra em que as definições atrás referidas o encerravam.

A estratégia deixa de ser apenas a «ciência» ou a «arte» «da guerra» durante a guerra, para passar a exercer-se também em tempo de paz. A guerra, violento conflito de vontades, exige poder, e este exige forças, isto é, meios e recursos imediatamente disponíveis. A evolução da guerra, cada vez mais exigente em meios e recursos nas sociedades industrializadas, necessariamente impõe que a preparação seja feita com antecedência, para que aqueles estejam disponíveis quando vão ser necessários. E se essa necessidade desde

⁽¹²⁾ Citado pelo Almirante Castex em «*Théories Stratégiques*», Vol. I, 1.^a parte, pp. 8 e 9.

muito cedo se tornou evidente no domínio marítimo, era também já clara, no princípio do século, quanto ao poder terrestre.

Em segundo lugar, este conceito de Mahan aparece nitidamente inserido na mesma linha de preocupação com a disponibilidade de meios que já se insinuava na definição de Moltke, atrás transcrita, em que se afirmava consistir a estratégia na «adaptação prática dos meios postos à disposição dos generais...». Simplesmente, Mahan vai mais longe. Não se trata apenas de utilizar os meios postos à disposição, ou seja, o poder actual. Trata-se de obtê-los com oportunidade, e com suficiência, isto é, de criar, favorecer, acrescentar, o poder (conjunto dos meios e dos recursos) antecipando as necessidades. Como veremos, ao estudar as divisões da Estratégia, esta ideia está na génese das assim designadas Estratégia Estrutural e Estratégia Genética ou Logística.

A segunda extensão do conceito aparece nas seguintes definições do Capitão Liddel Hart, que propõe o termo de «grande estratégia» para a «arte de coordenar e dirigir *todos* os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objectivo político visado com a guerra, e que é definido pela política», designando por estratégia militar, ou simplesmente estratégia, a «arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política». Para Liddel Hart, «assim como a táctica é a aplicação da estratégia num escalão mais baixo, assim a estratégia militar é a aplicação da grande estratégia num campo especificado que lhe é subordinado» ⁽¹³⁾.

Vemos aqui que se propõe para a estratégia não apenas a direcção de todos os meios e recursos militares, como acontecia nas definições anteriores, mas sim de todos os recursos, militares ou não. Trata-se de uma inovação, e por isso Liddel Hart propõe um novo nome, o de grande estratégia, cuidando desde logo de situá-la relativamente à concepção tradicional, que, a partir deste novo conceito, passa a necessitar do adjectivo «militar». Até então essa adjectivação seria pleonástica, pois não se concebia estratégia fora desse âmbito.

Este conceito alargado impôs-se com relativa facilidade, embora com designações diferentes, conforme os autores, que umas vezes empregam o termo de grande estratégia, como Liddel Hart, outras o de estratégia nacional, como os autores norte-americanos, outras o de estratégia total, termo este

⁽¹³⁾ Citado pelo Brigadeiro Couto Cabral, em «Estratégia» (IAEM-NC-4101), 3.ª parte, Capítulo I, p. 3.

proposto pelo General Beaufre que, no seu livro «Introduction à la Stratégie», a define como sendo «a arte de empregar a força ou a coacção para atingir os fins fixados pela política»⁽¹⁴⁾. Trata-se de todas as formas de coacção, políticas, económicas, psicológicas, e também militares, conforme o autor refere.

Esta nova concepção corresponde, mais uma vez, às necessidades postas pela evolução do fenómeno que é objecto da estratégia, a guerra. No decurso deste nosso século, o advento e progressiva afirmação do poder militar aéreo veio permitir atingir directamente os complexos económico-militares no interior dos territórios passando por cima das «cortinas militares» da superfície, contribuindo também para aumentar o envolvimento global das populações, que o sistema do serviço militar nacional já iniciara desde os tempos da Revolução Francesa. A partir, sobretudo, da II Grande Guerra, o desenvolvimento dos modernos meios de comunicação social e das técnicas de condicionamento das opiniões e de manipulação das massas humanas veio permitir atingir directamente o complexo moral, isto é, a própria vontade colectiva no interior das sociedades em luta, preparando as condições para a capitulação, antes mesmo da decisão militar. Tendo-se tornado total, a guerra fazia apelo a um novo conceito de estratégia, também total, que aliás corresponde ao que já Hitler efectivamente punha em prática nos anos trinta.

Este conceito alargado, ao integrar na estratégia a utilização de *todos* os recursos, portanto também os não militares, tem ainda como consequência poder-se separar a estratégia da guerra, entendida na sua acepção restrita e tradicional de luta armada entre Unidades Políticas. Efectivamente, todas as guerras são fenómenos políticos, com origem no choque de vontades colectivas disputando determinados objectivos. «Acto de violência para impor a nossa vontade ao adversário», como a define Clausewitz, que também, conforme a sua célebre fórmula, a considera acto fundamentalmente político, «continuação da política por outros meios». Ora, muito naturalmente, as Unidades Políticas, não fazendo a guerra por ela mesma, mas sim como meio de obterem determinados «prémios», evitarão esse último recurso, sempre dispendioso e arriscado, se poderem obter aquilo que lhes interessa sem luta. Como ainda Clausewitz faz notar, «é o defensor que começa a

(14) «Introduction à la Stratégie», 3.^a Edição, livraria Armand Colin, p. 16.

guerra porque o atacante gostaria bem de conquistar sem combater». O que no fim de contas está em causa não é, pois, a guerra, mas sim o conflito de interesses entre as Unidades Políticas, e o que se pretende, para poder obter os objectivos finais, é o domínio da Vontade adversária. Há então que falar em conflitos, e não apenas em guerra, e que falar em meios de coacção, e não apenas em meios militares.

É neste sentido que o General Beaufre apresenta uma segunda definição para o seu conceito de estratégia total: «A essência da estratégia reside no jogo abstracto que resulta da opposição de duas Vontades... A estratégia é, então, a arte da dialéctica das vontades empregando a força para resolver o seu conflito»⁽¹⁵⁾. Conforme se verifica, é referida a força em abstracto, sem se especificar. Subentende-se portanto, e na sequência da sua obra o General Beaufre não deixa dúvidas a esse respeito, que todo e qualquer tipo de força, desde que seja adequada à situação, servirá. Também em vez de guerra, é conflito a palavra utilizada. Pode portanto haver estratégia e ser posta em prática mesmo sem chegar a haver guerra. Basta que haja conflito, opposição de duas Vontades impondo-se meios de coacção.

Segundo este novo conceito, a estratégia, «promovida» agora a grande estratégia ou a estratégia total, deixa portanto de estar limitada no seu exercício ao tempo de guerra (luta armada) para passar a exercer-se efectivamente também em tempo de paz, não apenas, como vemos na definição de Mahan, com o fito de preparar os meios para o tempo de guerra, mas sim de forma plena, operacionalmente, visando desde logo atingir os objectivos finais que a política lhe indique.

Uma citação de um autor contemporâneo norte-americano, Edward Mead Earle, sintetiza muito bem este novo conceito de estratégia, assim como as condicionantes actuais que a ele conduzem: «A estratégia trata da guerra, da preparação para a guerra, e do modo de travar a guerra. Definida de maneira restrita, é a arte do comando militar, a arte de lançar e dirigir uma campanha. Ela difere da táctica (...) quase do mesmo modo que uma orquestra difere dos seus instrumentos. Mas como a guerra e a sociedade se tornaram mais complicadas — e a guerra, não nos esqueçamos, é parte inerente da sociedade — a estratégia passou necessariamente a exigir que se considerassem cada vez mais os factores não militares, económicos,

⁽¹⁵⁾ «Introduction à la Stratégie», livraria Armand Colin, 3.ª Edição, p. 16.

psicológicos, morais, políticos e tecnológicos. A estratégia, portanto, *não é meramente um conceito de tempo de guerra*, mas sim é, todo o tempo, um elemento inerente ao «artesanato» do Estado. Actualmente, apenas a terminologia mais restrita definiria a estratégia como a arte do comando militar. Assim, no mundo de hoje, *a estratégia é a arte de controlar e utilizar os recursos de um país — ou de uma coligação — inclusive as suas forças armadas, a fim de promover e assegurar efectivamente os seus interesses vitais contra os inimigos, actuais, potenciais ou apenas supostos*. O tipo mais alto de estratégia — algumas vezes chamado de grande estratégia — é o que integra de tal modo a política e as armas de um país que o recurso à guerra ou se torna desnecessário ou é utilizado com as máximas oportunidades de vitória»⁽¹⁶⁾.

3. ELEMENTOS ESSENCIAIS DO CONCEITO E SUA CARACTERIZAÇÃO

Esta já longa digressão através de diversas definições de diferentes autores deve poder permitir-nos destacar os elementos essenciais do conceito de estratégia. É o que vamos tentar fazer a seguir.

Conforme vimos no início, ao compararmos definições do fim do século XVIII até meados do século XIX, a estratégia era então concebida como a ciência, ou a arte, da guerra. Era entendida como a grande coordenadora e orientadora dos instrumentos que na época eram decisivos para o resultado da guerra, isto é, os exércitos e as esquadras, tendo a seu cargo delinear e conduzir toda a campanha, isto é, o espaço e o tempo onde se desenrolava a guerra ou uma parte autónoma dela. Era do âmbito exclusivamente militar, e competia aos generais.

Vimos depois como na transição entre os séculos XIX e XX se delineia uma tendência, pouco significativa, e sem continuidade posterior, que entende a estratégia como pura actividade conceptual. De certo modo, poderíamos encontrar algum paralelismo entre esta tendência e opiniões que por vezes surgem actualmente no sentido de ser considerada a estratégia como um simples planeamento.

Seguidamente tivemos oportunidade de referir as duas importantes extensões do conceito tradicional de estratégia. A primeira, logo no início

⁽¹⁶⁾ EARLE Edward Mead, em «Makers of Modern Strategy».

deste século, chamando ao âmbito da estratégia a preparação dos meios e recursos que integram o poder militar, desde o tempo de Paz. A segunda, a partir da II Grande Guerra, integrando no «arsenal» dos meios ao dispor da estratégia todos os susceptíveis de serem utilizados em formas de coacção, e fazendo-a sair do quadro restrito da guerra «armada» para o quadro mais vasto do «conflito», do que decorre que passe a ser operada em tempo de paz, não apenas como preparadora de meios, mas já também como utilizadora deles, passando a entender-se que uma estratégia possa ser concebida, posta em prática, e atingir os seus objectivos, sem que chegue a verificar-se uma situação de guerra armada.

Em todas estas definições aparece sempre claro que a estratégia, enquanto aplicação, é uma actividade orientada, em ambiente hostil, para a aquisição de objectivos disputados. Daí a necessidade da parcela de engenho e de surpresa que a palavra, da mesma raiz, conservou no seu significado actual. Daí também a inevitabilidade da extensão do seu âmbito, já que, numa disputa, naturalmente as partes envolvidas lançarão mão de todos os meios que puderem utilizar com eficácia, e assim, à medida que as circunstâncias históricas modificam a eficiência de certos meios e dificultam ou facilitam a utilização de outros, assim variará a gama de recursos a serem empregues para vencer a disputa, isto é, para coagir o adversário.

Temos portanto que essa actividade orientada, em ambiente hostil, para a aquisição de objectivos disputados, utilizará meios de coacção. Mas este conjunto de elementos definidores aparece-nos ainda incompleto. Tal como está poderia aplicar-se a qualquer disputa, a um acto de banditismo, mesmo a certas operações comerciais em que são utilizadas algumas formas de coacção para «abrandar» a concorrência. Falta-nos um aspecto muito importante, a referência ao objecto da estratégia, e, através deste, ao quadro em que se desenrola e ao nível em que se exerce.

Conforme vimos repetidas vezes nas definições que examinámos, o objecto da estratégia é a guerra. Ao introduzirem a extensão do conceito a todas as formas de conflito entre as *Unidades Políticas*, as modernas definições não modificam este elemento essencial do conceito, apenas o adaptam às realidades do tempo actual, em que a guerra armada, violenta, se prolonga, se modula, se mascara, em múltiplas formas menores na violência física, embora muitas vezes igualmente violentas nas finalidades últimas, a que os tratadistas dão diversos nomes: guerra fria, paz/guerra, paz armada,

salpicadas de «crises», e de «guerras limitadas». É pois a guerra, ou os seus sucedâneos na forma dos diversos conflitos internacionais, que continua a ser objecto da estratégia. Ora a guerra é um fenómeno do domínio das relações internacionais. É este portanto o quadro em que se situa a estratégia. E sendo esta uma actividade abrangente e directora que conduz para objectivos tão importantes que empurram Unidades Políticas para situação de conflito ou de guerra, terá necessariamente que ser exercida nos níveis mais elevados de decisão em cada sector envolvido.

A estratégia será portanto uma actividade orientada, em ambiente hostil, e lançando mão de todos os meios e recursos (forças), para aquisição de objectivos disputados entre Unidades Políticas. Actividade, objectivos, meios, ambiente hostil, Unidades Políticas, serão então os cinco elementos essenciais do conceito.

A caracterização da «actividade» que é a estratégia tem sido objecto de prolongadas polémicas. Conforme vimos nas definições apresentadas, para uns autores é ciência (Arquiduque Carlos), para outros, a maioria, é arte (Marmont, Bonnal, Liddel Hart, Beaufre, Earle). Também Castex⁽¹⁷⁾, que define estratégia como sendo a «condução geral das operações, *arte* suprema dos chefes de uma certa elevação hierárquica», toma partido nesta querela, decidindo tratar-se de uma arte. Segundo ele, a expressão ciência evoca a ideia de «certeza absoluta», de relações de causa e efeito, cristalizadas em regras invariáveis, permitindo deduzir leis que tornem possível prever acontecimentos reproduzindo as suas condições. A estratégia, pelo contrário, dá um papel determinante à personalidade dos chefes, aos factos psicológicos e morais, à imaginação criadora, em circunstâncias que são eminentemente variáveis. Essa é, precisamente, como escreve Castex, «a característica essencial da arte, que não está inteiramente liberta dos princípios e mesmo das regras, mas que dispõe de um campo infinito para as suas manifestações e para as formas às quais chega».

Castex reconhece no entanto que a estratégia tem «um lado científico», mas isso também acontece com a arte em geral. O pintor serve-se de objectos materiais, que introduzem na sua arte condições físicas e químicas, e observa leis de perspectiva, cuja essência é matemática e geométrica, mas

(17) «Théories Stratégiques», Capítulo I, pp. 23 e 24.

a sua criatividade liberta-se desse quadro e exprime-se. O mesmo se passa com a música, cujos sons obedecem às leis físicas e matemáticas, mas em que um perito em acústica não é um músico nem compositor.

O conceito de ciência, para Castex, é exclusivamente o de ciência exacta. Ora o conceito que interessaria considerar é o conceito, mais recente, de ciência humana, cujas hipóteses, na maior parte das vezes, só em parte, ou só indirectamente, podem ser experimentadas, conceito esse em que não é essencial a existência de «leis rigorosas e preditoras».

Há aspectos que Castex não contempla na sua argumentação, e que assume actualmente importância acrescida. Tal como acontece com a Política, em que pelo mesmo vocábulo se designa a ciência que estuda a organização e governo das sociedades humanas e simultaneamente a actividade que aplica esses conhecimentos, também na Estratégia haverá que distinguir esses dois significados distintos abrangidos pelo mesmo vocábulo. A evolução e o aperfeiçoamento da metodologia do raciocínio estratégico, os progressos verificados na aquisição e tratamento sistematizado da informação relativa aos múltiplos conflitos do presente e do passado, o aprofundamento e a multiplicação de estudos da história militar e das guerras, que se vem procurando completar e enriquecer com contributos pertinentes da jovem ciência das Relações Internacionais e da apenas menos jovem Sociologia, as recentes e ainda muito embrionárias tentativas de aplicação de métodos matemáticos, designadamente quanto ao tratamento de situações de crise através da teoria dos jogos, tudo isso permite que se vá formando, e afirmando, um lugar para a Estratégia entre as ciências humanas, intimamente ligada à ciência das Relações Internacionais, à História e à Sociologia. Enquanto aquisição de conhecimentos, tratamento metódico desses conhecimentos, formulação de hipóteses e sua verificação, elaboração de teorias, leis e princípios, a estratégia pode portanto ser considerada uma ciência, e como é orientada sempre para a optimização da acção num determinado sector do comportamento humano, será uma ciência da actividade, ou seja, uma praxeologia.

Enquanto prática daqueles conhecimentos, orientada pelas leis e princípios, canalizada ou não por uma doutrina, a Estratégia é uma arte, que requer a intuição e o estilo, a inspiração e o génio, que nesta, como nas outras artes, distinguem os grandes praticantes. É aqui, ao nível da aplicação, que se conjugam os «adquiridos» do conhecimento, com os elementos de imprevisto, risco, e cunho pessoal, indissociáveis da estratégia.

Esta dupla qualidade da Estratégia, ciência e arte, é-lhe reconhecida, aliás, por diversos autores, como acontece, por exemplo, com a generalidade dos portugueses.

O segundo elemento essencial, «objectivos», é menos polémico. Todos os autores, todas as definições, mesmo as que se subentendem nos usos tecnicamente incorrectos do termo, apresentam a Estratégia como uma actividade orientada para a conquista de objectivos. Quase todos os autores estão de acordo em que esses objectivos lhe são propostos pela Política. Apenas uma pequena minoria, como Luddendorf, no intervalo entre as duas grandes guerras, entendendo que, ao contrário da afirmação de Clausewitz, era a política (e a paz), que seriam a continuação da guerra por outros meios, tirou desse entendimento a conclusão de que deveria ser a estratégia a estabelecer os seus próprios objectivos finais. Essa opinião não é porém a de nenhuma das principais correntes de pensamento estratégico contemporâneo, para quem os objectivos finais são fixados pela política à estratégia. Quanto aos objectivos intermédios, esses, como simples etapas que são na conduta geral que deverá conduzir aos outros, serão escolhidos e determinados pela Estratégia, embora com limitações impostas pela Política. Voltaremos a este aspecto adiante quando tratarmos das relações entre Política e Estratégia.

O terceiro elemento essencial, «os meios», levanta problemas análogos aos que são levantados a propósito do quarto elemento, o «ambiente hostil». Como vimos, inicialmente a estratégia era concebida exclusivamente como uma prática da guerra. O «ambiente hostil» era portanto muito concretamente definido: a luta violenta, armada, entre Unidades Políticas. Os meios mais utilizados seriam portanto os meios e recursos que enformam o Poder Militar. O alargamento do conceito de estratégia a todas as formas de conflito segundo as modernas definições da grande estratégia ou estratégia total, do mesmo modo que passou a incluir na noção de «ambiente hostil» próprio à estratégia todas as formas de conflito, armado ou não, passou a incluir no «arsenal» dos meios a serem utilizados todas as formas de coacção susceptíveis de concorrer para a submissão da Vontade adversária. É uma posição que não tem pacífica e total aceitação, e que, naturalmente, tem profundas implicações no modo como se relacionam a política e a estratégia. Também voltaremos a este ponto quando passarmos a abordar esse assunto.

Finalmente, o quinto elemento, a designação dos actores intervenientes põe o problema geral dos actores nas relações internacionais. Estados-nações exclusivamente? Mas os grupos políticos que desencadeiam e conduzem

lutas armadas, guerras subversivas, ou acções terroristas, não concebem e não praticam eles próprios as suas estratégias? Parece claro que sim, e por isso se julga preferível utilizar a designação mais geral de Unidades Políticas, no sentido que lhe dá Raymond Aron, de colectividades politicamente definidas e organizadas, capazes de manifestar uma Vontade colectiva autónoma.

Estes cinco elementos, que consideramos corresponderem aos aspectos essenciais do conceito de estratégia, aparecem-nos, portanto, de forma mais ou menos elaborada, explicitamente enunciados ou apenas implicitamente sugeridos, e reflectindo as várias correntes de opinião que afluíram ao falar de cada uma delas, em todas as definições de estratégia. Assim acontece, portanto, também na do Brigadeiro Cabral Couto ⁽¹⁸⁾, com que encerramos a série de definições que temos vindo a apresentar, e em que os referidos elementos essenciais estão todos explicitamente referidos. Segundo ele, «a estratégia é a ciência e a arte de desenvolver e utilizar, com o máximo de rendimento, as forças morais e materiais de um Estado ou coligação, a fim de se atingirem objectivos fixados pela política, e que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política». Aqui temos portanto a caracterização da actividade (ciência e arte), a dos objectivos (objectivos fixados pela política), a dos meios (morais e materiais), a do ambiente hostil (susceptíveis de poder suscitar a hostilidade), a dos actores (Estado, coligação, outra vontade política).

Antes de terminar este capítulo dedicado à análise dos elementos essenciais ao conceito de estratégia, julgamos necessário aflorar, ainda que de forma muito sumária, algumas considerações relativas a uma caracterização geral do conceito, completando, e até mesmo em certa medida talvez corrigindo um pouco a ideia que possa ter vindo a ser transmitida.

Até aqui temos encontrado sempre o conceito de estratégia intimamente ligado ao de guerra. A estratégia aparece como a «gestão» da guerra, a forma racional de procurar ganhá-la. Mesmo quando se alarga o seu âmbito, como vimos, é a guerra que continua no cerne das suas preocupações. É a ideia de guerra que, muito naturalmente, o simples enunciado do vocábulo nos suscita.

Mas, paradoxalmente, a estratégia pode ser um suporte da Paz. No mundo actual, a Paz pela justiça, que a Igreja preconiza, é uma utopia

⁽¹⁸⁾ Brigadeiro Couto Cabral, «Estratégia», Manual do IAEM, NC-4101, 3.ª P/I, p. 11.

muito dificilmente realizável e certamente muito longe no horizonte temporal.

A Paz pela renúncia à liberdade, pela demissão, pelo desarmamento unilateral, e não me refiro apenas ao desarmamento material, mas também ao espiritual, enfim, a Paz pela submissão, a que essa renúncia, demissão e desarmamento, fatalmente conduzem, seria possível, mas além de iníqua não evitaria nunca a passagem por um período de guerra, já que haverá sempre quem não aceite o jugo alheio, nem garantiria nunca a sua permanência, já que haverá sempre quem abuse do Poder e quem seja obrigado a revoltar-se contra esse abuso.

A única Paz que é possível conquistar e manter, com dignidade, é hoje, como sempre foi, a Paz do equilíbrio e da mútua dissuasão. «Se queres a Paz, prepara a guerra», como diz o conhecido adágio romano. Ora bem, é justamente nessa tarefa de preparação da guerra, que se for eficiente pode convencer o inimigo potencial da inutilidade das suas intenções agressivas, que a estratégia tem um papel insubstituível e fundamental a desempenhar. Em primeiro lugar ajudando a compreender, pela utilização da metodologia do raciocínio estratégico com *oportunidade* e com *profundidade*, não só as situações actuais em política internacional, mas sobretudo as tendências e linhas de força que nelas se desenham e vão determinar a sua evolução próxima. Essa compreensão torna-se vital para manter os equilíbrios, e por via destes a dissuasão, através do controlo dos ritmos de evolução das relações de força de forma a evitar bruscos desnivelamentos.

Em segundo lugar, pela aplicação prática das estratégias adequadas aos diferentes objectivos, permitindo aos Estados prosseguirem os seus interesses vitais da forma mais racional, evitando que, joguetes dos interesses alheios por incapacidade de intervir na determinação do seu próprio destino, acabem por ser obrigados a recorrer ao último recurso, a guerra. A estratégia ao serviço dos interesses nacionais não significa necessariamente a guerra. Não o significa, certamente, se for pacífica a sociedade organizada nesse Estado. Mas a falta de uma estratégia eficiente pode criar a um Estado, na grande competição do sistema mundial, situações que comprometam tão gravemente os seus interesses vitais que o recurso à guerra acaba por se tornar inevitável. O deflagrar da II Grande Guerra pode ilustrar esta afirmação como exemplo trágico das consequências que a falta de uma estratégia eficaz, da G. Bretanha e da França, face à estratégia agressiva

da Alemanha de Hitler, trouxe para elas próprias, para a Europa, e para o Mundo.

Na actual situação mundial, com a introdução das armas nucleares, a necessidade de uma estratégia de dissuasão cuja verdadeira finalidade, como muitos autores sublinham, é evitar a guerra, tornou-se um factor central na dinâmica do sistema das relações internacionais. Dele tem decorrido, como sabemos, um acréscimo de importância para a estratégia indirecta, bem como para os conflitos, crises e guerras nas áreas periféricas não cobertas pela dissuasão nuclear. Mas mesmo nessas zonas muitos conflitos seriam evitados, e muitos outros seriam resolvidos sem degenerarem em guerras, se os Estados envolvidos dispusessem de estratégias melhor concebidas, mais bem adaptadas às situações ou aos objectivos, que lhes permitisse «racionalizar» melhor as suas actuações. É que, conforme no-lo recorda o conceito alargado de estratégia, há muitos outros meios de coacção disponíveis para a prossecução dos objectivos, para além dos meios militares. E o pensamento estratégico inclui não só as preocupações de uso eficaz dos meios de coacção, mas também análise racional das situações, a avaliação dos riscos, a hierarquização dos objectivos, a prospectiva da paz que se pretende após a guerra, ou da situação que se quer após o conflito, tudo contribuindo para moderar o ímpeto das paixões.

Estas breves considerações dão-nos um aspecto significativo da importância da estratégia, importância essa que, como vimos, abrange não só a guerra, mas também a paz, não só a melhor forma de ganhar a guerra, mas também a melhor forma de não perder a paz.

O estudo da estratégia, a aquisição dos métodos de pensamento próprios desta disciplina, pode ajudar a perceber melhor o alcance e a relação dos acontecimentos num sistema internacional caracterizado, como é, pela competição e pelo conflito. Esse mesmo estudo, por parte dos decisores políticos, contribuirá certamente para que eles melhor possam conciliar os interesses propriamente políticos com os estratégicos, evitando assim muitas ocasiões de fricção que a miúdo têm surgido nas relações entre política e estratégia. Também a conciliação das diversas políticas entre si, dada a óptica de concurso de todos os meios nos objectivos nacionais que é própria do pensamento estratégico, será facilitada por aquele estudo, bem como a naturalmente mais correcta avaliação dos aspectos ligados à Defesa, que dele resultará, permitirá que o fim superior do Estado que é a Segurança encontre

o equilíbrio que convém com o Bem-Estar e a Justiça, na definição dos objectivos políticos.

A concepção e a prática das estratégias, por sua vez, evitará que o Estado seja conduzido pelos acontecimentos, e se veja, inesperadamente, posto perante situações de facto consumado, ou de evolução já muito adiantada, que lhe imponham ou a perda de interesses importantes, ou a necessidade, em situações já desfavoráveis, de recorrer à violência, para defender interesses vitais. Em vez de ser conduzido ao sabor das estratégias adversárias, a concepção e prática atempada de estratégias adequadas permite que o Estado intervenha efectivamente na materialização do seu próprio destino.

4. RELAÇÕES DA ESTRATÉGIA COM A POLÍTICA E COM A TÁCTICA

Conforme tivemos oportunidade de verificar ou de sugerir, do mesmo modo que a «guerra é a continuação da política por outros meios», querendo-se com isto dizer que há um acto político na sua génese e na sua finalidade, também a estratégia, «praxis» da «guerra», ou, conforme os conceitos mais latos, do «conflito» entre Unidades Políticas, aparece como um *instrumento da política*.

A estratégia serve portanto a política, a cujos imperativos está sujeita. Mas conforme também já referimos, este não é, ou não tem sido, o ponto de vista de todos os autores. Para Luddendorf, e para alguns outros autores alemães do período entre as duas grandes guerras, sendo as guerras inevitáveis e tão influentes no destino dos povos que a própria sobrevivência delas dependia, então a paz deveria ser encarada como a oportunidade de melhor preparar a próxima guerra, e a estratégia deveria ditar as suas necessidades à política. Para estes autores, portanto, a política deveria submeter-se à estratégia. Outros autores ainda, considerando que a política é sobretudo uma questão de aplicação do Poder ou da luta pelo Poder, em condições de conflito permanente, deduzem que estratégia e actividade política geral se justapõem ou confundem. Estas correntes de opinião não têm, porém, dimensão significativa. A esmagadora maioria dos pensadores modernos considera, tal como Clausewitz, que a estratégia é apenas um instrumento da política, cujo âmbito em muito ultrapassa o das relações conflituais e

cujos objectivos, em grande parte, se inserem em outras áreas diferentes da Segurança ou da Estratégia.

Mas, assente o princípio da subordinação da estratégia à política, de que modo essa direcção política se exerce? Até que ponto a estratégia, por sua vez, poderá influenciar a política? Que zonas de ambiguidade ou mesmo de fricção se verificam nessas relações?

Para responder à primeira pergunta ir-nos-emos apoiar nos apontamentos de estratégia do Brigadeiro Cabral Couto⁽¹⁹⁾, que escreve: «Na acepção que aceitámos da política, esta surge, naturalmente, como uma «doutrina de fins», dependente, é certo, da ciência que a informa, mas também da ideologia em que assenta, isto é, da hierarquia de valores que aceita ou estabelece. Pelo contrário, a estratégia é uma «disciplina de meios» que é (ou deve ser) independente de qualquer posição ideológica ou doutrinária. Quer dizer, o papel da política reside, sobretudo, na *escolha dos fins* e do *quadro de acção*, e releva em grande parte de elementos subjectivos; o papel da estratégia é fundamentalmente a *escolha dos meios e caminhos para se atingirem alguns desses fins*, e releva de um raciocínio que deve ser *essencialmente objectivo*.»

Temos, portanto, marcados os pontos essenciais. À política compete escolher os fins e definir o quadro geral da acção, à estratégia escolher os meios e a forma de os utilizar (os caminhos). Cabral Couto pormenoriza a seguir o modo como essas relações se podem sistematizar. Assim, segundo ele, há que distinguir essas relações nos diferentes âmbitos da Estratégia «ciência» e da Estratégia «actividade».

No âmbito «ciência», a Estratégia, sendo um dos ramos da ciência política, portanto contendo conhecimentos utilizáveis por esta, pode auxiliar *a Política na melhor formulação dos objectivos, pode estudar e avaliar a situação estratégica, analisando as hipóteses de guerra, as possibilidades e vulnerabilidades próprias e dos adversários potenciais, as necessidades e os prazos. A Política determina os objectivos que a Estratégia terá de realizar. Ainda como ciência informadora da ciência política, a Estratégia pode esclarecer a Política sobre os meios e processos mais adequados para se atingirem esses objectivos.*

No âmbito da Estratégia «actividade», a Política adopta uma doutrina estratégica, pesando riscos e possibilidades de sucesso, e define o quadro da

(19) «Estratégia», I Volume, NC-4101, 3.ª Parte, Capítulo II, p. 5.

acção, isto é, os condicionamentos a observar. A Estratégia detalha e aplica a doutrina escolhida, fixa objectivos intermédios e sucessivos, e emprega e orienta os recursos postos à sua disposição pela Política para atingir esses objectivos.

Como vemos, nesta pormenorização das relações entre Política e Estratégia, responde-se não apenas à primeira pergunta sobre o modo como a direcção política se exerce, mas também à segunda, sobre a influência que a Estratégia por seu turno poderá exercer na Política. Deve porém dizer-se que na prática estas relações levantam inúmeros problemas, e que, mesmo na sua formulação teórica, existem opiniões diferentes sobre o modo de esquematar essas relações.

As dificuldades de delimitação mútua entre a Política e a Estratégia tornam-se naturalmente maiores à medida que as guerras e as Relações Internacionais em geral se têm complexificado, arrastando as sucessivas extensões, quer do conceito de guerra, quer do conceito de Estratégia. Nos séculos XVIII e XIX o conceito restrito de Estratégia harmonizava-se relativamente bem com o de Política, de tal modo que as preocupações dos autores da época se concentravam na distinção teórica entre Estratégia e Tática, e não entre Estratégia e Política. Esta fixava os *objectivos da guerra*, e deixava para a Estratégia a conduta geral dos *meios militares* e a fixação dos sucessivos objectivos *na guerra*.

Mas mesmo nesta época, mais precisamente na segunda metade do século XIX, havia diferenças de interpretação significativas. Raymond Aron⁽²⁰⁾ descreve com algum detalhe, por exemplo, as oposições a esse respeito entre o General Moltke e o Chanceler Bismarck. A opinião de Moltke pode ser resumida pela seguinte frase, por ele escrita: «A política serve-se da guerra para atingir os seus fins, influencia de maneira decisiva o início e o fim desta, de tal modo que se reserva, durante as hostilidades, o direito de aumentar as suas reivindicações ou, pelo contrário, de se contentar com um sucesso menor. Dada esta indeterminação, a estratégia não pode senão orientar sempre os seus esforços para o objectivo mais elevado que possa atingir com os meios de que dispõe. Assim os meios servem da

(20) «Penser la guerre: Clausewitz», Capítulo I, pp. 21 a 25.

melhor forma a política, pelo menos o fim visado por esta. Mas na acção inteiramente independente dela» (21).

É justamente com esta «independência inteira» na acção que Bismarck não concorda. R. Aron apresenta seguidamente uma citação do chanceler, que ilustra bem a sua opinião: «A tarefa de comando do Exército é aniquilar as forças armadas do inimigo, a finalidade da guerra é obter pela luta a paz em condições que respondam à política sentida pelo Estado. A determinação e a limitação dos objectivos que devem ser atingidos pela guerra, a consulta do soberano a esse respeito, é, e mantém-se, durante as hostilidades tanto como antes delas, uma tarefa política, e o modo como ela se cumpre não pode ser sem influência sobre a maneira como a guerra é conduzida» (22).

A comparação das duas citações mostra com clareza que, se há acordo fácil quanto ao papel determinante da Política na fixação dos objectivos, não é pacífico o entendimento quanto à delimitação dos respectivos âmbitos na conduta da guerra, em que a estratégia, efectivamente, pode ver o domínio que lhe é próprio «invadido» por razões políticas. Desde logo, pela alteração que pode ocorrer dos objectivos finais da guerra, conforme aliás Moltke reconhece, e que necessariamente alterará a conduta estratégica. Mas também porque podem existir razões políticas, jurídicas, morais, económicas, que ocorram e forcem os governantes a intervir no decurso das operações, ou que, inversamente, se não respeitadas pela estratégia militar possam causar situações graves ao nível global. Na «querela» entre Moltke e Bismarck ocorreram vários episódios que exemplificam essa necessidade de intervenção. Durante a guerra com a Dinamarca, Bismarck, primeiro, proibiu conduzir a campanha através da Jutlândia, no entanto mais aconselhável do ponto de vista da estratégia militar, a fim de manter a Paz com a Áustria. Em seguida pressionou os generais hesitantes em atacar as fortificações de Rüppel (1864) porque tinha necessidade de uma vitória militar antes da Conferência de Londres.

Depois da vitória de Sadowa, Bismarck, a fim de evitar a intervenção da França, limita as operações militares. Durante o cerco de Paris ordena a Moltke, contra a oposição deste, o bombardeamento e o assalto imediato

(21) Texto de 1881, intitulado «Sobre a Estratégia» em «Moltke Kriegslehre», publicado pelo grande estado-maior-general, secção de história militar, Berlim, Mittler und Sohn, 1911, 3 volumes, T. I. pp. 70 e 71 citado por Aron Raymond, obra referida, p. 21).

(22) «Erinnerung», pp. 313 a 315 (citado por Aron R., obra referida, p. 22).

da cidade (era necessária então uma vitória rápida, pois o Chanceler temia a chegada de reforços que se estavam a mobilizar no Sul da França). Após a capitulação, Bismarck proíbe o desfile do triunfo e a ocupação militar conforme as leis da guerra, para evitar humilhar excessivamente os franceses. Todas estas decisões de Bismarck «invadem» o campo tradicional da estratégia, poderiam ser consideradas decisões estratégicas, mas são também decisões políticas, e foram tomadas no âmbito das funções políticas da chefia do governo.

Outros exemplos poderiam ser dados. Em 1914, as autoridades inglesas tiveram de reforçar mais do que seria necessário e conveniente em termos de estratégia militar as escoltas navais aos transportes de tropas canadianas, australianas e neozelandesas, para responder aos receios da opinião pública. Também em 1914 os ingleses se empenharam, por razões políticas, e ao arrepio das conveniências militares, na conquista da Nova Guiné, requerida pelos australianos, e na de Samoa, requerida pelos neozelandeses.

Estes exemplos recordam que a guerra é um acto global, e que têm de ser considerados não apenas os aspectos militares, mas também os políticos, económicos, morais, etc., em simultâneo e de forma integrada. A estratégia total vem precisamente dar resposta a este tipo de dificuldades, englobando, como vimos, estes sectores no seu campo de intervenção. Mas é importante sublinhar este aspecto: se é verdade que a política tem de intervir e deve mesmo intervir por vezes no decurso das operações militares, não é menos verdade que o político sem preparação, conhecimentos, ou «sensibilidade» estratégica, pode causar gravíssimos danos à conduta da guerra. Por isso também, o conceito da estratégia total é vantajoso, lembrando aos responsáveis políticos a necessidade de conhecerem a estratégia, porque têm de a praticar.

O conceito de estratégia total, que aliás não é aceite ainda por todos os autores contemporâneos, vem porém levantar outras questões nesta problemática das relações entre a Política e a Estratégia. Em primeiro lugar, a questão maior da dificuldade, por hábitos de pensamento, ou por convicção, em considerar no âmbito da estratégia os problemas dizendo respeito ao emprego de meios persuasivos ou coactivos sem qualquer relação com os meios militares. Em segundo lugar, a questão semântica. Abrangendo todos os sectores da actividade do Estado, a Estratégia total não será afinal a própria política? Finalmente, mesmo aceitando o conceito com todas as suas consequências lógicas, como na prática distinguir, sobretudo em certos

domínios e em certas situações (disputas com nações aliadas ou amigas, por exemplo) o que é estratégia e o que é política diplomática tradicional?

São problemas complexos, que o General Beaufre aborda no seu livro «Stratégie de l'action». Segundo ele escreve, «Primeiro, é preciso notar muito claramente que a extensão da estratégia, que impõe e imporá cada vez mais a evolução das relações internacionais, não significa de nenhum modo uma extensão do domínio *militar* ao que tradicionalmente se considera pertencer ao domínio *político*. Pelo contrário, a noção de «estratégia total» tende a reduzir a autonomia da estratégia propriamente militar para a subordinar muito estreitamente a uma concepção estratégica de conjunto, ela própria directamente comandada pelo conceito político, e elaborada e posta em prática pelos homens políticos» (23).

A resposta está pois aqui. Embora estratégia, a estratégia total pertence aos políticos, é da competência do principal responsável pela direcção política do Estado. A estratégia militar tradicional, da competência dos militares, passa a ser apenas um dos seus instrumentos. Resolve-se assim o problema das relações política-estratégia ao nível da conduta, já que, na prática, o principal responsável pela política geral é também o principal responsável pela estratégia total. Quanto aos problemas teóricos da delimitação de âmbitos, têm de se pôr nos termos já atrás referidos, atribuindo à política a escolha dos fins e do quadro geral da acção, e à estratégia a escolha e a aplicação prática dos meios em ordem a atingir esses fins. A diferença entre a estratégia total e a militar residirá apenas na natureza e âmbito dos meios à sua disposição.

Para terminar, resta-nos fazer algumas referências à delimitação entre estratégia e táctica, a fim de completarmos o enquadramento do conceito de estratégia, entre os seus dois conceitos limítrofes.

A táctica é a forma de aplicação da estratégia no detalhe da acção. Conforme dizia Clausewitz, na definição da Estratégia que já referimos, «A táctica organiza e dirige a acção nos combates, enquanto a estratégia liga os combates uns aos outros para atingir os fins da guerra».

Uma estratégia pode e deve ser cuidadosamente planeada, mas não deve ser demasiado detalhada, tem que ser flexível, tem que conter soluções alternativas igualmente viáveis e capazes de conduzir aos fins visados, tem

(23) «Stratégie de l'action», p. 14.

que aceitar facilmente correcções que o decorrer dos acontecimentos aconselhe, já que se trata de uma dialéctica de vontades. Uma táctica, pelo contrário, deve ser pormenorizada, precisa, embora não deva ser rígida. Como visa resolver um problema localizado, e atingir um objectivo intermédio imediato, a acção táctica é naturalmente limitada no tempo e no espaço. Ao invés, uma estratégia compreende toda a campanha e todo o teatro, é por isso persistente, embora maleável, controla e orienta a obtenção e utilização de todos os meios e recursos destinados ao conflito e tem como seu objectivo o objectivo político final.

A estratégia preocupa-se pois, fundamentalmente, com a combinação das acções tácticas e com o seu encadeamento. Fundamenta-se na continuidade. A prospectiva é para ela essencial já que as decisões estratégicas, por terem consequências políticas e visarem longos prazos, não podem ser facilmente modificadas e podem condicionar o futuro do Estado.

A escolha das tácticas a serem utilizadas, bem como a orientação da evolução das tecnologias que as servem, pertencem também ao domínio da estratégia.

Estas distinções, no entanto, encerram algumas dificuldades teóricas e práticas. Por exemplo, quando se trata de qualificar a natureza de determinadas decisões, acções, ou meios. A iniciativa do emprego de determinadas armas, como as nucleares, as químicas, ou outras susceptíveis de arrastarem profundas consequências para além do estreito quadro temporal ou geográfico do seu uso, torna-se estratégica ainda que eventualmente tomada ao nível táctico e com intenções tácticas. Assim aconteceu, por exemplo, com os agentes químicos na guerra de 14-18, com grandes repercussões na opinião pública mundial, e com a guerra submarina alemã, em 1917, provocando a entrada dos EUA. Uma força reduzida, de dimensões puramente tácticas, pode desempenhar uma missão estratégica, como é muitas vezes a acção de presença de determinadas unidades navais, ou acção de comandos sobre objectivos de importância vital, ou o bombardeamento do território estrangeiro que apoia forças subversivas, etc.

Em última análise, serão portanto as consequências das acções que permitem qualificá-las em definitivo. Quando essas consequências têm repercussões directas no domínio político, ou quando por si só permitem alterar substancial e bruscamente os potenciais ou as relações de forças em presença, então essas consequências ultrapassam o domínio restrito da táctica para se

inscreverem no da estratégia, e as decisões, as acções ou os meios que as produziram podem ser qualificados de estratégicos.

5. CONCLUSÃO

Vimos, comparando diversas definições, como o conceito de estratégia, à medida que a guerra se tornava mais complicada, foi ele próprio complexificando-se e alargando o seu âmbito, evoluindo desde a simples definição de «ciência dos generais em chefe» até aos modernos conceitos de grande estratégia ou estratégia total.

A partir dessas definições, pudémos esboçar uma tentativa de caracterização dos elementos que seriam essenciais ao conceito. Os fins, os meios, o ambiente de conflito, a natureza dos actos, o tipo de actividade. Ainda na procura de uma mais completa caracterização da realidade social a que deve corresponder o conceito de estratégia, tecemos algumas considerações acerca do papel que o pensamento e a acção estratégicos podem desempenhar, não como factores de guerra e de conflito, mas, pelo contrário, ao racionalizar as decisões nas situações conflituosas, e assim aumentando as possibilidades de soluções não bélicas e limitando a influência das paixões, contribuindo de facto para maior estabilidade e melhores condições de Paz.

Finalmente, aflorámos os problemas de enquadramento da estratégia entre a política, que a deve determinar, e a táctica, que é por ela determinada. Tivemos oportunidade de focar alguns dos aspectos em que aquelas realidades se interpenetram, deixando mais dúvidas do que afirmações, o que aliás não surpreende, pois trata-se de domínios parcialmente justapostos, em que a discussão dos limites se realiza cada vez que a evolução das sociedades, das filosofias, das guerras, das técnicas, obriga à revisão das Teorias, das doutrinas, ou dos conceitos. Trata-se, no entanto, de um problema importante no que respeita à actuação prática, sempre afectada pelas indefinições, e cuja solução depende da escolha dos conceitos e da fixação dos procedimentos. Esta é uma questão de vontade política mais do que de análise teórica. À análise teórica compete estudar e apresentar as diversas alternativas e possibilidades. À vontade política compete decidir, de forma que as competências fiquem claras e os procedimentos inequívocos.

Para terminar, queria apenas salientar, uma vez mais, o especial interesse de que se reveste o conhecimento e o estudo da estratégia. Para além de tudo o que já foi dito sobre a definição do conceito, parece-me

particularmente importante recordar que é um *método de pensamento*, uma forma peculiar de avaliar situações, que permite classificar e hierarquizar os acontecimentos, e depois escolher os processos mais eficazes. Trata-se de perceber, de prever, de prospectivar, quando estão em jogo os interesses nacionais, e quando se nos opõem vontades de outras Unidades Políticas. Trata-se de adquirir capacidade para defender o presente e construir o futuro, num sistema internacional dominado pelo conflito.

IDN, 29 de Novembro de 1983.

Raul François R. C. Martins
Coronel de Artilharia Pára-quedista

PODER MARÍTIMO E PODER NACIONAL

António M. Quesada Andrade

PODER MARÍTIMO E PODER NACIONAL (*)

Ao longo de mais de 2500 anos o mar tem vindo a desempenhar um papel proeminente nas relações internacionais e nas estratégias militares, económicas e políticas, em especial, das nações marítimas. Por um lado, o conceito de *mare liberum* e, por outro lado, a capacidade para o exercício e para a exploração de um alto grau de controle do mar têm constituído, através da História, aspectos críticos no contínuo confronto entre as nações e, durante o último século, nomeadamente entre as sociedades livres e as sociedades autoritárias. Na verdade, o engrandecimento e a decadência da grande maioria dos povos estão directamente relacionados com o domínio ou controle que esses povos foram capazes de exercer sobre o mar, principalmente sobre as comunicações marítimas e os modos da sua utilização. O transporte marítimo tem vindo a fornecer a base para as trocas económicas entre as nações e para a comunicação entre os povos distantes — estimulando a divulgação e a interacção de novas ideias. E constituiu, frequentemente, o elo essencial de ligação entre aliados em épocas de conflito. No entanto, somente no início do século XX, designadamente através das obras de Mahan, Corbett e Castex, o Poder Marítimo começou a ser devidamente analisado e realçado nos seus diferentes conceitos, princípios de aplicação e, em especial, no modo como sempre contribuiu para a garantia de consecução de importantes e vitais objectivos nacionais e supranacionais. E conforme é unanimemente reconhecido, nas duas grandes guerras mundiais o contributo desse poder foi decisivo para os resultados finais alcançados.

Vivemos uma época em que o mar surge, cada vez mais, como um factor relevante na vida internacional. Como em toda a História Marítima, mas presentemente ainda mais, os oceanos constituem um elo de unidade cultural e económica entre as nações, o acesso ao mar é um requisito essencial e nenhuma alternativa viável se apresenta para os navios e para as marinhas.

(*) Lição inaugural da sessão solene de abertura dos Cursos Navais de Guerra do ano lectivo de 1983/84, presidida por S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional.

Mesmo para países interiores e desenvolvidos, como a Áustria e a Suíça, o trânsito oceânico representa o alicerce inicial e imprescindível do transporte de matérias e produtos essenciais às suas economias. Atentemos em que cerca de 80 por cento dos países que hoje existem têm fronteira marítima ou, pelo menos, acesso ao mar. Os interesses políticos, económicos e militares do Ocidente possuem como base de sustentação vital a utilização dos oceanos.

O Poder Marítimo revela-se, assim, como uma componente fundamental do Potencial Estratégico e das Estratégias Nacionais. Mas antes de continuarmos com mais considerações sobre este tema parece, desde já, indispensável a apresentação de alguns conceitos e definições, tais como os que usarei nas reflexões que mais adiante apresento.

*

*

*

Na sua expressão mais simples o poder é o instrumento disponível para impor a vontade. Quando esse poder se concentra num grupo, fruto do nascimento de uma consciência de interesses sociais e de uma vontade colectiva para os satisfazer, o conjunto gera um poder de grupo, integrado de vontades e de meios provenientes de todos os seus componentes individuais. A Nação, ao organizar-se em Estado, adopta uma forma de aglutinar e expressar o seu Poder Nacional, razão por que o Estado é a Nação politicamente organizada. Assim, o Poder Nacional surge como o instrumento de que a Nação dispõe para, com a estrutura do Estado, conquistar e manter os seus objectivos, nomeadamente de Desenvolvimento e de Segurança Nacional. Resulta pois de uma integração de meios agindo como um todo e destina-se, especificamente, a promover a consecução e a manutenção dos objectivos nacionais, tanto no âmbito interno como no externo. O Poder Nacional está inevitavelmente condicionado ao tempo — em função dos meios disponíveis, que variam de época para época — e ao espaço — uma vez que a sua esfera de actuação é tanto interna como externa. Postas as considerações anteriores, o Poder Nacional será, então, a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação dispõe, mobilizados pela vontade nacional, para alcançar e manter, interna e externamente, os objectivos nacionais. Desde logo são salientes os dois elementos básicos do poder: a vontade para actuar no sentido de alcançar os objectivos, e a capacidade ou meios necessários para os atingir.

Consoante o âmbito em que actuam esses meios, o Poder Nacional, também designado de Potencial Estratégico ou Força Total, pode apresentar quatro expressões fundamentais: uma política, uma económica, uma psicológica e uma militar.

Cada expressão, ao mesmo tempo que se caracteriza pela produção de efeitos predominantes de uma certa natureza, jamais pode ser considerada por si só, uma vez que o Poder Nacional, pela unidade e indivisibilidade dos elementos que o constituem, acaba sempre por gerar efeitos de todas as restantes naturezas. Essas quatro expressões do Poder Nacional são integradas pelos seus respectivos componentes mais salientes que são, no campo político e diplomático, o poder legislativo, o poder executivo, o poder judicial e os partidos políticos; na área económica os sectores primário, secundário e terciário; no campo psicológico o homem, os grupos e a sociedade; e, finalmente, no campo militar, o poder naval, o poder aéreo e o poder terrestre.

O Desenvolvimento e a Segurança Nacional são garantidos através do progresso e reforço das quatro expressões do Poder Nacional.

Segundo Mahan, determinados factores geopolíticos, geoeconómicos e humanos, como a posição geográfica do território, a sua configuração física, a sua extensão (em particular do seu litoral), a produção nacional, a vocação ou tendência marítima do povo e a visão, coragem e competência dos seus dirigentes e elites, estimulam ou limitam as capacidades dos povos para o exercício das actividades marítimas. Esses factores constituem os fundamentos da interacção entre o Estado e o mar, relações que ao longo da História se consubstanciam, basicamente, no transporte marítimo, na pesca e nas acções das marinhas de guerra. O Estado que disponha de condições favoráveis para lançar-se ao mar em busca do desenvolvimento e da segurança necessita de construir o instrumento adequado para tais propósitos e de definir, claramente, os modos do seu emprego. Esse instrumento é o Poder Marítimo, integração de todos os meios relacionados com o mar, ou, por outras palavras, a integração dos elementos do Poder Nacional que permitem a utilização do mar e de outras vias navegáveis em ligação com ele. Abrange, portanto, todos os recursos humanos, materiais, organizacionais e jurídicos utilizados no relacionamento da Nação com o mar, e que são: o Poder Naval — sem dúvida o mais significativo, elemento de força, parcela do poder militar que actua no mar e constituído pelas unidades navais, pelos seus meios aéreos orgânicos e pelos meios logísticos de apoio; a marinha mercante — incluindo as empresas, os navios e as organizações respectivas; as indústrias de

construção e reparação navais; as indústrias de pesca — com as suas embarcações, terminais e indústrias de processamento do peixe; os portos; os meios de pesquisa, exploração e preservação das riquezas do mar e do seu leito e, por último, mas seguramente o mais importante, o homem do mar.

O Poder Marítimo pode ser aplicado com uma dupla modalidade: a de contribuir para a expansão e desenvolvimento da Nação, quando a decisão política tenha em vista a utilização do mar para fins próprios, ou a de ajudar na protecção dos interesses marítimos nacionais, quando essa decisão seja orientada para a negação do seu uso por outros num sentido que ameace esses legítimos interesses.

Uma última referência à Estratégia Marítima quanto a conceitos essenciais. Segundo a doutrina seguida neste Instituto, diz respeito à concepção, preparação e emprego do Poder Marítimo sendo, portanto, uma Estratégia baseada na completa utilização desse poder e muito mais ampla do que a Estratégia Naval, frequentemente referenciada.

*

* *

Prosseguirei agora nas reflexões que me proponho apresentar.

A revolução científico-tecnológica contemporânea vem beneficiando de modo intenso o transporte marítimo e imprimindo-lhe um valor insuperável. A despeito do progresso das demais modalidades de transporte, o mar impõe-se hoje como via adequada e com capacidade para satisfazer não somente as trocas comerciais das economias à escala mundial bem como as necessidades de transporte de cargas especiais como os hidrocarbonetos e os minerais. A segunda metade do século XX tem vindo a testemunhar um acelerado incremento na utilização dos oceanos. Com efeito, a dependência do homem em relação ao mar cresce exponencialmente não só quanto às manifestações clássicas da interacção homem-mar, como o transporte, as pescas e as acções militares navais, mas também, e pela primeira vez, em actividades de pesquisa e exploração de recursos marítimos da água e do fundo do mar como os minerais e energéticos. A rápida evolução dessas dependências é causa e efeito de uma grande concentração de esforços na ciência e na tecnologia relacionada com a exploração dos recursos do mar e do seu leito. Essa evolução está começando a provocar tensões político-económicas e litígios jurídicos

cujo rumo e desfecho são imprevisíveis. É, assim, evidente que o aumento da importância económica do mar tende a gerar sempre maiores antagonismos e a agravar, cada vez mais, as disputas e as crises.

Fruto da explosão demográfica mundial, é certamente para os oceanos, com os seus ainda enormes segredos e imensidão inexplorada, que a Humanidade continuará, inevitavelmente, a voltar-se e a correr. Por outro lado, a revolução industrial tem contribuído, de modo significativo, para a notável capacidade alcançada pelo moderno Poder Marítimo. Assim, as nações industrializadas têm vindo a aumentar e a melhorar, consideravelmente, as suas Marinhas, surgindo em ritmo impressionante navios cada vez mais modernos e sofisticados e, obviamente, mais aptos a contribuir para a satisfação dos seus objectivos marítimos. Para esse processo o Poder Marítimo extrai, sempre, das quatro expressões do Poder Nacional, os meios de que necessita, tendo em conta que devem ser concebidos, preparados e operados em coordenação completa e não esquecendo o seu denominador comum: o mar e as vias navegáveis em ligação com ele. O equilíbrio do conjunto e a sua interdependência harmónica são requisitos essenciais para que esse poder seja capaz e para que possa contribuir, de modo significativo, para o Desenvolvimento e para a Segurança Nacional. Assim, as marinhas de guerra e mercante precisam de ser compatíveis entre si, a primeira constituindo a segurança militar da segunda, e esta uma reserva da primeira; as marinhas de guerra, mercante e de pesca necessitam de apoiar-se em infra-estruturas de construção e de reparação navais que lhes assegurem um certo nível de indispensável autonomia nacional; os navios exigem bases, portos e infra-estruturas de apoio eficientes e de operação segura, para o que o contributo de boas ajudas hidrográficas e oceanográficas é indispensável; a obtenção de pessoal do mar qualificado, face à crescente sofisticação técnica dos meios flutuantes modernos, exige um empenho considerável de esforços que visem incrementar a mentalidade marítima do povo e o número e a qualidade das ofertas de elementos humanos. Os dias dos velhos marinheiros, semianalfabetos, de formação prática feita exclusivamente no mar, estão definitivamente encerrados.

Analisemos agora, um pouco mais detalhadamente, cada um dos elementos do Poder Marítimo, começando pela sua parcela mais ostensiva, o Poder Naval. Para quê a necessidade de um Poder Naval? Esta pergunta tem vindo a ser colocada, tradicionalmente, ao longo da História. Para encontrarmos uma resposta cabal e sucinta basta atentar no modo como este poder tem sido e pode continuar a ser utilizado para a garantia de consecução dos

objectivos nacionais de ordem militar, política e económica. Quatro objectivos básicos se pretendem alcançar com o Poder Naval:

- Controlo do mar;
- Transporte e abastecimento de forças militares por mar;
- Movimento e transporte de forças navais para o atendimento de tarefas diplomáticas ou para o seu emprego contra alvos em terra ou no mar;
- Defesa da exploração dos recursos do mar e do seu leito.

Complementarmente, o emprego do Poder Naval pode ser efectivado segundo três modelos característicos cuja integração é proporcionada pelos objectivos fixados para a correspondente Estratégia Naval. Esses modelos abrangem, genericamente, uma função militar naval, uma função diplomática e uma função policial.

A função militar do Poder Naval constitui a base permanente daquela trindade. Em tempo de paz, está intimamente ligada às missões de dissuasão e de manutenção da ordem internacional através do controlo do mar, conceito que veio substituir o histórico domínio do mar. Em tempo de guerra, é orientada para a defesa nacional, na sua componente militar.

Através das suas características ímpares de flexibilidade e de mobilidade (não confundir com velocidade), o Poder Naval constitui, como sempre, um poderoso dissuasor contra a guerra a todos os níveis, um encorajamento para a lei e para a ordem no mar e um elemento essencial do Poder Nacional de defesa, caso a dissuasão falhe. A função diplomática está intimamente relacionada com a direcção da política externa da Nação, sempre aquém do emprego efectivo da força. Com as suas características de versatilidade, mobilidade, capacidade de projecção, simbolismo e autonomia, os meios navais surgem completa e particularmente adequados para utilização como presença naval para manifestações de amizade ou apoio, para fins de dissuasão, para ampliação do poder de negociação ou manipulação de posições de negociação, e como contributo essencial para a melhoria do prestígio nacional. Quanto à tarefa policial, ela é utilizada tanto interna como externamente e tem em vista, fundamentalmente, a manutenção da soberania do Estado, a defesa do aproveitamento dos recursos em águas nacionais e a garantia da ordem, contribuindo desse modo, marcadamente, para a Segurança Nacional e para o Desenvolvimento. É exercida, principalmente, em águas territoriais e de

interesse nacional. Trata-se, basicamente, de um serviço público, de um auxílio militar à autoridade civil.

O Poder Naval, como elemento relevante do Poder Marítimo, constituirá, sempre, um factor indispensável para a consecução dos objectivos políticos, económicos e militares das Nações marítimas. Mas não podemos olvidar que, no quadro tecnológico actual, um Poder Naval não é planeado, desenvolvido e concretizado, em termos de verdadeira credibilidade, em menos de duas a três décadas. Para tanto, no caso dessas nações, a utilidade dos navios de guerra deve ser equacionada não apenas em relação às suas missões e tarefas mas também em termos de custos provenientes de não se dispor deles (como opção) quando forem necessários. Muitos foram os casos históricos em que os custos de não os possuir foram consideravelmente superiores aos que seriam gastos na sua operação e manutenção.

Os transportes marítimos, importante factor de desenvolvimento, constituem uma das molas mestras da Segurança Nacional. Surgem como os mais económicos dos meios de transporte e os mais capazes de gerar riquezas, obedecidas que sejam as técnicas de optimização do seu aproveitamento. A sua importância na vida das nações orladas pelo mar é indiscutível. Três quartos do comércio mundial actual é feito pelo mar e a sua taxa de crescimento tem vindo a rondar uma média de 5 a 8 por cento ao ano. Os países da comunidade mundial continuam aumentando e modernizando as suas frotas mercantes em paralelo com a actualização e melhoria dos seus portos. Esses progressos têm vindo a criar condições para que os países em vias de desenvolvimento possam competir no mercado internacional de fretes marítimos e possam participar, crescentemente, no comércio internacional. De realçar, igualmente, o papel fundamental que as frotas mercantes desempenham no apoio logístico militar em situações de crise, de tensão e de guerra, de que os exemplos das duas guerras mundiais e do recente conflito das Falkland são casos bem significativos.

As indústrias de pesca entraram numa nova era e estão passando por transformações ímpares. Os esforços em curso para o aumento das frotas de pesca por parte de grande número de países e as alterações profundas introduzidas no regime jurídico dos mares, obrigando a mudanças de procedimento complexas e a tentativas de acordo de políticas de pescas comuns, são factos demonstrativos da grande importância deste elemento do Poder Marítimo para o futuro e do seu vital contributo para o desenvolvimento económico das nações, em especial de condição marítima.

O peixe é um dos poucos alimentos que apresenta uma velocidade de produção superior à velocidade de crescimento da população mundial. Assim, a exploração dos recursos marinhos apresenta-se, automaticamente, como uma possível solução para os graves e crescentes problemas alimentares mundiais e como uma fonte primária de proteínas animais. As reservas de peixe ainda hoje existentes são enormes. Mas em determinados sectores a escassez começa a produzir-se. Em paralelo, e na defesa dos interesses das nações, surgem os esforços para aumentar a jurisdição nacional das águas territoriais ou zonas contíguas. A nova estrutura da Lei do Mar determina um novo regime dos oceanos que requer um repensar dos interesses e das prioridades em novas iniciativas económicas, científicas, técnicas e, até, políticas.

Prosseguindo a análise dos elementos do Poder Marítimo salientaremos que as capacidades das novas tecnologias, permitindo a pesquisa científica e a exploração dos recursos do mar e do seu leito, e as percepções quanto ao declínio dos recursos naturais na área terrestre, irão certamente conduzir a um incremento incomparável da utilização dos oceanos e, paralelamente, à aprovação e publicação de restrições ao seu acesso consoante as finalidades pretendidas por esse acesso. Com os contributos da nova engenharia oceânica ampliaram-se as zonas de possível actuação na área marítima assim como os resultados atingíveis, estabelecendo-se uma mais significativa dependência entre o homem e o mar, ou seja, uma forma de relacionamento cada vez mais estreita entre os Estados e o mar.

Para os países em desenvolvimento, as riquezas do mar e do seu leito constituem fontes indispensáveis de alimentos e de matérias-primas cujo planeamento racional é necessário acelerar e concretizar. Por um lado surgem as necessidades de hidrocarbonetos, de minerais e de novas fontes de energia e, por outro lado, este marcadamente político-militar, o requisito da garantia da efectividade da exploração dos oceanos e do seu controlo, só possíveis através de uma integridade e presença navais nos domínios marítimos nacionais.

O valor do contributo da indústria de construção e reparações navais no apoio à reconstrução de novas frotas nacionais e à manutenção e reparação dessas frotas é indiscutível. Qualquer política de expansão e utilização de frotas não pode deixar de ter em conta este elemento fundamental do Poder Marítimo, nem esquecer a sua forte contribuição para uma limitação na sangria de divisas e para o aproveitamento de uma indústria de monta-

gem de milhares de componentes em íntima ligação com outras áreas industriais, de capital importância dentro do sector secundário. Quando bem orientada e planeada, esta indústria permite ainda baixar os custos de produção nacional e criar condições para uma competição realista e muito positiva em termos de economia nacional.

Os conjuntos porto-navio ou base-navio devem constituir um sistema unificado, integrado e harmónico. Qualquer modernização das frotas necessita de ser acompanhada de progressos paralelos nos portos e nas bases navais. Trata-se, sem dúvida, de um problema complexo, sensível e extremamente oneroso, mas não restam dúvidas de que essas soluções de melhoria e actualização são imprescindíveis, ainda que dentro de um critério de compatibilidade com o desenvolvimento económico nacional que não deverá, evidentemente, deixar de ser visto globalmente.

A poluição do mar e das águas interiores é um recente e seríssimo problema. A passividade não é admissível. Donde, a indispensabilidade de medidas e acções urgentes no sentido da sua fiscalização e vigilância com o intuito da sua eliminação ou atenuação não esquecendo, porém, que a plenitude de uma solução satisfatória só poderá ser alcançada mediante uma aberta e acordada cooperação internacional.

Uma palavra ainda sobre o elemento «homem» do Poder Marítimo. O seu papel todo especial desponta através das acções que dão vida e que estruturam todos os demais elementos desse poder, de maneira a integrá-los num todo unitário.

O ensino dos profissionais do mar exige que se acompanhe, permanentemente, a evolução da ciência e da tecnologia. Além disso é imperativa a existência de uma consciência nacional, de uma mentalidade marítima, que leve o povo a estar convicto do valor e do contributo ímpar da utilização do mar para o Desenvolvimento e Segurança Nacional. É a mentalidade marítima que faz brotar no seio da comunidade as necessárias vocações marítimas. Como se constata não há, infelizmente, hoje em dia, procura pelas profissões marítimas. Mas ninguém pode duvidar, nem esquecer, que a implantação nacional dessa mentalidade marítima, assim como a dignificação das profissões do mar, nomeadamente em países marítimos, são condições e requisitos fundamentais para a garantia do progresso e segurança desses países.

As características inerentes ao moderno Poder Marítimo que, resumidamente, acabámos de ver, parecem demonstrar, claramente, a imperiosa

necessidade de equacionamento, por parte dos responsáveis políticos e governamentais, da vital importância que, até ao final deste século, o mar assumirá nos destinos da Humanidade, e da indispensabilidade de um Poder Marítimo como reforço saliente do Poder Nacional das nações de condição marítima.

*

*

*

Parecem oportunas algumas considerações finais acerca do caso português.

A Defesa Nacional não está somente afecta à soberania e à integridade territorial. Deve, igualmente, garantir a prossecução dos interesses nacionais fora da área terrestre, nomeadamente nas águas territoriais da ZEE, nos fundos marinhos contíguos e nas águas de interesse estratégico da área marítima nacional.

A nossa posição geográfica, a proporção e o comprimento das fronteiras marítimas, as características das costas, as regiões insulares, a importância dos portos nacionais e a marcante dependência marítima em relação ao comércio externo são factores extremamente significativos e comprovativos da nossa condição de nação marítima. No respeitante a essa dependência marítima, bastará ter em consideração que, na área das importações nacionais, cerca de 95 por cento são efectuadas por via marítima e que, no caso do petróleo, esse valor atinge os 100 por cento, em contraste flagrante com as vias terrestre e aérea onde essas percentagens são de 5 e 0,4 por cento, respectivamente. Valores similares se encontram na área das exportações.

O apogeu naval português, na época das grandes navegações e dos descobrimentos esteve, indissoluvelmente, ligado às pescas e às relações comerciais, estas consubstanciadas na importação de especiarias, sedas e perfumes do Oriente e em trocas comerciais com o Norte da Europa.

Temos que nos compenetrar de que somos uma nação marítima para além do romantismo literário e que, para prosperarmos e engrandecermos, não podemos dispensar o uso e controlo racionais e eficientes do mar. Tratam-se de objectivos permanentes e vitais, que não poderão deixar de ser compreendidos e inculcados na mente de toda a população. Para tanto, há que chegar às universidades e escolas, aos empresários e, particularmente, aos jovens, sensibilizando-os para uma visão do futuro e para uma linha de orientação prática e realista no sentido de alcançar e garantir essa visão. Como se disse,

Portugal é uma nação marítima, de vocação atlântica, e neste oceano geograficamente dispersa. O mar é o seu principal aglutinante logístico e uma base essencial da coesão nacional. Dispomos de importantes aptidões para uma intensa vida marítima — em coerência e em sintonia com a nossa História — pela distribuição demográfica, pelas características da nossa economia e, ainda, pela posição geoestratégica de valor indesmentível e indiscutível. A nova e vasta ZEE nacional, a primeira da Europa e 18 vezes superior à área terrestre, exige uma intensificação urgente da nossa presença aeronaval nessa zona, pois somente através de vigilância e fiscalização é possível garantir o cumprimento da legislação nacional e internacional e, consequentemente, não comprometer a defesa dos interesses nacionais. Muitos países como o nosso não estão ainda igualmente aptos a explorar, com eficácia e a curto prazo, os seus potenciais de pesca, mas terão de ser permanentemente encontradas reacções firmes e energéticas contra todas e quaisquer tentativas ou práticas ilícitas de pesca que sejam levadas a efeito, nomeadamente por países mais avançados, e que tendem a levar ao esgotamento uma fonte económica que nos pertence.

A «Europa Azul», com uma lei orgânica de política comum de pescas, surgiu em Janeiro deste ano. Dela advirão requisitos urgentes nas áreas do acesso às pescas, da conservação e gestão de recursos e da organização de mercados, bem como problemas estruturais e de relações internacionais que Portugal não poderá deixar de estar preparado para enfrentar de forma adequada, caso não queira descurar a defesa dos seus objectivos nacionais, nomeadamente económicos e políticos.

A gravíssima crise da marinha mercante nacional, de importância indiscutível para a nossa economia, tem vindo a arrastar-se. Gastam-se para cima de 60 milhões de contos de divisas no pagamento de fretes ao estrangeiro. Não será, assim, difícil deduzir as enormes vantagens que advirão com a existência de uma marinha mercante nacional revitalizada, bem dimensionada e orientada para as necessidades reais da Nação. Urge encarar rapidamente a sua recuperação económica e a sua renovação, sob a ameaça de caminharmos para uma situação de completa irreversibilidade.

Os objectivos nacionais condicionados à utilização do mar ampliar-se-ão, inevitavelmente, nos próximos anos. Dessa situação advirão antagonismos

e pressões que terão a sua origem em problemas económicos, políticos e, mesmo, puramente militares. É necessário que saibamos não só identificar, claramente, as nossas potencialidades, e tentar desenvolvê-las dentro de uma realidade coincidente com a capacidade nacional, mas também caracterizar e listar as nossas vulnerabilidades, que os nossos eventuais antagonistas desejam, certamente, explorar. Num país de modestos recursos económicos como é Portugal, a concretização e a disponibilidade de um Poder Marítimo, minimamente consentâneo com a garantia dos objectivos nacionais, tardará sempre, bastantes anos, a ser uma realidade. Tudo é dispendioso nos tempos que correm e com muito mais razão o material militar. Porém, em primeiro lugar, a posse de uma componente naval de defesa nacional própria é um requisito vital e imprescindível. A inexistência de um Poder Naval com características dissuasoras, ainda que modestas, falseia marcadamente a defesa da integridade territorial da Nação, que constitui importante requisito da Segurança Nacional. Não se requerem meios navais poderosos mas antes unidades que, não obstante as suas relativas capacidades, possam constituir um real e valioso trunfo tanto do ponto de vista militar como no apoio da condução da política externa, e um fortalecimento inequívoco e indispensável da imagem do Poder Nacional. Em segundo lugar, as linhas de comunicações marítimas constituem o verdadeiro grande sistema circulatório nacional. Para assegurar cabalmente a sua utilização, sem prejudicar de modo sensível o Desenvolvimento Nacional, que é também motivo de sobrevivência, impõem-se um estudo e planeamento inteligentes e ponderados, complementados por decisões urgentes, com o propósito de garantirmos, no mais curto período possível, a disponibilidade de meios marítimos que assegurem as indispensáveis ligações interterritoriais e interilhas e a sua protecção e defesa e, ainda, a exploração dos mares que circundam o território, verdadeiro elo de ligação nacional. Em complemento, esses meios constituirão, indiscutivelmente, importantes instrumentos a utilizar na condução da nossa política económica, diplomática e militar. No conceito internacional é importante ser-se inimigo temido ou pelo menos respeitado, a par de amigo desejado.

Todos os investimentos que, por qualquer via, sejam colocados na criação de um verdadeiro Poder Marítimo devem ser, invariavelmente, encarados não só como reprodutivos mas também como valiosos contributos para o incremento do Poder Nacional. Como factor ainda mais positivo temos a constatação de que os objectivos nacionais são coincidentes com os da Aliança Atlântica, tanto nos requisitos económicos e logísticos como, e muito rele-

vantemente, nas Estratégias Navais. Daí que Portugal, como nação europeia e ocidental, não possa prescindir de colaborar, com todos os meios possíveis, na tarefa colectiva da segurança do Ocidente e através de uma conjugação de esforços dos três ramos das Forças Armadas.

O caminho a percorrer é longo e, seguramente, muito difícil, mas pensamos que ainda estamos a tempo de ultrapassar a grave e crítica situação em que nos encontramos.

É importante, necessário e urgente que a actualização e o desenvolvimento do nosso Poder Marítimo passem a constituir objectivos e empenhos prioritários dos programas governamentais e de futuros planos nacionais.

Aos homens do mar, tradicionalmente muito mais de acções do que de palavras, não lhes falta a firmeza e a vontade para atingir essas finalidades. Assim sejam os meios colocados à sua disposição e, deste binómio vontade-capacidade surgirá, indubitavelmente, um Poder Marítimo nacional, realista e consentâneo com as nossas tradições históricas, com o progresso e desenvolvimento por que todos naturalmente ansiamos e contribuindo, de forma muito significativa, para o aumento e reforço do Poder Nacional, o mesmo é dizer, para o encontro de uma postura internacional verdadeiramente em sintonia com os interesses nacionais, com os interesses europeus e com os interesses da Aliança Atlântica.

António M. Quesada Andrade

Capitão-de-mar-e-guerra

A DEFESA NO MUNDO

Redacção

A DEFESA NO MUNDO

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de Janeiro de 1984

Na Comunidade Europeia os rendimentos de produção agrícola baixaram em 1983.

Segundo o relatório anual da Comissão, os proventos da agricultura europeia diminuíram de 6 por cento em média em 1983, enquanto que, em 1982, aumentaram de 9 por cento.

Segundo aquele relatório, existem duas razões principais para esta quebra: em primeiro lugar, o ano de 1982 foi excepcionalmente bom e, em segundo lugar, as fortes chuvas da Primavera e a prolongada seca do Verão do último ano provocaram uma significativa baixa de produção, em especial no Norte da Europa. A situação é mais grave na Alemanha Federal, no Luxemburgo e na Dinamarca, tendo os proventos agrícolas baixado perto de 20 por cento, ao passo que em França a baixa foi de 9 por cento.

«DÉFENSE NATIONALE» (FRANÇA), de Janeiro de 1984

Os progressos já alcançados, e aqueles ainda em curso, em matéria de detecção e de aquisição de objectivos, de microelectrónica, de transmissão de informações, de direcção e de propulsão, permitem encarar uma nova geração de armas convencionais aptas a bater, tanto de dia como de noite, com grande precisão, objectivos inimigos em profundidade, isto é, colocados para além do horizonte visível: formações blindadas e mecanizadas, postos de comando, bases logísticas, depósitos de combustíveis e de munições, bases aéreas...

A eficácia destas novas armas assenta principalmente na técnica dos projecteis ditos inteligentes, que podem, por si próprios, adquirir os objectivos e dirigirem-se automaticamente sobre eles.

Estas armas tornam possível a aplicação de uma estratégia, que pode designar-se por «estratégia de interdição em profundidade». Esta estratégia

visa bater as forças adversárias de 2.º escalão e as infra-estruturas de apoio da manobra, e retardar ou neutralizar ou destruir as formações inimigas antes que elas possam render as de 1.º escalão.

Para que esta estratégia seja eficaz, é preciso que se possa dispor de um grande número de vectores para dar credibilidade à ameaça sobre o 2.º escalão do adversário e sobre as suas infra-estruturas dispostas em profundidade.

Esta exigência de um número grande de vectores é a razão pela qual o Comandante Supremo Aliado da Europa recomenda que os países da NATO façam um importante esforço orçamental, que se deverá traduzir num aumento anual de 4 por cento nos respectivos orçamentos de defesa, durante seis anos, tendo em vista o desenvolvimento da nova geração de armas.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (INGLATERRA), de 21 de Janeiro de 1984

Encontra-se em fase de conclusão um sistema de rastreio eficaz de submarinos rápidos, como os novos soviéticos da classe «ALPHA». Após o termo da modernização em curso do sistema «SOSUS» (várias barreiras com centenas de hidrofones no fundo do mar destinadas a detectar e a acusar ruídos produzidos por submarinos, e a transmitir essas informações para terra para fins de análise e processamento), seguir-se-á, finalmente, a introdução do sistema de vigilância SUSTRASS.

«REVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUIÇA), n.º 2/84

A Arábia Saudita decidiu adquirir armas e equipamentos militares à Espanha, num total de 150 milhões de dólares. Entre o material a adquirir contam-se aviões «CASA-Nurtanio CN-235» (cujo protótipo fez o seu primeiro voo recentemente), blindados «BMR» da Pegaso, seis rebocadores construídos nos Estaleiros Bazan, e munições diversas.

*

* *

Revelada a criação próxima de um Batalhão de Intervenção Rápida neozelandês com 1000 a 1200 homens do activo, a ser mantido num alto grau de prontidão, para intervenção no país ou fora dele, no Pacífico Sul.

Articulado em torno de um batalhão de Infantaria, compreenderá uma bateria de Artilharia de campanha, uma unidade de blindados ligeiros de reconhecimento e elementos de apoio suficientes para o tornarem autónomo. Se necessário, a força de intervenção poderá ser ampliada para os efectivos de uma brigada a três batalhões de Infantaria.

*

* *

Estão em estudo, em gabinetes de arquitectura naval britânicos, os planos de uma corveta de 70 metros de comprimento que um pequeno estaleiro do Terceiro Mundo possa construir pelos seus próprios meios.

O projecto, que já tem pretendentes asiáticos, aplica a experiência da crise das Falklands, e destina-se a missões de patrulha longínqua em mares tropicais, com a velocidade máxima de 25 nós e autonomia de 3000 milhas a 16 nós.

O navio, que pode ser expandido para maior dimensão, disporá de 1 peça de artilharia de 76 mm, de um reparo binado de 40 mm, de 4 mísseis «EXOCET» e de armamento anti-submarino, e contará com 13 oficiais e 77 sargentos e praças.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de Fevereiro de 1984

O último foguetão «ARIANE» ficou pronto dentro do seu programa para o lançamento, a partir da base sul-americana de Kourou, na Guiana Francesa, do maior satélite de comunicações.

Técnicos do centro de controlo espacial da EURY, perto de Paris, informaram que a contagem decrescente terá início segundo o horário estabelecido se as condições atmosféricas permitirem o lançamento.

O foguetão mede 42 metros e transporta o satélite «INTELSAT V» — 1875 kg de peso — pertencendo à International Telecommunication Satellite Organization, cuja sede é em Washington.

Se o lançamento for bem sucedido, o «INTELSAT V» entrará numa órbita geoestacionária e terá capacidade para retransmitir mais de 12 000 chamadas telefónicas simultâneas e 2 transmissões a cores de TV, pelo menos durante sete anos.

Este é o oitavo satélite colocado em órbita por foguetões «ARIANE».

«DEFENSA» (ESPANHA), de Fevereiro de 1984

As Forças Armadas da República Federal da Alemanha têm 219 oficiais gerais entre generais, almirantes e inspectores superiores de Serviço de Saúde, sendo três generais de quatro estrelas e vinte e um tenentes-generais (três estrelas).

Nenhum dos oficiais gerais, mesmo os de mais alta patente, atingiu os 60 anos, e os mais jovens têm entre 49 e 50 anos.

Na Alemanha Ocidental muitos dos oficiais gerais, paralelamente com a carreira militar, fizeram cursos civis universitários, havendo licenciados em economia, filosofia, ciências políticas, medicina e engenharia.

*

* *

No Exército dos Estados-Unidos está em desenvolvimento uma arma portátil de raio «laser», com capacidade para cegar os soldados inimigos e anular os sistemas de observação dos carros de combate.

A futura arma será adaptada ao combate terrestre de médio alcance devido ao seu raio de acção que é, aproximadamente, de uma milha.

Segundo um porta-voz do Exército norte-americano, o dispositivo poderá ser montado em carros de combate, viaturas blindadas para transporte de pessoal e helicópteros, e poderá, ainda, ser utilizado por patrulhas tipo «Comando».

No entanto, esta arma parece ter uma limitação de carácter operacional, já que as suas possibilidades são muito afectadas pela chuva e pela neve.

Segundo informações em poder dos americanos, julga-se que a União Soviética tem em curso o estudo de um sistema semelhante, o qual poderá estar disponível para utilização dentro de um prazo curto.

*

* *

Depois de terminada a luta pela independência, as Forças Armadas de Moçambique reorganizaram-se como um exército regular, capaz de desempenhar missões de defesa, em especial ao longo das fronteiras com o Zimbabwé e com a República da África do Sul.

O armamento pesado necessário para esta reorganização é, na sua maioria, de origem soviética, mas, pelo menos em parte, recebido através da República Democrática da Alemanha com a qual Moçambique mantém uma estreita cooperação militar, o mesmo acontecendo em relação à Coreia do Norte. Com Portugal foi recentemente assinado um tratado de cooperação.

A formação de quadros, civis e militares, é feita principalmente em Cuba, na União Soviética, no Reino Unido e na Tanzânia.

Numa população calculada em 10 600 000 indivíduos, com um PNB «per capita» de 250 dólares, o efectivo total das FA moçambicanas atinge 26 700 homens e uma despesa de 198 milhões de dólares em 1981.

Exército

— Efectivos:

25 000 homens.

— Unidades:

3 Brigadas de Infantaria;

1 Brigada Blindada;

1 Grupo de Artilharia;

Unidades de apoio de Serviços.

— Material:

195 carros de combate médios e 42 ligeiros anfíbios, de origem soviética;

150 viaturas blindadas de reconhecimento;

300 viaturas blindadas de transporte;

198 bocas de fogo de artilharia, de calibres ligeiro, médio e pesado;

350 peças de artilharia antiaérea;

325 morteiros médios e pesados;

60 mísseis antiaéreos «SAM 3» e «SAM 7».

Marinha

— Efectivos:

700 homens.

— Material:

12 navios-patrolha costeiros de origem portuguesa, soviética e holandesa;

1 lancha de desembarque.

Força Aérea

— Efectivos:

1000 homens.

— Material:

60 aviões de combate, especialmente de origem soviética.

Forças paramilitares

— Efectivos:

2000 homens integrados nas brigadas de guarda de fronteiras.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de Março de 1984

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CEE assinaram um acordo que autoriza a Groenlândia a abandonar a Comunidade. Este acordo será submetido à ratificação pelos parlamentos nacionais dos Dez até Janeiro de 1985.

Os mesmos Ministros assinaram também um pacto para cinco anos para atribuição à Groenlândia de um fundo anual de 26,5 milhões de unidades monetárias europeias (ECU), soma equivalente a 22,8 milhões de dólares.

Em troca, aquele país cederá à CEE determinados direitos de pesca.

Em 1979, a Dinamarca concedeu a autonomia à Groenlândia, embora continue a representar os seus interesses no plano internacional. A Dinamarca apoia a saída da Groenlândia porque os benefícios são irrelevantes para a população groenlandesa que é completamente dependente da pesca.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 2 de Março de 1984

A URSS está a desenvolver dois tipos novos de mísseis de cruzeiro lançáveis de submarinos, um dos quais está praticamente pronto e o outro em experiência.

O primeiro míssil, o «SS NX-21», de cruzeiro, com ogiva nuclear e lançável por tubos lança-torpedos em imersão, terá um alcance de 1900 milhas (3060 kms) e poderá estar operacional já na primeira parte do ano corrente. O outro é maior, com alcance superior e destinado a ser lançado de uma nova classe de submarinos de grandes dimensões, podendo estar operacional por volta de 1986.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 9 de Março de 1984

Como acontece com outros europeus, os noruegueses estão tentando manter o equilíbrio numa altura em que sentem areias movediças sob os pés. O caso é que, tendo rejeitado aderir à Comunidade Europeia em 1972, sentem dificuldades em se manterem politicamente independentes do Continente sem serem excluídos do jogo europeu. Os noruegueses «ancoraram» a sua política de defesa firmemente na NATO e, por isso, estarão pouco entusiasmados com as propostas que estão surgindo para «europeizar» a defesa militar da Europa. Por outras palavras, os noruegueses não gostariam de vir a ser confrontados com a necessidade de optar entre o Continente e os EUA.

*
* *

Segundo o «Future Security Strategy Study», elaborado por um painel do Pentágono dirigido pelo assessor de Defesa Fred S. Hoffman, que não foi ainda publicado, os EUA deveriam orientar-se para o desenvolvimento da defesa limitada de alvos militares contra mísseis balísticos, mesmo que fosse viável um sistema de defesa para protecção de populações, a fim de defender os seus silos, com o objectivo de aumentar as possibilidades de dissuasão nuclear. O «Hoffman Report» advoga também a permanente pesquisa de tecnologias que possibilitem uma defesa dos EUA e dos seus aliados com base no espaço. Para além do mais, o painel recomenda que, mesmo com um sistema defensivo, os EUA continuem a dispor de capacidade ofensiva de retaliação nuclear.

O painel Hoffman considera três opções: uma defesa contra mísseis tácticos na Europa, uma defesa nos EUA de instalações críticas (como sejam centros de comunicações militares), e um sistema espacial que possa

destruir alguns mísseis soviéticos com «lasers» ou outras armas, logo que disparados.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 19 de Março de 1984

A Administração Reagan solicitou ao Congresso o aumento em 50 por cento do orçamento militar para instalações militares no estrangeiro, nomeadamente com o objectivo de incrementar as presenças militares no Golfo, nas Caraíbas, no oceano Índico e no Mediterrâneo, no âmbito de um plano a concretizar até 1987, com o propósito de possibilitar dispor de forças militares em locais que proporcionem responder a crises com prontidão. As respostas referem-se: a facilidades de depósitos em Oman para a Força de Intervenção Rápida; ao aumento das possibilidades da ilha de Diego Garcia para apoio de uma força naval centrada num porta-aviões, e de uma brigada de fuzileiros e da Força de Intervenção Rápida; à expansão de duas bases navais de há muito utilizadas no Mediterrâneo ocidental e central; à construção de facilidades para manutenção de uma esquadra de aviões «F-18» em Rota; à melhoria das estações aéreas da Sicília e de Keyflavic (na Islândia), etc.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 23 de Março de 1984

A França está substituindo os seus mísseis nucleares táticos «Pluton» pelos «Hades», com maior alcance. Estes podem alcançar território da RDA, enquanto os «Pluton», para tentarem parar uma ofensiva do Leste, tinham que fazer da RFA um campo de batalha nuclear.

Por outro lado, a França está a liderar um plano de «europeização da defesa militar da Europa», o que inclui a cooperação na produção de novas armas e na troca de tecnologia, por forma a dar maior independência tecnológica à Europa relativamente aos EUA (extracto do «Washington Post»).

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 28 de Março de 1984

Um estudo encomendado pela Agência de Controlo de Armamento e de Desarmamento dos EUA concluiu que o país deveria arranjar um

«sistema para controlo de crises», incluindo melhor treino para presidentes e seus principais conselheiros, a fim de reduzir o risco de guerra nuclear accidental.

O estudo recomenda a criação de um centro de controlo de crises nucleares e o estabelecimento de procedimentos entre os EUA e a URSS, e refere que o tempo consumido em «jogos de guerra» deve ser também utilizado em «jogos diplomáticos» destinados a evitar a guerra.

Os autores do estudo concluíram que, porventura, o caminho mais provável para uma guerra nuclear é uma crise que saia do controlo por causa de erro de cálculo, desentendimento de comunicações, ou acidente.

Redacção

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex—RUA DOS REMÉDIOS, 202 —1100 LISBOA

